

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO



**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
MODALIDADE A DISTÂNCIA – EaD**

2009

Universidade Castelo Branco

Vera Costa Gissoni

Chanceler

Paulo Alcantara Gomes

Reitor

Marcelo Hauaji de Sá Pacheco

Vice-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente

Helder Guerra de Resende

Vice-Reitor de Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Marcelo Costa Gissoni

Vice-Reitor de Gestão Administrativa e Desenvolvimento

Sérgio Freire França Filho

Vice-Reitor de Planejamento e Finanças

2009

SUMÁRIO

ITEM	CONTEÚDO	PÁGINA
1	DADOS DA UNIVERSIDADE E DO CURSO	05
2	APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	07
3	A JUSTIFICATIVA DO CURSO	09
4	CONCEPÇÃO E FINALIDADE DO CURSO	11
5	MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL DA UCB	13
6	A EaD NA UCB	14
7	HISTÓRICO DO CURSO	26
	7.1 – A UCB e sua Trajetória	26
	7.2 – O Curso	29
8	OBJETIVOS DO CURSO	30
	8.1 – Geral	30
	8.2 – Específicos	30
9	PERFIL DOS ALUNOS	31
	9.1 – Ingressantes	31
	9.2 – Egressos	31
	9.3 – Campos de Atuação	32
10	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	32
11	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	33
	11.1 Competências Profissionais Tecnológicas Gerais	34
	11.2 Competências Profissionais Tecnológicas Específicas	36
12	PRINCÍPIOS, ESTRUTURAS E CONTEÚDOS CURRICULARES	38
	12.1 – Organização Curricular	38
	12.2 – Flexibilização do Currículo	40
	12.3 – Estrutura Curricular	42
	12.4 – Autoestudo	43
13	ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	44
14	MONITOR DE TUTORIA	45

15	ATENÇÃO AO DISCENTE	46
	15.1 – Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais	55
16	PROCESSOS, CRITÉRIOS E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO	57
	16.1 – Avaliação Institucional e sua Articulação com a Autoavaliação do Curso	57
	16.2 – Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	61
	16.3 – Avaliação do Curso de EaD	63
	16.4 – Trabalho de Conclusão de Disciplina – TCD	64
17	DIPLOMA E CERTIFICADOS A SEREM EXPEDIDOS	65
18	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
19	ANEXOS	68
	ANEXO I - GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA EaD	68
	19.1 – Estrutura Acadêmica e Organizacional	68
	19.2 – Sistemas de Comunicação	73
	19.3 – Material Didático	75
	19.4 – Equipe Multidisciplinar EaD	75
	19.5 – Corpo Técnico-Administrativo EaD	78
	19.6 – Infraestrutura de EaD	79
	19.7 – Logística nas Rotinas de Segurança e Inviolabilidades das Avaliações em EaD	80
	19.8 – Matriz Curricular	82
	19.9 – Ementário	84
	19.10 – Descrição do Núcleo Integrador – NI	179
	ANEXO II – NÚCLEO TEMÁTICO DE TUTORIA - NTT	180
	ANEXO III – ATUALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	181
	ANEXO IV – RESOLUÇÃO 058/2009 CEPE/UCB	196
	ANEXO V – MATRIZ DE COMPETÊNCIAS POR DISCIPLINA	199

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS – MODALIDADE A DISTÂNCIA – EaD

1 – DADOS DA UNIVERSIDADE E DO CURSO

1. Nome da Universidade – Universidade Castelo Branco – UCB
2. Nome da Mantenedora – Centro Educacional de Realengo – CER
3. Endereço – Sede da Reitoria e da Mantenedora – Av. Santa Cruz, 1631 – Realengo – Rio de Janeiro, RJ – CEP 21710-250
4. Tipo de Identidade Jurídica e de Constituição – Instituição educativa pluridisciplinar de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.
5. Nome do Curso – Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários
6. Modalidade – Ensino a Distância – EaD
7. Modalidade de Diploma – Tecnológico
8. Regime Acadêmico – Modular, tendo em vista o Artigo 5º da Resolução CNE/CP n.º 3 de 18/12/2002 de DOU 23/12/2002, Seção 1, página 162.
9. Regime de Matrícula – Modular
10. Processo Seletivo:
 - Concurso Vestibular;
 - Acesso Direto pelo resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
 - Transferência;
 - Portador de diploma de ensino superior para ocupação de vagas remanescentes;
 - Através do Programa Universidade para Todos – PROUNI.
11. Carga Horária Total do Curso – 1760 horas conforme Portaria MEC n.º 10 de 28 de julho de 2006, publicada no DOU de 31/07/2006, Seção 1, página 2.
12. Integralização Curricular com tempo mínimo: 2 (dois) anos ou 4(quatro) módulos, conforme disposto na Página 10 do Parecer CNE/CES n.º 436/2001 de DOU 6/4/2001, Seção 1E, página 67.
13. Distribuição da Carga Horária dos cursos de EAD, de acordo com o Artigo n.º 33 das Normas do Centro de Educação a Distância – CEaD da UCB, aprovado pela Resolução Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UCB n.º 039/2007. No

modelo CEaD/UCB existe alternância de momentos presenciais (20% da carga horária da disciplina) com tutores presenciais, Atividades Supervisionadas (AS) e Atividades Individuais (AI). Ressalta-se que diante da importância da tutoria, para o desenvolvimento de uma educação a distância de excelência, propõe-se que a tutoria permeie os processos e o progresso das AS e AI. A criação dos Núcleos Temáticos de Tutoria (NTT) foi uma proposta de organização, gerenciamento e planejamento pedagógico capaz de funcionar como tentativa de se propor uma tutoria a distância eficiente, vanguardista e suficiente para atender às demandas de alunos matriculados em seus respectivos Polos, cursos e disciplinas.

14. Ato Legal de Aprovação de Autorização de Funcionamento do Curso na UCB – Resolução CEPE/UCB n.º 045/2007 – Aprovação de Autorização de Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários na modalidade EaD na UCB – Aprovação de Autorização de Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários na modalidade EaD na UCB.

Outros Atos legais e Institucionais que embasam o projeto pedagógico:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei n.º 9.394/1996 - *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*
- Parecer CNE n.º 776/97 - *Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de Graduação.*
- Parecer CNE/CES n.º 436/2001 - *Trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.*
- Parecer CNE/CP n.º 29/2002 - *Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.*
- Resolução CNE/CP n.º 3/2002 - *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.*
- Portaria MEC n.º 874/2006 - *Credenciamento da UCB, pelo prazo de cinco anos para a oferta de cursos superiores a distância em todo território nacional.*
- Parecer CNE/CES n.º 277/2006 - *Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Eixo Tecnológico: Gestão e Negócio.*

- Portaria MEC n.º 10/2006 - *Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.*
- Resolução CEPE/UCB n.º 050/2006 - *Atividades complementares.*
- Parecer MEC n.º 29/2006, publicado em DOU n.º 241 Seção 1 de 13/12/2006, página 96 – *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação profissional de Nível Técnico.*
- Portaria MEC Normativa n.º 12/2006 - *Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos - superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.*
- Portaria MEC n.º 282/2006 - *Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.*
- Portaria UCB/Chancelaria n.º 012/2007 - *Criação do Centro de Educação a Distância – CEaD.*
- Portaria MEC Normativa n.º 40/2007- *Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.*
- Portaria MEC n.º 1/2009 - *Aprova, Instrumento de Avaliação de Cursos Superiores de Tecnologia do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES publicado no DOU de 6/1/2009, Seção 1, página 8.*

2 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A universidade contemporânea deve ser um centro de reflexão crítica, de mentalidade criativa e comprometida com a observação sobre a diversidade dos saberes existentes na sociedade e com a elaboração, difusão e aplicação do conhecimento. Por conseguinte, a universidade deve ser o lugar por excelência do cultivo do espírito do saber e onde se desenvolvem as mais altas formas da cultura acadêmica e da reflexão.

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI –, está previsto o Projeto Pedagógico Institucional – PPI – como instrumento para a formulação de uma proposta político-pedagógica que orientará os cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, e sua articulação com práticas investigativas e de extensão.

Portanto, torna-se assim fundamental a articulação entre as atividades do curso, cujo objetivo estratégico é formar pessoas capazes de intervir no desenvolvimento econômico e social e na melhoria das condições de vida de sua região e país, bem como profissionais que atendam às demandas do setor produtivo onde sua profissão se insere. Para isto, é necessário enfatizar a formação ética e a reflexão crítica.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários visa à formação de profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades na área de imóveis.

Além disso, propõe-se a formar cidadãos, profissionais críticos, atuantes e capazes de contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional; ampliar a percepção do homem como ser humano e cidadão.

Também é mister a compreensão de novas perspectivas socioculturais a partir da sua articulação com a cultura e a sociedade brasileiras, tendo em vista o crescimento das ligações entre os povos, o desenvolvimento científico e tecnológico e a ampliação dos sistemas de comunicação.

Portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários pretende constituir-se como lugar de reflexão e fonte de conhecimento que leve o aluno a observar e a experimentar as mais diversas manifestações das competências humanas e como local de aquisição de conhecimento e habilitação profissional, por meio de disciplinas que ofereçam teoria, técnica e prática, bem como conteúdos atualizados, adaptados constantemente às necessidades sócio-político-culturais e como espaço de iniciação à prática de trabalhos científicos e de incentivo às práticas investigativas.

Assim, por meio da relação entre teoria e prática do trabalho acadêmico, esse projeto busca garantir ao futuro profissional desta área de conhecimento, os conteúdos necessários para uma formação específica e aprofundada, além de lhe proporcionar uma visão mais ampla do processo de educar e possibilitar o seu pleno desenvolvimento intelectual.

É importante ressaltar, ainda, que, por tratar o ensino, a aprendizagem e a prática investigativa como processos dinâmicos, esta proposta estará sujeita a permanentes atualizações, sempre que a reflexão teórico-metodológica determinar correções de rumo.

3 – A JUSTIFICATIVA DO CURSO

Contemporaneamente, a sociedade, marcada pelo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, pela velocidade da informação e da comunicação, pela reorganização do mundo do trabalho e por relações sociais e políticas que implicam em uma expansão das fronteiras comerciais e de troca de experiências em tempo real, tem acentuado a importância da educação como um fator fundamental do desenvolvimento, construção da cidadania e democratização baseada na inclusão e transformação da realidade.

A função da educação se transforma nas sociedades atuais, em decorrência dos novos padrões de vida e de relacionamento que emergiram nas últimas décadas. O desenvolvimento científico e tecnológico e a natureza das transformações econômicas modificaram profundamente a estrutura e funcionamento das sociedades, atingindo-as em seus fundamentos. Mudou a natureza das vidas econômica, social e cultural.

Assim, entre os grandes desafios que se colocam hoje para a educação, encontra-se a necessidade de articular o que ocorre no mundo com os acontecimentos regionais e locais, com vistas a auxiliar na construção da cidadania e atenuar as desigualdades

sociais. A preparação para a docência e a gestão em educação faz parte dessa construção, exigindo uma sólida formação para lidar com processos permeados pelo conhecimento científico, pela cultura, pela tecnologia e pela informação.

O curso encontra justificativa ainda, conforme dito anteriormente, no fato de possuir uma abordagem de natureza humanística que promove uma visão crítica da realidade contemporânea e um entendimento dos contextos onde a respectiva área de conhecimento se insere. Promove o estudo teórico das possibilidades de atuação da profissão; por intermédio de atividades que incentivem a leitura, a escrita e a comunicação, para que o educando adquira um espírito investigativo e instrumental de trabalho.

Atualmente no país, com a oferta de diversos tipos de financiamento para a aquisição de um imóvel, a área dos negócios imobiliários é ampla e promissora.

O profissional interessado nesse setor pode atuar tanto na área administrativa, trabalhando com locação, avaliação de imóveis, consultoria, análise de documentos, financiamentos e lançamentos, quanto em vendas, como corretor imobiliário. O surgimento, nos últimos anos, dos condomínios verticais, é outro ponto que contribuiu para o aquecimento do mercado.

O conhecimento em avaliação de imóveis, direito imobiliário, arquitetura e urbanismo, sistema de notas e registro, estratégias de negociação, tecnologia das organizações, urbanismo e meio ambiente, gerenciamento mercadológico e gerenciamento de pessoas, operações imobiliárias e código de ética é indispensável a esse profissional.

A UCB vem se atualizando para responder a essas novas demandas do mercado. E foi dentro dessa perspectiva que a universidade desenvolveu e oferece à sociedade este Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários na Modalidade EaD.

Por todos os fatores mencionados, os Projetos Pedagógicos dos cursos da UCB compõem-se de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressa e orienta a prática pedagógica na formação de pessoas na graduação. O objetivo é possibilitar a reflexão crítica sobre a prática pedagógica da Universidade, por meio do alcance das propostas de cada curso. Assim, será continuamente repensado e aperfeiçoado, em um ciclo dinâmico de avaliação e mudança, na busca constante da melhoria de qualidade dos serviços oferecidos pela universidade.

4 – CONCEPÇÃO E FINALIDADE DO CURSO

A UCB concebe educação a distância como uma modalidade de ensino capaz de oferecer o acesso e a permanência de estudantes no Ensino Superior, rompendo barreiras geográficas de tempo e espaço.

O presente Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, na modalidade a distância, é fruto do resultado de uma construção coletiva dos representantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE com o conjunto do Corpo Docente. Nesse sentido, reflete o pensamento educacional contemporâneo em um processo de tomada de consciência da importância da educação a distância como estratégia de democratização do saber em nosso país.

Partindo da premissa de que a educação deve ser o elo entre a formação profissional e as demandas exigidas pela sociedade, este curso está fundamentado na perspectiva de uma atuação profissional diversificada, cujo princípio norteador é o entendimento da educação tecnológica como atividade possibilitadora de integração entre o saber e o homem.

Os Polos EaD-UCB estão distribuídos em diferentes regiões do país. Sob esta ótica, é absolutamente clara a ligação da Instituição com uma clientela que precisa se aproximar de um currículo que reconheça as peculiaridades do meio social de origem,

possibilitando integração entre os interesses específicos da região e a formação de profissionais qualificados.

Seja pela capilaridade (abrangência de oferecimento do curso) local ou global, com o apoio logístico e estrutural de parceiros importantes, a UCB consegue o êxito de chegar aos diversos pontos do Rio de Janeiro e do Brasil com o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários.

Assim, o curso se estrutura, em suas bases filosóficas, no fato de tornar possível a ampliação, disseminação e divulgação de todo um patrimônio cultural e humano de uma sociedade diversificada e desigual, bem como a formação do profissional consciente de sua responsabilidade civil.

No que se refere aos fundamentos legais, o presente projeto estruturou-se considerando os seguintes aspectos: a Lei n.º 9394; Resolução CNE/CP n.º 2/2002; Parecer CNE/CP 28/2001; Resolução CNE/CES 18/2002; Parecer CNE/CES n.º 492/2001; Parecer CNE/CES n.º 1.363/2001; Ato Legal de Aprovação de Autorização de Funcionamento do Curso na UCB definiu-se pela Resolução CEPE n.º 001-B/2006, de 11 de abril de 2006, a partir do Parecer CES/CNE 341/04, Portaria n.º 874, de 07 de abril de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 11 de abril de 2006, Seção I, página 15, que credencia a UCB, pelo prazo de cinco anos, para oferta de cursos superiores a distância em todo território nacional.

O presente projeto pedagógico foi concebido a partir de princípios de desenvolvimento que consideram as crescentes inovações científico-tecnológicas; o respeito às bases legais, às instituições e à ética, objetivando a valorização do homem, da sociedade e do meio ambiente.

A finalidade deste curso é promover o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira por meio da inserção no mercado de trabalho de cidadãos conscientes da realidade do país e que busquem uma transformação real da geração

presente e das gerações futuras. Além disso, o curso finalizará com a formação de competências para o trabalho que englobam as relações internas nas organizações, bem como as externas, que promovem a articulação entre diversos atores que podem contribuir com o progresso.

5 – MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL DA UCB

A UCB tem como missão “formar profissionais para as diferentes áreas, tendo como princípios uma perspectiva de educação continuada, de construção e socialização de conhecimentos comprometidos, em seu conjunto, com os problemas da sociedade, da cultura, do meio ambiente, da ciência e da tecnologia, pautando a formação dos profissionais com princípios humanísticos, éticos e de exercício da cidadania.”

Considera, em consonância com o Plano Nacional de Educação¹, que a formação graduada de ensino não deve se restringir à perspectiva de uma profissionalização estrita especializada, mas há que propiciar a aquisição de competências de longo prazo, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos e linguagens, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla e abstrata para constituir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos².

Além das atribuições definidas em capítulo próprio da Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988, as universidades devem procurar definir suas missões considerando as peculiaridades particulares existentes na região geoeconômica onde se localiza o curso e suas inserções no desenvolvimento local e regional. Neste contexto, a UCB considera que, além de ser uma instituição plural e multidisciplinar, se

¹ BRASIL. *Lei 10172 de 9 de janeiro de 2001 - aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e da outras providências*. Brasília: DOU, 2001.

² CÉSAR, E. E. B. “Princípios e Fundamentos do Plano Nacional de Graduação: uma introdução crítica no contexto de um processo em construção”. IN: RODRIGUES, M. E. F. *Resgatando espaços e construindo ideias*; ForGRAD 1997 a 2002. Niterói, Ed. UFF, 2002: pág. 35.

apresenta à sociedade como um de seus instrumentos de mudança, capaz de contribuir com a eliminação das desigualdades existentes.

Para tanto, torna-se imperioso que a universidade atue:

- com competência, que deve ser demonstrada pela sua capacidade de gerar novos conhecimentos, de produzir teses e dissertações e de qualificar profissionais aptos ao enfrentamento das novas condições impostas pelos avanços da ciência e da técnica e pelas grandes mudanças verificadas nas relações de trabalho;
- com pertinência, capaz de permitir a rápida resposta às demandas e necessidades de governos e da própria sociedade, contribuindo efetivamente para a solução de problemas locais, regionais e nacionais e propondo soluções inovadoras; e,
- com equidade, capaz contribuir decisivamente para a igual distribuição de oportunidades.

A UCB tem como Visão “ser reconhecida como referência na promoção plena das potencialidades individuais e na capacitação para o trabalho e a cidadania, por meio do ensino e da produção científica e tecnológica, integrados sob a mediação da extensão, à cultura e às demandas do desenvolvimento regional e, em especial, da zona oeste do Município do Rio de Janeiro.”

É neste contexto que o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários foi concebido e implantado.

6 – A EaD NA UCB

A partir de 2002, quando foi autorizada pelo CNE a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade de EaD, a UCB decidiu organizar as suas ações, estabelecendo uma estratégia de expansão que possibilitasse a ampliação da oferta para os cursos de graduação e superiores de tecnologia e, ainda, que viabilizasse a articulação entre o setor público e privado, no intuito de oferecer aos quadros das

organizações programas de qualificação profissional e de capacitação, determinantes para a modernização das suas práticas e para o aumento da competitividade.

Dessa forma, a EaD passou a ser encarada como uma das prioridades da UCB, tanto pela inovação que passou a trazer para o processo pedagógico como pelos seus reflexos sobre as relações da universidade com a sociedade, mesmo para os cursos presenciais.

As cinco fases de implantação da EaD na UCB podem ser descritas a partir da edição da Portaria n.º 1247/2002, que homologou o Parecer da Câmara de Educação Superior – CES do Conselho Nacional de Educação – CNE/CES n.º 0145/2002, o qual credenciava o Programa de EaD em nível de Pós-graduação Lato Sensu da UCB. A partir daí, a universidade iniciou seu processo de instalação, expansão e consolidação dos programas de EaD, considerando como parâmetros determinantes do êxito os conceitos, objetivos gerais e as diretrizes norteadoras fixados nos itens anteriormente citados.

Pode-se, então, ao longo dos últimos cinco anos, caracterizar as cinco fases distintas nesse processo, a seguir descritas:

- Fase I — Instalação (a Portaria n.º 1247/2002 outorgou à UCB a possibilidade de organizar cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* na modalidade EaD).

As primeiras iniciativas verificaram-se já no decorrer do ano de 2003, focadas em sua quase totalidade na oferta de cursos voltados para o aperfeiçoamento no magistério, de modo a atender o elevado contingente de professores de educação básica que necessitavam de qualificação em práticas pedagógicas ou em supervisão escolar. Nessa fase, a universidade procurou experimentar as diferentes metodologias disponíveis, tanto no que concerne à utilização das novas Tecnologias de Informação e de Comunicação – TIC, por exemplo, a internet, como no que diz respeito às chamadas metodologias convencionais, que utilizam encontros presenciais e se valem de meios como a produção de vídeos (na época ainda de uso generalizado) e de DVD. Em ambos os casos, os cursos sempre foram

realizados com o apoio de materiais instrucionais, com conteúdos que atendiam aos requisitos estabelecidos acima;

- Fase II — A utilização da EaD nos cursos presenciais.

Em sua reforma curricular de 2003, a UCB dividiu as estruturas curriculares em três grupos de disciplinas: disciplinas de formação geral, voltadas para a formação da cidadania; disciplinas de formação profissional geral, destinadas ao atendimento a estudantes de um mesmo campo de saber; e as disciplinas de formação profissional específica, que visam à formação especializada dos futuros profissionais. As características das disciplinas de formação geral, que passaram a ser parte do que foi convencionalmente denominado de Núcleo Integrador – NI –, cujo projeto está em anexo, constituíram um forte motivo para a aplicação da Portaria MEC n.º 2253/2001, posteriormente alterada pela Portaria MEC n.º 4059/2004, que prevê a possibilidade de oferta de até 20% da carga horária dos cursos de graduação na modalidade EaD. Este projeto foi fruto de uma mobilização da Reitoria da UCB, em conjunto com a Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Docente e as Coordenações de Curso, com base nos dados e informações sobre o déficit significativo de conhecimento dos ingressantes na UCB. A partir dessa constatação, propôs-se a criação do NI. Nessa fase, a UCB procurou adotar como estratégias básicas: i) a elaboração de conteúdos de qualidade e ii) a introdução das “Aulas Magnas” no planejamento acadêmico, oferecidas por renomados professores e sempre tratando dos temas fundamentais de cada uma das disciplinas de formação geral. Ao mesmo tempo, a UCB começou a desenvolver os procedimentos que deveriam ser adotados para atendimento aos alunos, na forma de tutoria presencial e a distância – elaboração de ambiente virtual de aprendizagem para os alunos, denominado WEBCAF e descrito no item 15 – ATENÇÃO AO DISCENTE – deste projeto;

- Fase III — Expansão da Pós-graduação *Lato Sensu*.

O ano de 2003 abriu uma nova oportunidade para a UCB, em virtude de sua efetiva aproximação com o Exército Brasileiro, que, em parceria com a universidade, passou a oferecer um conjunto de quatro cursos de especialização (Gestão de

Marketing, Docência do Ensino Superior, Administração Municipal e Gestão de RH). Nesses cursos, a UCB, ainda em fase de expansão de seus programas, utilizou a base logística oferecida pelo Exército Brasileiro, centrada nos “Tiros de Guerra” e na possibilidade de apoio computacional por meio de uma plataforma construída pelo próprio Exército;

- Fase IV — Implantação dos cursos de graduação na modalidade EaD.

Dois fatos alteraram consideravelmente o planejamento acadêmico da UCB nos cursos a distância: i) a publicação do Decreto n.º 5622/2005 em dezembro de 2005 e ii) a publicação da Portaria n.º 874/2006 no DOU de 11 de abril de 2006, que homologou os Pareceres CNE/CES n.º 0145/2002, n.º 297/2003 e n.º 301/2003, que autorizou “... a oferta de cursos a distância, podendo estabelecer parcerias com instituições para a realização de momentos presenciais, ofertando seus cursos a distância em Polos de outras unidades da federação”. Inicialmente, a UCB ofereceu os cursos de graduação em Pedagogia e Letras, todos em parceria com a instituição denominada Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino – IESDE. Considerando também a sua forte inserção no cenário regional da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a UCB passou a desenvolver, sempre em conjunto com as prefeituras de Seropédica, Itaguaí e Mangaratiba, cursos de licenciatura voltados para o atendimento às necessidades dos municípios daquela região do Rio de Janeiro. No primeiro caso, a logística (gravação das aulas, elaboração e impressão dos conteúdos e distribuição do material) ficou a cargo do IESDE. No segundo caso, as Prefeituras ficaram encarregadas de assegurar a infraestrutura nos Polos presenciais, cabendo as demais atividades, inclusive as de apoio, a UCB;

- Fase V — A fase atual de desenvolvimento da EaD na UCB.

No início do processo de reformulação dos programas e cursos na modalidade EaD, dois novos fatos contribuíram fortemente para uma mudança considerável do cenário até então verificado e para o redirecionamento das ações em curso no programa de educação a distância da UCB, são eles: a) A edição da Portaria n.º 02/2007, em janeiro de 2007, que exigiu a inscrição de todos os Polos ativos no MEC, concedendo um prazo até agosto de 2007, posteriormente prorrogado para

outubro, para inclusão e aglutinação de Polos em funcionamento efetivo, e b) a publicação, a partir do segundo semestre de 2007, dos padrões de qualidade a serem adotados e seguidos pelos Polos e cursos na modalidade EaD. Nesse momento, teve início um profundo processo de mudanças na organização da EaD na UCB, com as seguintes providências:

- Criação de uma Coordenação de Educação a Distância – CEaD – diretamente vinculada à Chancelaria da UCB (Portarias 013/2007 da Chancelaria em 29 de março de 2007, que constitui o Conselho Deliberativo do CeaD, e 014/2007 Chancelaria de 29 de março de 2007, que constitui a Câmara Técnica do CEaD e órgãos de assessoramento);
- Definição clara das articulações entre os cursos presenciais e a distância, de forma a envolver o maior número de professores na oferta de cursos de EaD;
- Estabelecimento de novas relações com os parceiros, fixando responsabilidades e atribuições para Polos e organizações de apoio logístico. Ao longo de 2008, na medida em que as relações com os Polos ficavam mais intensas, em face do crescimento da demanda pelos cursos, a UCB decidiu promover um conjunto de mudanças estruturais, de forma a assegurar, por um lado, o cumprimento das determinações contidas na Portaria MEC n.º 02/2007 e nos instrumentos definidores dos padrões de qualidade, e, por outro lado, garantir o cumprimento dos objetivos e diretrizes norteadores, fixados no PDI, em 2002. Assim, no decorrer do primeiro semestre de 2008, foi alterada a composição da equipe encarregada do gerenciamento dos programas de EaD e tomadas as seguintes medidas, algumas ainda em andamento:
 - 1) A concepção do Projeto Geral de EaD na UCB, entendida a partir da consideração dos seguintes fundamentos: a) estabelecimento e adoção de base conceitual; b) definição dos objetivos gerais; c) adoção dos critérios de qualidade para os conteúdos e outros materiais instrucionais e d) definição das ações a serem realizadas de forma a assegurar a

adequabilidade logística à oferta de cursos na modalidade EaD. No que diz respeito a:

a) Base Conceitual:

Considera-se a perspectiva proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996), que sustenta a proposta de EaD da UCB e que a define como:

- Uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação^{3[1]}.

- Na mesma direção, como reforço, a partir da pesquisa apresentada na dissertação de mestrado de Melo, 1999^{4[2]}, na COPPE-UFRJ, admite-se a seguinte definição de EaD:

"Entende-se o ensino a distância como um sistema tecnológico de comunicação bidirecional (ou multidimensional, como a UCB já vem adotando – grifo nosso), que pode ser de massa, e que substitui a interação pessoal entre professor e aluno, típica de uma aula, como meio primordial de ensino, por uma ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização e tutoria, proporcionando um aprendizado independente e flexível aos estudantes".

- Procurando atender às necessidades de educação de uma população dispersa geograficamente e, em particular, às pessoas que se encontram em regiões onde não existem ainda instituições de Ensino Superior ou programas e qualificação e de capacitação empresarial, a

^{3[1]} BRASIL. Leis, Decretos. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: DOU, 1996.

^{4[2]} MELO, Paula Tavares da Cunha, (1999). *Requalificação de Trabalhadores e Formação à Distância no Ensino Médio*: SIVIRA, Sistema Virtual de Aprendizagem. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.), Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia - COPPE/UFRJ, Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, Fevereiro.

EaD acaba por se constituir no meio mais eficaz de oferta de novas oportunidades para aqueles que não tiveram a chance de realizar seus estudos superiores, transformando-se, assim, em parâmetro determinante para igual distribuição de oportunidades a todos os cidadãos. Dessa forma, pode-se citar Almeida que afirma:

“Quando tratamos de mudança não pensamos naquela em que se altera apenas a superfície para que a essência não se mude e tudo fique como está. Pinta-se a casa, mas não se alteram as estruturas. Pensamos numa mudança mais profunda em que a sociedade se torne mais justa, democrática, com suas riquezas mais bem distribuídas” (ALMEIDA, F. J, 2008).^{5[3]}

Os sistemas de EaD procuram gerar a cultura de "aprender a aprender", transformando o aluno em ator efetivo no seu próprio processo de formação, conforme Delors, J., 2005^{6[4]}. Com base nestas citações, a UCB se propõe a desenvolver o espírito crítico e autonomia intelectual, para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o aluno possa ser o sujeito de sua aprendizagem criando assim a autonomia de estudo. A autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação e nas decisões profissionais.

^{5[3]} Entrevista concedida por Fernando José de Almeida, formado em Filosofia e Pedagogia. Mestrado e doutorado na área de Informática e Tecnologias Aplicadas à Educação na PUC-SP, onde leciona desde 1976. Fez seu pós-doutorado na França, em Lyon, no IEPEACS-CNRS. Atualmente é professor no programa de Pós-graduação em Educação e trabalha em Moçambique, desde 1998, com a formação de doutores e mestres em Educação. Foi Vice-Reitor Acadêmico da PUC-SP (1994-1996) e Secretário da Educação da cidade de São Paulo (2001-2002). Atualmente é Vice-Presidente da Fundação Padre Jose de Anchieta Centro Paulista de Radio e TV Educativas – TV Cultura; Coordenador do Programa Tecnologias e Gestão Escolar Microsoft/CONSED/PUC-SP; membro do Fórum de Líderes da Microsoft; presidente do Instituto Lumiar e membro fundador do Instituto DNA-BRASIL. Membro do corpo editorial da Revista Cenpec, da revista Informática e Educação da SBIE e da Revista Eletrônica e-Curriculum.

^{6[4]} DELORS, JACQUES. *A Educação para o Século XXI — Questões e Perspectivas*. 1 ed. São Paulo: Artmed, 2005. ISBN: 8536304359. 256 p.

b) Objetivos Gerais:

- democratizar o acesso à educação;
- assegurar uma aprendizagem autônoma e associada à experiência;
- possibilitar um ensino participativo, pelo uso intensivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC;
- estimular a geração de uma cultura da educação continuada;
- formar para a cidadania e para o compromisso social integrado à realidade socioeconômica brasileira;
- articular a organização curricular com o mundo do trabalho e as demandas da sociedade organizada.

c) Qualidade do conteúdo:

O material instrucional impresso utilizado nos cursos da UCB de EaD se propõe a estabelecer uma inter-relação entre os diferentes atores que participam deste processo. Para tanto, estes textos foram organizados em uma linguagem “dialógica”, nos quais o autor estabelece uma “conversa pedagógica” com os alunos. Os textos objetivam criar um espaço de aprendizagem para que o aluno possa desenvolver reflexões e análises críticas, além de provocar a busca de novos conhecimentos. A ênfase dada a este processo privilegia a aprendizagem, buscando desenvolver um aluno independente e crítico.

É importante salientar que os meios instrucionais por si (rádio, televisão, internet) não podem ser considerados como um programa de EaD. Para que se torne um programa desta natureza, é necessário que haja uma base teórica explícita, os objetivos definidos, uma utilização de metodologia adequada, um apoio institucional e a existência de tutor capaz de fomentar e facilitar o aprendizado, de motivar o aluno a buscar o conhecimento permanente. Dessa forma:

- os conteúdos deverão ser efetivamente capazes de assegurar a aprendizagem nos níveis exigidos pelas Diretrizes Curriculares dos respectivos cursos e pelos padrões exigidos na UCB, em seu PDI;

- os textos devem ser estruturados de forma adequada à metodologia utilizada em EaD, contendo atividades de estudo, estudos de caso, exercícios de fixação da aprendizagem, além de outras estratégias específicas de cada conteúdo. Todas as estratégias selecionadas devem ser organizadas para atingir as competências e objetivos propostos, possibilitando ao aluno inserir-se no campo de estudo e posicionar-se em relação às suas grandes questões.

d) Adequabilidade Logística:

Para atender aos objetivos acima, a UCB está sempre buscando:

- Concepções gráficas e editoração que sejam instrumentos de motivação para o aluno;
- Excelente qualidade na imagem das aulas transmitidas, com a supervisão pedagógica adequada e com a preparação do conferencista, no que concerne à apresentação na televisão;
- Eficiência na distribuição dos materiais de ensino, fazendo com que os mesmos cheguem ao aluno em boas condições e nos prazos previstos;
- Oferecimento de diversos meios de comunicação entre alunos e tutores ou professores, de forma a assegurar rápida resposta às dúvidas;
- Sistema eficaz de auditoria e supervisão dos Polos para assegurar o cumprimento dos padrões e das normas acadêmicas;
- Modernização constante dos equipamentos utilizados nos Polos;
- Acesso presencial facilitado às Bibliotecas nos Polos e à Biblioteca da UCB.

2) Em relação às providências e medidas corretivas, visando ao atendimento dos padrões de qualidade fixados pela Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC, com base nos diagnósticos elaborados pela nova Equipe de Coordenação da EaD na UCB e pelos fundamentos estabelecidos e descritos anteriormente, a EaD/UCB se apresenta hoje com as seguintes características:

a) No que concerne ao Processo Pedagógico e às Metodologias Utilizadas:

- Conteúdos: são elaborados por professores da UCB ou ainda por especialistas renomados que, por suas experiências e conhecimento, poderão contribuir efetivamente para o aprendizado dos estudantes. Em todas as disciplinas oferecidas são indicadas referências bibliográficas básicas, devidamente formatadas para uso na EaD, de forma a possibilitar a interatividade exigida em programas dessa natureza; a impressão dos conteúdos desenvolvidos é realizada em gráfica contratada pela universidade; a universidade tem também adquirido material impresso, sempre nos padrões exigidos para os cursos na modalidade EaD, no intuito de assegurar aos estudantes os meios indispensáveis a uma efetiva aprendizagem.

- Avaliação do Desempenho do Estudante: as questões dos testes de avaliação são selecionadas de um banco de questões da própria universidade, que poderá ser analisado quando da visita dos avaliadores. Quando assumiu a gestão dos Programas de EaD, a atual coordenação do CEaD/UCB chamou a si tal responsabilidade e hoje as questões disponíveis no Banco Institucionais de Questões – BIQ/UCB são propostas pelos professores dos cursos oferecidos pela universidade, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Para a gestão desse banco foi designado o Coordenador Pedagógico do CEaD; para a distribuição das provas, a UCB se vale de empresa especializada no atendimento logístico, que tem por responsabilidade o encaminhamento das provas aos Polos, bem como de seu recolhimento, para correção.

b) No que concerne ao Atendimento ao Discente:

Como a UCB utiliza, na sua metodologia, os encontros presenciais, tanto para a apresentação das videoaulas, como para as aulas dos professores, tem sido desenvolvido um grande esforço para capacitar os tutores

presenciais, no caso das videoaulas, para a realização de outras atividades que estimulem a aprendizagem.

A capacitação dos tutores presenciais vem ocorrendo nos Polos de apoio presencial. A tutoria a distância é hoje realizada na sede da UCB em Realengo no Rio de Janeiro e, para tanto, a UCB oferece aos estudantes o atendimento por intermédio de um portal, chamado de Portal EaD/UCB^{7[5]}, que conta permanentemente com tutores em regime de plantão, para atendimento dos Núcleos Temáticos de Tutoria – NTT, além disso são selecionados monitores para a realização de algumas das atividades de apoio.

Para a consecução de seus objetivos didáticos e pedagógicos, a UCB conta com o apoio de seus Polos, todos devidamente registrados no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior – SIED/SUP do MEC, sendo que as condições para o credenciamento de Polos na UCB compreendem:

- Existência de contrato firmado com o CER, em que o polo se compromete a atender aos requisitos fixados pelo MEC nos Instrumentos de Qualidade da EaD e às recomendações da universidade;
- Infraestrutura em consonância com os Padrões de Qualidade do MEC: biblioteca, laboratório de informática, sala para encontros presenciais, sala para permanência dos tutores presenciais, equipamentos de multimídia, sistema de comunicação bidirecional com a UCB;
- RH compatíveis com as exigências dos padrões de qualidade: tutores com os níveis de titulação adequados, formação em EaD, permanência nos Polos nos horários previstos.

Ainda em 2006, a UCB reafirmou com as instituições conveniadas, anteriormente citadas, a viabilização da sua atuação, com qualidade, em todas as unidades da Federação, garantindo o funcionamento de seus Polos de Apoio Presencial.

^{7[5]} O Portal de EAD/UCB oferece acesso aos materiais didáticos, ao sistema de registro acadêmico, ao sistema administrativo e financeiro, à biblioteca virtual, entre outras ferramentas do ensino a distância.

Os 246 Polos de Apoio Presencial estão localizados nas regiões onde há siglas, em letra preta, dos respectivos Estados, sendo distribuídos por municípios, conforme tabela a seguir mostrada:

UF	MUNICÍPIO
AC	1
AL	1
AM	1
CE	6
DF	6
ES	6
GO	13
MA	2
MG	45
PA	3
PB	2
PE	7
PI	2
PR	65
RJ	32
RN	2
RO	1
RS	37
SC	13
SE	1
TOTAL	246

Fonte: CEaD, 2009 (Observação: Esta informação foi atualizada no segundo semestre de 2008).

As ações detalhadas de atendimento ao discente estão descritas neste projeto no item 15 – ATENÇÃO AO DISCENTE.

c) No que concerne ao Controle Acadêmico dos Estudantes:

O registro acadêmico dos estudantes de graduação na modalidade a distância utiliza o mesmo sistema construído para os alunos dos cursos presenciais denominado WEBCAF, e descrito detalhadamente no item 15 – ATENÇÃO AO DISCENTE – do presente projeto.

Visando a assegurar o atendimento aos padrões fixados, tanto pelo MEC como pela UCB, o CEaD instituiu em 2009 uma Comissão Permanente de Auditoria Acadêmica dos Polos, presidida pelo Vice-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, e que tem por atribuição visitar os Polos e verificar o cumprimento das condições de oferta.

7 – HISTÓRICO DO CURSO

7.1 – A UCB e sua Trajetória

A UCB, mantida pelo CER, desenvolve, há três décadas, atividades educacionais, integrando os Ensinos Fundamental, Médio e Superior nas Zonas Oeste e Norte da cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Teve origem no Centro de Estudos Universitários Paulo Gissoni, fundado em 07/03/1971, conforme decisão da Assembléia Geral, realizada ao dia 23/02/1973, sendo denominada inicialmente de CER.

Os primeiros cursos implantados foram nas áreas de Educação, Ciências e Letras — na Faculdade Marechal Castelo Branco e de Educação Física — na Faculdade de Educação Física da Guanabara. Em 1975, as duas Faculdades passaram a constituir as Faculdades Integradas Castelo Branco – FICAB, com aprovação do Regime Unificado, pelo parecer do Conselho Federal de Educação – CFE n.º 2903/71, de 01/07/75.

Em 1976, houve a expansão das FICAB com a criação dos cursos superiores de Matemática e Pedagogia e, em 1989, dos cursos superiores de Serviço Social, Administração e Tecnólogo em Processamento de Dados. Iniciou-se, então, o processo formal da criação da UCB, com o acolhimento das FICAB pelo CFE em 18/02/91. No ano seguinte, foi aprovada a implementação do projeto da UCB, o qual incluiu a autorização para o funcionamento dos cursos de Física e Ciências Biológicas, ambos fundados em 1992.

O processo de desenvolvimento da UCB prosseguiu com o reconhecimento em 1993 dos cursos de graduação plena em Serviço Social, Administração, Tecnólogo em Processamento de Dados, bacharelado em Educação Física (com ênfase em Ciência da Performance Humana e Educação Física Especial) e em Pedagogia (com ênfase em Educação Especial).

A instalação oficial da UCB ocorreu após a publicação da Portaria MEC n.º 1834, no DOU do dia 29 de dezembro de 1994. A partir daí, a UCB criou novas unidades nos bairros do Recreio dos Bandeirantes, da Vila da Penha, do Centro e posteriormente em Rocha Miranda.

Em 1997, foi elaborado o projeto pedagógico do curso de Medicina Veterinária, no campus Penha, em parceria com a Sociedade Nacional da Agricultura – SNA –, o qual obteve autorização para funcionamento pela Resolução n.º 02/97 do Conselho Universitário – CONSUN.

A UCB foi credenciada no MEC em 2006 para oferta de cursos de pós-graduação e graduação a distância, tendo atualmente cerca de 30.000 alunos matriculados e gerenciados pelo CEaD.

A UCB oferece atualmente os cursos presenciais de graduação em Administração, Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Letras, Matemática, Medicina Veterinária,

Nutrição, Pedagogia, Serviço Social, Sistemas de Informação e Terapia Ocupacional, além de cursos Superiores de Tecnologia. Os cursos de pós-graduação são oferecidos tanto na modalidade *lato sensu* (desenvolvidos prioritariamente em parcerias com outras instituições de ensino), como na modalidade *stricto sensu* em Motricidade Humana, na área das Ciências da Saúde, em Educação Física, no campus Recreio dos Bandeirantes.

Em função da constante evolução dos métodos de ensino-aprendizagem e da transformação da sociedade na sociedade do conhecimento, a UCB vem promovendo ampla discussão acerca de seu PPI e do PDI, reestruturando sua política de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e ampliando suas atividades acadêmicas.

A UCB tem como finalidade formar profissionais para as diferentes áreas do conhecimento, tendo como princípios uma perspectiva de educação continuada, de construção e socialização de conhecimentos comprometidos, em seu conjunto, com os problemas da sociedade, da cultura, do meio ambiente, da ciência e da tecnologia, pautando a formação dos profissionais em princípios humanísticos, éticos e de exercício da cidadania.

Considera, em consonância com o Plano Nacional de Graduação, que a formação graduada de ensino não deve se restringir à perspectiva de uma profissionalização estrita especializada, mas há que propiciar a aquisição de competências de longo prazo, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos e linguagens, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla e abstrata para constituir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos⁸.

⁸ CÉSAR, E. E. B. "Princípios e Fundamentos do Plano Nacional de Graduação: uma introdução crítica no contexto de um processo em construção". IN: RODRIGUES, M. E. F. *Resgatando espaços e construindo ideias: ForGRAD 1997 a 2002*. Niterói: UFF, 2002. pág. 35.

Além das atribuições definidas em capítulo próprio da Constituição Federal⁹, as universidades devem procurar definir suas missões considerando as peculiaridades próprias e suas inserções no desenvolvimento local e regional.

Nesse contexto, a UCB considera que além de ser uma instituição plural e multidisciplinar, tem por obrigação apresentar-se à sociedade como um de seus instrumentos mais eficazes de mudança, capaz de assegurar a eliminação das desigualdades.

7.2 – O Curso

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários foi oferecido a partir de 2007, tendo em vista a identificação das necessidades do mercado de trabalho por profissionais com conhecimentos especializados na área de gestão e negócios, conforme estabelece a Portaria MEC Normativa n.º 12/2006 que *“Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos - superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art.71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006”*.

O projeto pedagógico do curso foi elaborado pelos docentes que integram o Núcleo Docente Estruturante – NDE, apresentado e discutido com o corpo docente do curso e a partir das modificações sugeridas pelo grupo, foi apresentando na reunião do CEPE/UCB e aprovado pela Resolução CEPE UCB Resolução Nº 045/2007.

⁹ Promulgada em 5 de outubro de 1988.

8 – OBJETIVOS DO CURSO

8.1 – Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários tem por objetivo “formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades na área de imóveis”, devendo os profissionais terem a formação específica a seguir detalhada.

8.2 – Específicos

- Atuar como gestores em empresas de pequeno, médio e grande portes, bem como em empresas prestadoras de serviços na área de gestão de negócios imobiliários;
- Gerenciar processos com foco em resultados nas áreas de negócios imobiliários;
- Elaborar e implementar processos de avaliação de imóveis, direito imobiliário, arquitetura e urbanismo, sistema de notas e registro, estratégias de negociação, tecnologia das organizações, urbanismo e meio ambiente, gerenciamento mercadológico e gerenciamento de pessoas, operações imobiliárias e código de ética;
- Elaborar, implantar, gerir e avaliar planos e estratégias referentes aos diferentes processos na área de negócios imobiliários;
- Utilizar métodos e técnicas eficazes quanto à efetividade da gestão e organização empresarial na área de negócios imobiliários;
- Compreender os conceitos fundamentais, as técnicas e as melhores práticas que subsidiam o desenvolvimento de competências necessárias a um gerenciamento otimizado, estimulando as habilidades empreendedoras necessárias às atividades de planejamento, organização, direção e controle empresarial em negócios imobiliários.

9 – PERFIL DOS ALUNOS

9.1 – Ingressantes

Os ingressantes do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários são oriundos de várias regiões. A maioria dos alunos já atua no mercado de trabalho e, atraída pela oportunidade de uma capacitação adequada e maior qualificação, busca seu crescimento profissional.

9.2 – Egressos

Os egressos deste curso deverão tanto exercer as práticas de gestão de imóveis na organização em que atuam e fora dela, bem como deverão estar dotados de uma formação generalista, humanista, crítica, técnico-gerencial e prática, indispensável à compreensão interdisciplinar da sociedade e com capacidade de se ajustar às novas demandas geradas pelo progresso científico e tecnológico do país.

Especificamente os egressos deverão estar preparados para:

- Estruturar e gerenciar os processos imobiliários internos e externos à organização onde estão inseridos;
- Analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar trabalhos nos campos de negócios imobiliários;
- Exercer a prática gerencial nas diversas áreas de atuação de negócios imobiliários;
- Estar atento às novas manifestações da ciência da administração no que diz respeito a negócios imobiliários;
- Ter formação humanista, técnico-administrativa e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar dos fenômenos gerenciais e das transformações socioeconômicas na área de negócios imobiliários;
- Exercer ética associada à responsabilidade social e profissional;
- Ser um profissional, seguro, criativo, ousado;

- Ser agente de transformação do mundo contemporâneo e dos novos paradigmas que norteiam as diferentes ciências que interferem nos negócios imobiliários;
- Atuar com competência e crítica na prática de pesquisas em negócios imobiliários;
- Ter consciência da necessidade permanente de atualização de conhecimentos e técnicas na área de negócios imobiliários.

9.3 – Campos de Atuação

O campo de ação do tecnólogo em Negócios Imobiliários compreende as áreas operacionais de imóveis que conjuguem os interesses organizacionais e individuais dentro das relações no trabalho.

10 – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Entende-se o NDE como um conjunto de professores de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial e que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do projeto pedagógico do curso.

São atribuições do NDE:

- a) Elaborar o projeto pedagógico do curso, sob a supervisão da Coordenação do Curso e orientação e acompanhamento da Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento Pedagógico, definindo sua concepção e fundamentos;
- b) Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- c) Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- d) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para análise da Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento Pedagógico e posterior aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- e) Supervisionar as formas de avaliação de ensino e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;

- f) Analisar e avaliar, sob a supervisão da Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento Pedagógico, os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- g) Promover a integração horizontal e vertical e a interdisciplinaridade proposta pelo Curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- h) Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- i) Elaborar e implementar o acompanhamento do desempenho docente e discente por meio de dados fornecidos pela Avaliação Institucional;
- j) Elaborar diagnóstico anual de aproveitamento discente por meio de diferentes instrumentos avaliativos.

A constituição do NDE é a seguinte:

- a) o Coordenador do Curso, como seu presidente;
- b) pelo menos 30% (trinta por cento) do corpo docente, sendo que a indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso.

A designação dos representantes do NDE é feita pelo Vice-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente.

11 – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As características que formam o profissional desejável pelas organizações modernas acompanham as mudanças do mercado de trabalho e classificam suas competências e habilidades. Existem, entretanto, inúmeras definições de competências e habilidades, explicitadas por diversos autores.

As competências podem ser entendidas como a capacidade de uma pessoa ser capaz de agir de maneira eficaz diante de uma determinada situação, utilizando os conhecimentos que traz em sua bagagem pessoal, mas sem limitar-se exclusivamente a eles. Portanto, ser competente significa mobilizar nossos recursos cognitivos, entre os

quais estão os conhecimentos que já adquirimos anteriormente. Isso é demonstrado pelas atitudes que irão resultar em respostas inéditas, criativas, inovadoras e eficazes, para novos problemas que surgem no dia a dia.

O conceito de habilidade também varia de autor para autor. Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

As competências nos cursos superiores de tecnologia podem ser classificadas, conforme determina o Artigo 2º da Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, em profissionais tecnológicas: gerais e específicas.

11.1 – Competências Profissionais Tecnológicas Gerais

No presente projeto pedagógico, as competências profissionais tecnológicas gerais em que o aluno egresso deste curso será formado são:

Domínio de linguagens – Está relacionado à capacidade de leitura e escrita e refere-se ao grau de competência comunicativa (oralidade e o vocabulário) desejável e adequada às necessidades cotidianas de compreender o mundo e inserir-se plenamente na vida em sociedade.

Compreensão de fenômenos – Significa ser competente para formular hipóteses ou ideias sobre as relações causais que determinam os fenômenos, ou seja, é preciso saber que um determinado procedimento ou ação provoca certa consequência, além da competência para formular ideias sobre a explicação causal de certo fenômeno, atribuindo sentido às suas consequências.

Construção de argumentações – Saber argumentar é saber convencer o outro e a si mesmo sobre uma determinada ideia, isto é, convencer o outro porque, quando se adota diferentes pontos de vista sobre algo, é preciso elaborar a melhor justificativa para que o outro apoie a proposição. E convencer a si mesmo porque, ao se tentar resolver um determinado problema, necessita-se relacionar informações, conjugar diversos elementos presentes em uma determinada situação, estabelecendo uma linha de argumentação mental sem a qual se torna impossível uma solução satisfatória.

Solução de problemas – Está relacionada à capacidade de aceitar desafios que surgem no dia a dia, percorrendo um processo no qual terá que vencer obstáculos tendo em vista um objetivo.

Elaboração de propostas – Implica em criar o novo e para isso é necessário saber criticar a realidade, compreender seus fenômenos, comprometer e envolver-se ativamente com projetos de natureza coletiva; assim, vale dizer que esta competência exige a capacidade do indivíduo em exercer verdadeiramente sua cidadania, agindo sobre a realidade de maneira solidária, envolvendo-se criticamente com os problemas da sua comunidade, propondo novos projetos e participando das decisões comuns.

Empreendedorismo – Diz respeito ao desenvolvimento de um conjunto de características pessoais essenciais para uma gestão de sucesso.

Liderança – Abrange a condução de ações e esforços que promovam resultados em favor de um grupo ou da comunidade.

Negociação – Diz respeito à forma como as ações são articuladas para obter desenvolvimento e lucro em seu negócio.

Desenvolvimento de equipes – Abrange a condução de um grupo, o clima de trabalho, a integração, a motivação para a tarefa e o relacionamento ético com as pessoas.

11.2 – Competências Profissionais Tecnológicas Específicas

As competências profissionais tecnológicas específicas formadas neste curso são:

Associativismo – Diz respeito à cooperação entre empresas, à união para se fortalecer em conjunto e ao esforço coletivo para geração de trabalho e renda.

Socioempresariais – Diz respeito ao conhecimento sobre o conceito e à caracterização das sociedades, papéis e comunicação dos sócios.

Gestão de pessoas – Diz respeito à gestão dos colaboradores.

Marketing – Abrange o modo como o negócio e seus produtos são expostos no mercado, a maneira como se torna conhecido e desejado pelos clientes.

Análise do mercado – Trata da visão da oportunidade de um negócio se concretizar no mercado, considerando os consumidores, a concorrência e os fornecedores.

Busca de recursos financeiros – Trata-se de como captar recursos no mercado.

Análise e planejamento financeiro – É a competência de analisar e projetar estratégias para o negócio a partir de informações financeiras.

Contabilidade – Trata do conhecimento de informações contábeis que possibilitem a tomada de decisões gerenciais tecnológicas.

Qualidade – Abrange a compreensão dos conceitos de qualidade, planejamento estratégico, ambiente, processos e o comportamento das pessoas para a qualidade.

Observação do ambiente de Negócios Imobiliários – observar a realidade, identificando os fenômenos ocorridos, do ponto de vista mercadológico, que possam afetar o ambiente de negócios.

Problematizar os fenômenos – classificando-os tecnicamente de acordo com as teorias e ferramentas mercadológicas.

Oferecer soluções em função dos problemas identificados – integrar as soluções, contemplando metas, objetivos, prazos e formas de mensuração de resultados.

Viabilizar a implementação do plano e das ações de Negócios Imobiliários – identificar, mapear e implementar os processos inerentes à área de Negócios Imobiliários.

Gerenciar as estratégias e as ações implementadas – monitorando, mensurando e analisando os resultados, através das ferramentas de Negócios Imobiliários, possibilitando a adoção de medidas preventivas ou corretivas, que assegurem a longevidade do negócio.

A Matriz de Competências por Disciplina, elaborada de acordo com os da RESOLUÇÃO CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, que “Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia”, conforme citam os: “Art. 4º § 1º O histórico escolar que acompanha o diploma de graduação deverá incluir as competências profissionais definidas no perfil profissional de conclusão do respectivo curso; Art. 5º § 2º O histórico escolar que acompanha o Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico deverá incluir as competências profissionais definidas no perfil de conclusão do respectivo módulo e Art. 6º A organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade; § 1º A organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia”, está mostrada no ANEXO VI.

12 – PRINCÍPIOS, ESTRUTURAS E CONTEÚDOS CURRICULARES

12.1 – Organização Curricular

O currículo deve caracterizar as bases processuais da formação acadêmica e profissional. Ele é um complexo dos diversos processos relacionados com a formação profissional, cultural e humanística dos estudantes e deve ser traduzido por componentes curriculares que se organizem a partir de disciplinas, eixos, ênfases e/ou núcleos, que contemplem a inclusão desses diferentes componentes, os quais integram conteúdos em projetos, experiências e atividades acadêmicas e extensão, expressando a tradução das ações e movimentos necessários ao ensino e à aprendizagem.

Para construí-lo, é necessária uma seleção de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, valores, metodologias e situações de aprendizagem consideradas importantes. Tem por referência determinados destinatários e contextos do estado do conhecimento elaborado e da realidade cotidiana dos sujeitos, do futuro docente, da cultura e da ciência em suas diferentes dimensões. Também é importante frisar que a referida seleção deve ser um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conteúdos curriculares põem em ação as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

Essa é a perspectiva da UCB, em torno da qual se organizam todos os seus cursos, os quais assumem alguns princípios que permeiam toda sua organização curricular e que direciona, portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários proposto, definindo-se como uma de suas vertentes estruturantes:

- indissociabilidade entre ensino, práticas investigativas e extensão

O ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se possível e necessário, transformar tais realidades.

- interdisciplinaridade

A integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento.

- formação profissional para a cidadania

As instituições têm o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.

- autonomia intelectual

A autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação e nas decisões profissionais. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.

- responsabilidade, compromisso e solidariedade social

A compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade social devem ser pontos integradores das ações de extensão vinculadas ao currículo.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários tem a duração de quatro semestres letivos, obedecendo a uma Matriz Curricular que prevê, inserido nos módulos específicos, as disciplinas: a) do Núcleo Integrador – NI, b) de formação profissional tecnológica geral e c) profissional tecnológica específica. O currículo conferirá o grau de Tecnólogo em Negócios Imobiliários além das certificações intermediárias, por módulo de: Auxiliar Administrativo; Auxiliar em Negócios Imobiliários; Assistente em Negócios Imobiliários e Agente em Negócios Imobiliários.

12.2 – Flexibilização do Currículo

De acordo com Brasil, 2006¹⁰: a *“flexibilidade das unidades de estudo, possibilitando distintas ênfases de formação, aprofundamento, ampliação do conhecimento e desenvolvimento de competências específicas, desenvolvimento de atividades integradoras do conhecimento dentro e fora do ambiente acadêmico, flexibilidade na organização e hierarquização do currículo”* são alguns dos itens destacados pelo MEC para caracterizar a necessidade de flexibilização que inclui, portanto, dimensões e aspectos muito diferentes.

Têm como propósitos mais abrangentes, por um lado, o de atender à heterogeneidade dos alunos – que hoje caracterizam um público bastante diversificado, não só econômica e social, mas culturalmente –, no que diz respeito aos interesses, expectativas, experiências e formação prévias (à instituição cabe decidir, em primeira instância, sobretudo nesse caso, como essas experiências serão atendidas).

Por outro lado, o de responder às necessidades de formação profissional compatível com transformações continuadas, decorrentes das mudanças ocorridas na sociedade e dos avanços nos campos do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

A necessidade de flexibilizar cursos e currículos com vistas à efetividade da formação é um dos pilares em que se apoiam as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação – DCN¹¹. Está presente em diferentes pareceres que as antecedem – nesse sentido, as DCN são, em si mesmas, uma primeira instância de flexibilização (ver, por exemplo, entre outros, os Pareceres MEC/CNE/CES 776/97 e 583/2001). É importante sublinhar que tais pareceres associam sempre a flexibilidade à necessidade de garantir a qualidade da formação – esta seria, aliás, sua primeira justificativa. Preconizam ainda a necessidade de enfatizar, nos cursos de graduação, a perspectiva da formação continuada do profissional. É nesse sentido que os cursos de graduação passam a ser

¹⁰ Brasil. *Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação*. Brasília: 2006.

¹¹ FRAUCHES, C.da Costa (org.). *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação*. Brasília: ABMES Editora, 2008.

entendidos como etapa de formação inicial, o que implica criar nos alunos a postura de que a formação é um processo que se desdobra pela vida profissional.

Posta nesses termos, a flexibilidade envolve a tomada de decisões por diferentes níveis institucionais, desde aquelas que implicam diretamente os conselhos superiores, como se exemplificou anteriormente, até os segmentos diretamente envolvidos com a gestão das unidades de ensino.

Ao estabelecer a necessidade de flexibilizar cursos e currículos, as DNC, com base na LDB, abrem a possibilidade e recomendam diferentes modalidades de articulação e diferentes arranjos institucionais, curriculares e de ensino para a formação profissional, com ênfase na integração entre formação teórica e aquela que se realiza nos campos de prática, a que ocorre na própria instituição e fora do contexto universitário, entre conteúdos previstos para os diferentes cursos e atividades previstas para os mesmos, entre várias outras modalidades previstas. Reclamem nessa situação o aproveitamento de atividades desempenhadas em outros contextos formativos que não a instituição de ensino, os arranjos intercurso, inclusive para a formação do profissional em bases interdisciplinares e/ou para a formação do profissional de natureza interdisciplinar, a relação entre formação teórica e formação em contextos de prática, com base na inserção do aluno desde os períodos iniciais da formação, o aproveitamento de conteúdos e práticas adquiridos em períodos anteriores ao da formação acadêmica, entre outros.

No campo do currículo, são importantes as estratégias de integração horizontal e vertical, que possibilitam, por um lado, racionalizar a seleção, distribuição e organização dos conteúdos teóricos e práticos em unidades de ensino durante cada período de trabalho acadêmico, no interior de cada curso e entre cursos e modalidades de formação. Permitem ainda a articulação de práticas e atividades comuns às diferentes modalidades de formação.

Por outro lado, podem estabelecer as condições para o trabalho com tópicos e temas em níveis crescentes de profundidade no transcorrer da formação, bem como para promover o desenvolvimento de competências e habilidades que configurem, crescentemente, diferentes níveis de complexidade.

O princípio básico que estrutura essa ideia é o de que, hoje, a aprendizagem do conhecimento não é mais um valor em si mesmo, mas, ao lado do domínio de cada campo, deve possibilitar a construção de competências e de habilidades.

12.3 – Estrutura Curricular

O currículo deve caracterizar as bases processuais da formação acadêmica e profissional. Dessa forma, na organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, são consideradas como premissas básicas as concepções de natureza humana, ética e práticas distintas, para construção de um currículo que sustente as grandes correntes teóricas, as inovações tecnológicas, as novas tendências da era do conhecimento, permitindo ao futuro profissional o conhecimento e reconhecimento de referenciais próprios do saber e proporcionando a organização de instrumentos eficientes para o exercício da prática profissional.

A organização curricular deste curso compreende disciplinas de formação profissional tecnológica geral, formação profissional tecnológica específica e a do NI.

São disciplinas do NI: Empreendedorismo, Desenvolvimento Sustentável, Contextos Brasileiros, Relações Interpessoais, Informática, Leitura e Produção de Textos e Introdução à Língua Inglesa.

São disciplinas de formação profissional geral: Introdução à Administração, Métodos Numéricos Aplicados à Gestão, Contabilidade e Economia e Mercado.

Excetuando as disciplinas acima citadas, todas as outras fazem parte das disciplinas de formação profissional específica e podem ser verificadas na Matriz Curricular e Ementário constante do ANEXO II.

12.4 – Autoestudo

Considerando a educação como um processo de construção, reconstrução e reorganização da experiência vivenciada pelos alunos, acompanhado de reflexão sobre a mesma é que foi proposto o autoestudo como uma das estratégias de ensino a ser utilizada neste Projeto Pedagógico.

Para a compreensão da utilização desta estratégia no processo ensino/aprendizagem, é importante considerar os seguintes pontos: autonomia, auto-organização e ritmo próprio do desenvolvimento do aluno.

A efetivação desta estratégia de ensino utilizada no Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários inicia-se com um planejamento de estudo elaborado pelo aluno, sob a orientação do professor, considerando o contexto em que será aplicado e respondendo inicialmente às seguintes questões:

- Onde se quer chegar? (Objetivos)
- Quais as habilidades/competências que se deseja desenvolver?
- Qual(is) o(s) conteúdo(s) necessário(s) para alcançá-los?
- Qual o caminho a ser seguido? (Método)
- Quais as fontes de informação a serem utilizadas?
- Como avaliar o que foi construído?

Para tanto, é fundamental a elaboração de um cronograma de trabalho, servindo de orientação para o aluno, o qual deverá ser revisto periodicamente pelo professor responsável.

A proposta de autoestudo vem ao encontro de um dos papéis da universidade na nossa sociedade contemporânea, que é formar cidadãos críticos, competentes e com autonomia. O professor, nesta perspectiva, deve ser um orientador e incentivador da busca permanentemente pelo conhecimento.

Esta ferramenta utilizada no presente Curso objetiva motivar o aluno a aprender a planejar, organizar, selecionar, sistematizar, sintetizar, generalizar, transferir e associar os conhecimentos a outros campos do saber. Tudo isto respeitando seu ritmo de desenvolvimento psicológico.

A utilização do autoestudo é um desafio para o professor e um novo campo que poderá possibilitar a aprendizagem do aluno de forma mais instigante, despertando o desejo por uma busca permanente de conhecimentos, além de ensiná-lo a conviver com as dúvidas, incertezas e curiosidades que são alavancas da sociedade do conhecimento.

13 – ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

No caso dos cursos superiores de tecnologia na modalidade a distância, oferecidos pela UCB, não se aplica a obrigatoriedade do estágio profissional supervisionado e de trabalho de conclusão de curso conforme citam os Artigos 4º, § 2º, § 3º, e 8º, item IV das Diretrizes Curriculares – Nível Tecnológico, Resolução CNE/CP no 3, de 18/12/2002, publicada no DOU em 23/12/2002, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno.

A UCB dispõe de uma Divisão de Estágios que coordena todas as atividades pertinentes à realização dos estágios de seus discentes. A normatização segue as Leis previstas pelo MEC para o Ensino Superior, tendo como base a Lei n.º 11.788/2008. A Divisão de Estágios esta ligada a Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente e foi criada com o objetivo principal de dinamizar os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios dos cursos de graduação da UCB, conforme regulamentação do estágio. Há um Manual de Estágios que orienta as atividades docentes e discentes.

O Estágio Curricular Não Obrigatório constitui atividade acadêmica opcional que contribui para a formação acadêmico-profissional do estudante, e obedecerá às normas

emanadas da legislação específica, da Política de Estágios, do Estatuto e Regimento da UCB. O estágio curricular não obrigatório deverá ser organizado visando à:

- a) ampliação da formação acadêmico-profissional dos estudantes;
- b) inserção do estudante no mundo do trabalho;
- c) integração da universidade com outros segmentos da sociedade;
- d) inserção do estudante no contexto socioeconômico, político e cultural da sociedade.

A UCB poderá, a seu critério e por liberalidade, em razão de utilização e conveniência, celebrar convênios com a unidade concedente de estágios ou agentes de integração.

14 – MONITOR DE TUTORIA

O ensino-aprendizagem da educação a distância é um processo e, como tal, se constrói ao longo do curso. Neste sentido, cada aluno é, potencialmente, um colaborador, um agente nesta construção, consideradas as peculiaridades desta modalidade.

Assim, a presença do monitor é figura preponderante, pois, atuando e apoiando aos tutores responsáveis pelos Núcleos Temáticos de Tutoria (NTT), é possível atribuir ao processo uma dinâmica de cunho absolutamente didático-pedagógica, atendendo aos referenciais de qualidade propostos pela Secretaria de Educação a Distância (SEED): "Tutoria é solidária e não solitária".

Na mesma direção, a participação de graduandos de cursos presenciais nesta engrenagem permite que os mesmos possam se inserir em uma proposta de educação que lhes dará aprendizado e formação para atuar nas suas respectivas áreas de formação.

Os monitores são admitidos para cumprir, basicamente, as seguintes funções:

- I. Auxiliar os professores em tarefas passíveis de serem executadas por monitores;
- II. Auxiliar os alunos, orientando-os em trabalhos de laboratório, biblioteca, de campo e outros compatíveis com o seu nível de conhecimento e experiência na disciplina;

III. Construir um elo entre professores e alunos, visando ao melhor ajustamento entre a execução dos programas e o desenvolvimento natural da aprendizagem.

15 – ATENÇÃO AO DISCENTE

Para os cursos de graduação na modalidade EaD, além da Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente, da Coordenação do Curso, da equipe do CEaD e dos Coordenadores dos Polos de Apoio Presencial, os demais responsáveis acadêmicos e administrativos que integram uma equipe interdisciplinar, dar-se-á atenção sistemática aos discentes, de forma presencial e virtual. Entre os integrantes desta equipe interdisciplinar estão os:

- Tutores — A UCB acredita num processo solidário e não solitário, no qual o esforço de produzir um material adequado para uma aprendizagem independente indica que sempre ocorrem dúvidas que serão sanadas na interação dos tutores e alunos. Aliás, o estudo independente não quer dizer solitário. Ao contrário, o sucesso na educação a distância está quase sempre associado a um estudo solidário, fruto de intensa interatividade entre os estudantes e desses com o professor ou outra figura que o oriente. Na UCB, o tutor é quem intermedeia a relação do conteúdo com o aluno (mediador entre o professor, o material didático e o estudante). A tutoria pode ocorrer de forma presencial e a distância.
- Tutores Presenciais — Têm como objetivo ajudar o estudante proveniente da educação presencial a se adaptar à educação a distância, na qual se requer sua participação ativa no processo de aprendizagem, buscando autonomia. O tutor presencial atua no Polo de Apoio Presencial, próximo ao aluno, tendo como funções: colocar a presença humana no processo de aprendizagem, tornando a EaD um processo menos solitário e mais comunitário, estimulando, assim, a adesão do estudante ao sistema; auxiliar os estudantes a criarem novos hábitos, comportamentos e estratégias de estudo. A tutoria presencial é oferecida para todas as disciplinas do curso e para aquelas onde há trabalhos obrigatórios de laboratório e de campo. Ela é realizada no Polo de Apoio Presencial e tipicamente constitui-se de encontros de 4

(quatro) horas semanais ou 8 (oito) horas quinzenais, em horários preestabelecidos para trabalhar com as aulas previstas dentro do cronograma de estudo. No caso dos Polos de Metodologia Local, os tutores presenciais são os responsáveis pelas disciplinas que estão ministrando.

- Tutores a Distância — professores especializados na área de conhecimento afim ao curso em que trabalham e com domínio do conteúdo. São selecionados pela coordenação do curso, com aprovação da coordenação do CEaD e da Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente. Todas as disciplinas, durante todo o curso, contam com uma equipe de tutores a distância atuando em três frentes: junto aos alunos, ao professor da disciplina e aos tutores presenciais. Tal atuação dar-se-á pelos processos comunicacionais por meio de encontros presenciais e pelos meios das tecnologias digitais e analógicas (via internet, telefone e correio), atendendo aos seguintes preceitos: junto aos alunos, atuar como um orientador de estudo, ajudando-os a encontrar soluções para os problemas e promover a interatividade entre os alunos através da formação de grupos de estudo, debates e troca de ideias; junto com o corpo docente da disciplina, colaborar complementando o seu trabalho, auxiliando na elaboração de guias de estudo e na revisão do material didático, participando da capacitação dos tutores presenciais, propondo atividades, dividindo a condução de atividades presenciais nos Polos, representando-o quando necessário e participando da correção das avaliações; com os tutores presenciais, trabalham em estreita colaboração visando ao objetivo comum de apoiar e ajudar o aluno na construção da autonomia da aprendizagem, fazendo o elo de ligação com o corpo docente. O atendimento pedagógico ao estudante feito pelo tutor a distância é sempre atemporal, no sentido de que deve atendê-lo nas suas dúvidas independente do cronograma de estudo proposto. Esse atendimento é feito através da plataforma WEBCAF-AVA.

- Núcleo Temático de Tutoria – NTT – A noção de NTT foi imaginada e debatida com o colegiado sob a perspectiva de que os conhecimentos vinculados a uma determinada disciplina também estão vinculados a outras, o que significa dizer que há, no interior de um conjunto específico de conteúdos, um diálogo dinâmico e interdisciplinar com possibilidades concretas de organizar, caracterizar e simplificar o processo de gerenciamento, supervisão e oferecimento da tutoria a distância nos cursos da UCB.

O funcionamento do Núcleo Temático de Tutoria (NTT) ocorre sob a organização, controle e acompanhamento dos tutores de cada NTT. É constituído de uma equipe de profissionais formada por tutores com aderência intelectual ao conjunto específico de conteúdos, num diálogo dinâmico e interdisciplinar com possibilidades concretas de organizar e simplificar o processo pedagógico, sem perder em qualidade e eficiência. O corpo de NTT está subordinado diretamente à coordenação pedagógica do CEaD, com o apoio das coordenações de curso.

O desenvolvimento da interação ocorre por meio do Ambiente Virtual WEB-CAF, no qual estão presentes as ferramentas capazes de possibilitar um eficiente processo de tutoria a distância.

Os alunos dos mais diversos polos, inscritos nas diversas disciplinas dos cursos da UCB, trocam informações em um processo bidirecional, ou seja, entre os alunos, os alunos e os tutores e os tutores e os alunos. Desta forma, o corpo social, virtualmente constituído, participa ativamente da construção do conhecimento, levantando dúvidas, propiciando o aprofundamento das questões, de tal forma que seja capaz de refletir sobre os conteúdos apresentados.

Os tutores são auxiliados por monitores, devidamente selecionados, seguindo os critérios da Universidade para o preenchimento de vagas de monitoria, conforme Resolução n.º 056/2007. A atuação destes alunos é extremamente importante, pois atribui ao processo de tutoria uma outra perspectiva de ação, embora o planejamento, acompanhamento e avaliação sejam realizados pelos coordenadores de tutoria de cada NTT respectivo.

Aliás, as questões de natureza pedagógico/acadêmicas compõem o cerne do NTT, embora seja possível gerenciar algumas ações que podem auxiliar na condução das tarefas e do cumprimento dos objetivos de cada projeto pedagógico de curso, no que diz respeito a possíveis ajustes e aperfeiçoamento da tutoria a distância que sustenta e promove o NTT.

Desta feita, cada curso determinou, a partir da análise de cada coordenação de curso respectiva e seus colegiados, os NTT de seu curso, respeitando a proximidade, a aderência e a interseção dos programas de cada disciplina proposto para cada NTT. A estrutura do NTT do presente Curso está apresentada nos ANEXOS.

O ambiente virtual de aprendizagem – AVA – é uma plataforma de EaD, denominada na UCB de WEBCAF-AVA, conforme já citada anteriormente e que disponibiliza diversas ferramentas de aprendizagem e materiais didáticos por meio da web.

O acesso ao WEBCAF-AVA se dá na *home page* da UCB (www.castelobranco.br), onde também estão disponíveis informações gerais sobre: EaD, com acesso irrestrito, tais como: Vestibular; cursos de graduação oferecidos localmente, denominados “EaD com capilaridade local” (Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/Literatura e Pedagogia) e, em outras regiões, denominados de “EaD com capilaridade global” (Administração, Ciências Contábeis, Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de RH, em Gestão Financeira, em Logística, em Marketing, em Negócios Imobiliários, em Processos Gerenciais, em Secretariado, Licenciatura em Ciências Sociais, em Letras - Português/Literatura e em Pedagogia) e seus respectivos projetos pedagógicos de cursos – PPCs; cursos de pós-graduação; Polos de Apoio Presencial e respostas às perguntas frequentes dos alunos.

Além disso, existem informações sobre as competências dos tutores a distância e presencial e do Coordenador do Polo de Apoio Presencial.

Os alunos matriculados e os candidatos também podem acessar de forma irrestrita os DVDs explicativos no ícone da TV Castelo e falar com a UCB por meio de e-mail.

O ícone da Ouvidoria, também localizado no site da UCB, é o local onde o discente pode transmitir suas críticas, dúvidas e sugestões para a Chancelaria da universidade.

A atenção aos discentes em caráter presencial se concretiza nos Polos de Apoio Presencial por meio dos seguintes ações:

1. Informações sobre os cursos, no início do período letivo, por meio dos Coordenadores dos Polos de Apoio Presencial e Tutores Presenciais;
2. “Semana de Orientação Discente”, que ocorre no início de cada semestre ou módulo letivo, na qual os alunos ingressantes são apresentados aos tutores presenciais, recebem as boas-vindas do Reitor da UCB e tomam conhecimento das normas acadêmicas e administrativas do curso e da UCB, do Projeto Pedagógico do Curso, bem como da metodologia adotada para a EaD, a partir da exposição de DVD (mídia), além de conhecerem, por meio de visita guiada, as instalações físicas do Polo;
3. “Fórum de Debate” ocorre após os Coordenadores dos Polos promoverem a eleição dos representantes de turma e organizarem as reuniões dos mesmos para o semestre, criando, assim, um espaço de diálogo que objetiva encontrar soluções para os problemas que possam surgir durante o período do curso e estabelecer um vínculo permanente de comunicação entre os atores da EaD;
4. Atendimento individualizado aos alunos pelos Coordenadores dos Polos, no horário destinado previamente para esse fim;
5. Promoção de eventos científicos e culturais com a participação do corpo discente; como exemplo, pode-se citar: Semana de Curso, Dia da Profissão e outros mais;
6. O uso da BIBLIOTECA DA UCB — A UCB possui em sua sede em Realengo uma Biblioteca Central, a Biblioteca Manuel Bandeira – BMB –, que dá suporte bibliográfico e documentário às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos implantados no *campus* Realengo e demais Polos e *campi*. Possui 39.141 títulos, 84.190 exemplares e ainda 1.658 títulos de periódicos alocados em área de 1.346,60 m² distribuídos em três andares no campus Realengo. A BMB vem sendo reorganizada e atualizada através da ampliação de suas instalações, de seu acervo e da melhoria dos recursos de informática. Atende às seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias. Compõem seu acervo livros, periódicos, teses, dissertações e monografias, folhetos e materiais especiais como mapas, fitas de vídeo, CD-Rom, fitas sonoras, base de dados em CD-Rom e *on-line*, Diário Oficial *on-*

line, entre outras possibilidades de acesso a documentos científicos e tecnológicos. No *campus* Penha é fornecido também acesso ao acervo específico para as áreas de Ciências Animal, Ambiental e Agrárias pela Biblioteca Edgard Teixeira Leite, cujo nome homenageia um dos diretores da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que desenvolve atividades na área do *campus*. Nela é encontrado acervo composto por 11.578 volumes registrados e 157 títulos de periódicos. Dentre as obras os alunos terão acesso a livros e periódicos de relevante impacto científico e tecnológico nestas áreas. O acesso ao Portal CAPES é feito ainda de forma restrita, em função da UCB ainda não possuir um programa de mestrado *stricto sensu* com a nota 5. No entanto, o corpo docente tem acesso ao portal por meio de instituições parceiras. A UCB se integra com outras bibliotecas em três esferas: (1) Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT – do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia – IBICT –, (2) Programa de Compartilhamento das Bibliotecas Universitárias do Estado do Rio de Janeiro e (3) Rede de Bibliotecas Universitárias da Zona Oeste do Rio de Janeiro, ampliando o acesso dos alunos e pesquisadores à informação e ao conhecimento. As duas bibliotecas respondem às exigências internas, de avaliação institucional, bem como às externas, provenientes das avaliações MEC, e oferecem os seguintes serviços: sumário corrente de periódicos, levantamentos bibliográficos, empréstimos domiciliares, cópia de artigos de periódicos, treinamento de usuários, normatização de trabalhos técnico-científicos, comutação bibliográfica – COMUT –, consulta à base de dados *on-line* ou em CD-Rom, auxílio à pesquisa do aluno ao computador, empréstimo entre bibliotecas e atendimento à comunidade (consulta).

7. Nas Bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial é comprovada a existência de um acervo mínimo de 3 (três) bibliografias básicas e 2 (duas) bibliografias complementares, que promovem o acesso dos estudantes à bibliografia de cada disciplina, além do material didático utilizado no curso.

8. Nos Laboratórios de Informática é proporcionado um ambiente de trabalho favorável a interação entre as diversas unidades da universidade, beneficiando dessa forma todos os alunos da UCB. A infraestrutura dos Laboratórios é composta de microcomputadores e softwares adequados aos Referenciais de Qualidade para

Educação Superior a Distância, estabelecidos pelo MEC/Secretaria de Educação a Distância em 2007.

O aluno, em caráter virtual, tem acesso ao WEBCAF-AVA¹² da UCB por meio da *home page* institucional (www.castelobranco.br). O acesso do aluno ocorre em caráter restrito, por meio de matrícula e senha, visualizando, no primeiro momento, o calendário de renovação da MATRÍCULA, podendo fazer esta opção caso esteja dentro do seu período de renovação ou passar ao WEBCAF-AVA propriamente dito.

Nesta primeira tela de acesso, existe a opção por 3 (três) segmentos de informação, a seguir descritos:

1º PRINCIPAL: é onde se tem possibilidade de obter informações nas telas denominadas HOME, MENSAGENS, FÓRUM, TEXTOS PARA ESTUDOS, MURAL, BIBLIOTECA VIRTUAL e CONFIGURAÇÕES

2º AVALIAÇÃO: é onde se realiza a avaliação institucional, solicitada pelo MEC.

¹² Os ambientes virtuais de aprendizagem são *softwares* que auxiliam na montagem e na aplicação de cursos na modalidade a distância, elaborados para ajudar os tutores no gerenciamento de conteúdos para seus alunos e na administração do curso, e permitem que este acompanhe constantemente o progresso dos estudantes; são usados ainda para complementar as aulas presenciais. Este ambiente foi construído de acordo com especificações usuais de acessibilidade em design, oferecendo um conjunto de aplicativos para gerenciar e distribuir informações aos alunos. No AVA, o usuário assume o papel de produtor e consumidor de informação, consolidando uma rede de informação e de comunicação necessária às ações efetivas de EAD. O WEBCAF-AVA permite que os alunos obtenham informações relativas à sua vida acadêmica e financeira, em sua casa, no trabalho ou no laboratório de informática do próprio Polo.

Foi desenvolvido pela equipe da informática da UCB a partir da experiência obtida na Avaliação On-Line, que ocorreu em 2002 e que utilizou a tecnologia da Internet através de um sistema em sua Intranet, com o objetivo de aprimorar seus serviços e facilitar o acesso dos alunos ao sistema de informações acadêmicas e financeiras, denominado Sistema de Controle Acadêmico e Financeiro – CAF. Em outubro de 2003, foi desenvolvida a primeira versão do Sistema de Informações Acadêmicas On-Line, denominado WEBCAF, serviço de informações acadêmicas on-line, via Internet, disponibilizando alguns serviços que eram solicitados presencialmente nas secretarias. Em janeiro de 2004 uma nova versão do WEBCAF foi disponibilizada para o corpo docente para lançamento dos resultados de avaliações e frequências pela Internet (Web). Em outubro de 2004 foi implementado o sistema de pré-matrícula on-line e no primeiro semestre de 2005 iniciou-se a realização da matrícula *on-line* com os cursos da área das Ciências Exatas e Tecnológicas e no segundo semestre do mesmo ano, toda a matrícula da universidade foi realizada pelo WEBCAF. Em 2006, foi apresentada uma nova versão do WEBCAF, baseada no conceito dos sites de relacionamentos, incluindo espaços para troca de mensagens, repositório de arquivos, Mural, Fórum e *Chat* (ainda em fase de finalização), entre outras facilidades de acesso às informações. Com esta nova versão do WEBCAF, o corpo docente passou a usufruir de ferramentas de apoio ao planejamento de suas atividades pedagógicas, utilizando as ferramentas para troca rápida de informações com o corpo discente, disponibilizando arquivos, vídeos e apostilas através do sistema CAF On-Line. Em 2007 foi desenvolvido um módulo para controle das atividades do NI, com o objetivo de facilitar através de uma única função todos os recursos disponíveis aos alunos, como: monitoria, agendamento, *download* de materiais instrucionais, gabarito das avaliações, entre outros. Em 2008 foi ampliada a interatividade formal entre alunos e professores para a área de EAD, através de perguntas e respostas, bem como atividades complementares (tarefas) através da função Tutoria.

3º TUTORIA: é onde se tem acesso a INFORMAÇÕES, PERGUNTAS/RESPOSTAS e TAREFAS.

No 1º segmento, na tela denominada de PRINCIPAL/HOME, o aluno poderá obter informações relativas à sua vida acadêmica pessoal, tais como: BOLETIM ON LINE, DADOS CADASTRAIS, DISCIPLINAS MATRICULADAS, LEVANTAMENTO CURRICULAR, NOTAS, PLANO DE ESTUDO. Também poderá fazer o *download* dos MANUAIS que servirão de orientação para a sua vida acadêmica e ter conhecimento dos PROFESSORES e das disciplinas ensinadas por cada um deles, com os respectivos e-mails de contato. Todas estas telas incluem a possibilidade de impressão das informações obtidas.

Além de todas estas informações, o aluno tem constante visualização das fotografias dos PROFESSORES, COORDENADORES e demais alunos da sua TURMA.

Na outra tela, denominada PRINCIPAL/CONFIGURAÇÕES, as opções de TROCA DE SENHA, TROCA DE EMAIL e TROCA DE FOTO estão disponíveis como forma de manter o aluno com suas informações pessoais atualizadas no AVA.

Ainda neste primeiro segmento, o aluno poderá receber periodicamente e gratuitamente os PRINCIPAL/TEXTOS PARA ESTUDO, onde se encontram os arquivos para *download* dos conteúdos a serem abordados nas aulas. Estes materiais foram desenvolvidos pelos professores da UCB, especialmente para os estudantes desta modalidade de ensino. Estão disponibilizados por FORMATO DOS ARQUIVOS (excel, word, pdf, entre outros), NOME, DESCRIÇÃO, RESPONSÁVEL pelo ENVIO e o tamanho do mesmo em Kb e podem ser diversos, tais como: materiais instrucionais, textos, reportagens, exercícios, entre outros.

Neste mesmo segmento de informações, o aluno tem ainda acesso à tela PRINCIPAL/MURAL, onde estão disponibilizadas por data e título as notícias institucionais a serem dadas aos alunos; a tela PRINCIPAL/FÓRUM, que é uma ferramenta para páginas de Internet que permite o acesso a informações de todo tipo e

transferência de dados, onde o aluno poderá escolher a DISCIPLINA e verificar os PARTICIPANTES e os TÓPICOS de discussão. Neste último estarão disponibilizados o AUTOR, a DATA, as RESPOSTAS, além do ícone RESPONDER.

Na tela PRINCIPAL/BIBLIOTECA VIRTUAL, que é uma ferramenta de pesquisa educacional voltada para ambientes de ensino a distância, mas que também pode ser utilizada em ambientes presenciais, estão disponibilizados os materiais para *download* por CATEGORIAS, tais como: ADMINISTRAÇÃO; BIBLIOTECAS DO MUNDO; BIBLIOTECAS VIRTUAIS; CIÊNCIAS BIOLÓGICAS; CIÊNCIAS SOCIAIS; CIENTÍFICOS; LETRAS; LIVROS VIRTUAIS; MATEMÁTICA; PEDAGOGIA; SEBOS, entre outros.

Para finalizar, as informações deste primeiro segmento estão disponibilizadas na tela PRINCIPAL/MENSAGENS, todas as que foram ENVIADAS e RECEBIDAS, com os respectivos campos que informam o status das mesmas, como: ENVIADO POR, ASSUNTO e DATA de envio ou recebimento, além da opção de APAGAR, no caso da necessidade de exclusão da mesma. Existe ainda nesta tela a possibilidade de se criar uma nova mensagem no ícone COMPOR MENSAGEM, com as opções de seleção de novos CONTATOS, bem como a informação sobre ASSUNTO e o texto da mesma, propriamente dita.

No 2º segmento de informações, denominado AVALIAÇÃO, o aluno pode realizar a AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL do período que ele está concluindo, de acordo com seu CURSO (I. AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA/DISCENTE) e com o POLO onde está matriculado (II. AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA/DISCENTE). Esta avaliação pode ser realizada pelos alunos da GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA e também pelos da TRADICIONAL.

No 3º segmento de informações, o aluno acessa o ambiente de TUTORIA, no qual poderá selecionar o ícone TUTORIA/INFORMAÇÕES e tomar conhecimento sobre os procedimentos a serem adotados na sua seção de tutoria, bem como escolher uma

DISCIPLINA para no ícone TUTORIA/PERGUNTAS/RESPOSTAS, elaborar PERGUNTAS e obter RESPOSTAS sobre as dúvidas nas disciplinas que está cursando.

Neste segmento, ainda existe a possibilidade de acesso ao ícone TUTORIA/TAREFA, onde o aluno será informado da LISTA DAS TAREFAS a serem realizadas (com o respectivo TÍTULO), com a indicação da DATA FINAL PARA ENTREGA, dentro dos prazos estabelecidos para sua realização. Além disso, o professor terá preenchido a DESCRIÇÃO e o STATUS da mesma (EM ABERTO ou ENVIADO). Para enviar suas TAREFAS ao professor, o aluno deve selecionar a TURMA/DISCIPLINA desejada e, logo após, clicar na aba TAREFAS.

As demais ferramentas que estão ainda em implantação no WEBCAF-AVA são o CHAT, que é o ambiente de conversação ou bate-papo em tempo real, que ocorre em ambiente da web¹³, por meio de mensagens instantâneas, e o FIQUE DE OLHO, onde estarão as questões já respondidas pelo tutor para todos os alunos da TURMA/DISCIPLINA.

15.1 – Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais

A UCB vem desenvolvendo esforços para atender à legislação vigente (Decreto n.º 5.296/2004 a vigorar a partir de 2009) e já possui em seu campus rampas que facilitam o acesso e banheiros adaptados para cadeirantes. Da mesma forma vem buscando a acessibilidade em seus Polos de apoio.

Quanto à acessibilidade relativa à parte pedagógica, a UCB vem desenvolvendo as seguintes estratégias: capacitação do corpo docente pela oferta de curso de pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva abordando diferentes deficiências; oferta da disciplina Educação Inclusiva nos cursos de graduação, com ênfase em Braille e Libras,

¹³ World Wide Web.

e gravações em vídeos e material instrucional para capacitação dos tutores no trabalho com portadores de necessidades especiais.

A UCB conta com profissionais, professores e intérpretes de LIBRAS com certificação de proficiência em tradução e interpretação (Prolibras), promovida pela Secretaria de Educação Especial (Seesp/MEC) e desenvolvida por Instituições de Ensino Superior (IES), possui também professores de LIBRAS com o certificado de proficiência em LIBRAS. Sendo assim, em casos especiais, os mesmos deverão ser utilizados para apoio ao aluno com necessidades especiais.

Na Biblioteca Manuel Bandeira (UCB), os alunos deficientes visuais podem fazer seus trabalhos sendo facilmente compreendidos pelo professor. A tecnologia de síntese de voz e a acessibilidade aos computadores existem e funcionam não apenas através do sistema DOSVOX (sistema operacional que permite que pessoas deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo), mas em muitos outros sistemas disponíveis na Biblioteca como o leitor de tela. Diariamente os deficientes visuais contam com auxílio de leitores na leitura de livros, artigos etc. Os computadores na Biblioteca possuem lista de discussões, sites de bate-papo e bibliotecas virtuais especializadas, desta forma, o deficiente visual amplia os seus horizontes culturais, de diversão e participação na comunidade global. Ressalta-se que a implantação destes mecanismos nas bibliotecas está sendo efetuada paulatinamente, sendo priorizado os Polos que tenham alunos com tal necessidade especial.

A Universidade possui técnicos de informática treinados para instalar e configurar os computadores para pessoas deficientes visuais, e orientá-las na utilização do mesmo.

16 – PROCESSOS, CRITÉRIOS E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

16.1 – Avaliação Institucional e sua Articulação com a Autoavaliação do Curso

A Avaliação Institucional na UCB se constitui em uma ação relevante realizada por diferentes atores que desempenham seus papéis de modo a refletir e refratar a realidade, sendo sua proposta teórico-metodológica o instrumento que absorve, conserva, expressa e projeta as marcas resultantes dos diálogos ocorridos durante todo o processo desenvolvido na/por toda a equipe da UCB.

Fundamenta-se, teoricamente, na avaliação diagnóstica, transformadora e participativa, bem como na preocupação do que a UCB é, do que faz, do que quer ser e do que necessita ser, partindo do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Como sustentação, busca na Avaliação Interna o autoconhecimento de suas qualidades e limitações, procurando sinalizar na postura de sua comunidade a estruturação dos padrões de qualidade acadêmica, negociados, aceitos e perseguidos na consecução do que quer ser e do que necessita ser, fazendo valer o papel precípua da avaliação – Ideias de Both (1996) das quais comungamos –, intermediação entre a realidade existente e a formalmente necessária.

Ao inserir-se no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, reafirma a avaliação como diagnóstico do processo e propõe-se a dar continuidade à consolidação de uma cultura de avaliação junto ao corpo social da UCB.

Nesse intento instituiu a Autoavaliação, estabelecendo padrões de qualidade resultante de discussões com toda a comunidade acadêmica mediante um processo participativo, circulado e responsivo objetivando tornar corresponsável cada participante – corpo docente, discente e técnico-administrativo, tendo como unidade de análise o curso, no intuito de viabilizar análise comparativa de desempenho frente aos demais cursos e a IES.

A Avaliação Interna, enquanto processo, pretende verificar sistematicamente em que medida a UCB está cumprindo sua missão, atingindo seus objetivos e marcando o espaço que ocupa na educação e na comunidade em que está inserida. Preocupa-se em firmar compromisso com avaliados e avaliadores que permeiam todo o processo, pois entendemos que a credibilidade é a garantia da continuidade e do empenho na melhoria da qualidade desejada que é o foco da missão institucional especificará a responsabilidade institucional, além de que, constituirá nos parâmetros dos esquemas de avaliação.

Adotamos uma concepção de avaliação que busca a compreensão da realidade a ser investigada, no sentido de contemplar tanto o produto como o processo. Essas concepções são importantes para este projeto.

Para a UCB, a avaliação institucional refere-se à análise do desempenho global da Universidade, considerando os múltiplos fatores envolvidos em face aos objetivos ou missão, ao contexto social, econômico, político e cultural, e, sendo assim, implica a determinação de critérios e parâmetros de análise. Está sempre associada a um marco de referência e é relativa, não podendo ser sua compreensão encarada em termos absolutos.

Comungamos com o conceito de avaliação como parte integrante e indissociável da autonomia e, assim, seus resultados devem implicar um conjunto de ações compatíveis. Neste sentido, a avaliação deve ser relacionada com o futuro (Dias Sobrinho, 2003).

A UCB considera que a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento deverá contemplar múltiplas visões acadêmicas: inter, trans e multidisciplinares. Esta postura está refletida na instituição da CPA, que deu continuidade aos trabalhos já desenvolvidos na Avaliação Institucional da UCB inserindo nas suas discussões o “pensar sobre a educação” e o “pensar sobre o projeto de formação do homem e sociedade” de sua comunidade.

Objetivos:

- Dar continuidade ao processo de Avaliação Institucional da UCB, numa realização coletiva e responsiva com vista à consolidação de uma cultura de Avaliação;
- Desenvolver trabalho continuado de Autoavaliação nas dimensões política, pedagógica, administrativa e gerencial visando desenvolvimento e a qualidade institucional, nas dimensões da Graduação, Pós-Graduação e Extensão tendo como referencial o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Desenvolver Avaliação Externa tendo por base os resultados da Avaliação Interna.

Ações:Avaliação Interna

1 Avaliação de Cursos: continuidade do trabalho desenvolvido, visando à consolidação de uma cultura de avaliação, ampliando-o para os cursos de Pós-Graduação.

2 Avaliação da Gestão Acadêmica e Administrativa: implementação, desenvolvimento e discussão de resultados e priorização de ações, tendo como foco a Administração Superior, a Administração Básica e a Avaliação do Desempenho Institucional (continuidade do trabalho iniciado com a “Fala do Aluno”, ampliando-o para todos os atores, implementação e desenvolvimento de avaliação do PDI para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas).

3 Avaliação da Extensão: implementação, desenvolvimento, discussão de resultados e priorização de ações.

4 Avaliação de Ingressantes, Concluintes e Egressos: continuidade do trabalho desenvolvido, visando à consolidação de uma cultura de avaliação. Ampliando a avaliação do Egresso para todos os cursos.

Avaliação Externa

1. Avaliação por Consultores Externos: Avaliação Externa por consultores do MEC. Apresentação de Relatório de Avaliação Interna, tendo em vista subsequente

encaminhamento de Avaliação Externa face ao fechamento de um ciclo de Auto-Avaliação.

A missão da Avaliação Institucional está ligada à consolidação de uma Cultura de avaliação tendo como base a continuidade do processo coletivo e responsivo de Avaliação Institucional e ao desenvolvimento da autoavaliação nas dimensões política, gerencial, pedagógica e administrativa e da avaliação externa, visando a qualidade institucional.

As atribuições da Avaliação Institucional são:

- Elaborar programas de avaliação em consonância com as políticas da UCB;
- Elaborar instrumentos e sugerir procedimentos;
- Articular-se com as coordenações e demais órgãos e setores da UCB;
- Envolver a comunidade acadêmica;
- Manter atualizados os bancos de dados;
- Organizar, analisar e divulgar as informações para as comunidades interna e externa;
- Fornecer informações à Reitoria, subsidiando a tomada de decisão.

Seus princípios são:

- Construtiva - Perceber o instituído e ser partícipe do instituinte;
- Responsiva - Em função dos interessados;
- Contínua - Inserida no contexto da UCB, tornar-se uma Cultura.

A UCB considera que a avaliação não é neutra e, como tal, exige a responsabilidade profissional de cada participante e seu conseqüente comprometimento, sem o qual, a avaliação deixará de ser educativa, transformadora e fiel aos propósitos institucionais.

16.2 – Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

As disciplinas dos cursos de graduação na modalidade a distância serão oferecidas em módulos, e em conformidade com a estrutura curricular dos respectivos cursos. A avaliação do desempenho dos estudantes em cada uma das disciplinas que compõem os módulos será realizada através de provas (avaliação somativa) e trabalhos (avaliação formativa).

A primeira componente de avaliação somativa será constituída por uma prova objetiva (A1), obrigatoriamente presencial. A segunda componente da avaliação somativa será constituída por uma prova discursiva (A2), obrigatoriamente presencial.

A componente de avaliação formativa será constituída pelo Trabalho de Conclusão de Disciplina (TCD), obrigatório e consistindo na realização de tarefas individuais e/ou em grupos, a partir de temas selecionados pelo professor da disciplina, e será corrigido pela equipe de docentes da respectiva área de conhecimento.

A avaliação de desempenho do estudante será calculada através de média ponderada em que a componente objetiva e a componente discursiva terão peso 4, cada uma. No cálculo da média ponderada para aferição do desempenho do estudante, o trabalho TCD terá peso 2. A média do estudante será calculada da seguinte forma:

$$M = \frac{(4xA1 + 4xA2 + 2xTCD)}{10}$$

Sendo:

M = Média

A1 = 1ª prova presencial

A2 = 2ª prova presencial

TCD = Trabalho de Conclusão de Disciplina

Aos alunos faltosos a uma das provas presenciais, tanto a discursiva como a objetiva, ou àqueles que não obtiverem média igual ou superior a 5,0 (cinco), será dado o direito de realização de uma prova optativa (A3). É vedada a substituição de nota de uma das componentes de avaliação somativa por nota obtida em outra componente. A prova optativa será composta de questões discursivas e será aplicada ao final do módulo.

O resultado obtido na prova A3 substituirá a menor das notas das provas presenciais (A1 ou A2), que compõem o segmento de avaliação somativa, para o novo cálculo da média (M).

Apurados os resultados obtidos nas provas presenciais e no trabalho de conclusão de disciplina, será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver média (M), igual ou superior a 5,0 (cinco). Não há segunda chamada para as duas primeiras verificações (A1 ou A2), mas apenas para a terceira (A3), por motivo justo, a juízo do Coordenador de Curso.

16.2.1 - Frequência

Considerando a natureza do curso de EaD exige-se frequência nos seguintes casos:

- Avaliação presencial;
- Estágio curricular.

Nas avaliações presenciais, o controle da frequência é realizado pelo tutor presencial juntamente com assinatura de ata de presença.

O acompanhamento das atividades de estágio curricular é realizado sob a coordenação da divisão de estágios, mediante apresentação de documentos comprobatórios.

16.3 – Avaliação do Curso de EaD

A avaliação institucional do curso é operacionalizada pela Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA –, realizada periodicamente, ao longo dos períodos letivos pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo, permitindo tomadas de decisões que vão ao encontro das defasagens identificadas, reiterando o compromisso com a qualidade do ensino assumido pela Instituição.

A avaliação levará em conta a multidimensionalidade do processo educacional que supere os limites da teoria da medida, promovendo o diagnóstico constante para avaliação da efetividade do projeto pedagógico e compreensão do processo de construção/apropriação do conhecimento/desenvolvimento de competências dos alunos através das suas produções, vivências e ações na sua trajetória de formação profissional.

A avaliação define-se, nesse nível, em consonância com o Projeto de Avaliação Institucional, como estratégia capaz de verificar resultados, relativos aos objetivos do curso, assim como verificar a efetividade do processo e das condições de ensino-aprendizagem; inclui, ainda, as modalidades de inserção institucional e social do curso.

Terá como objetivo geral rever e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico, promovendo a permanente melhoria das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa (práticas investigativas), à extensão e à assistência individual e coletiva. Constitui-se em objetivos específicos da avaliação do projeto pedagógico:

- Diagnosticar as tarefas acadêmicas nas dimensões de ensino, pesquisa/práticas investigativas e extensão;
- Identificar mudanças necessárias e promover sua implantação, contribuindo para a reformulação e melhoria do Curso.

Na mesma direção, é meta da UCB manter um acompanhamento periódico dos Polos de apoio presencial, objetivando garantir a excelência do ensino e a satisfação dos

alunos no sentido de formar com responsabilidade, observando e respeitando, sempre, as diferenças e as variedades que fazem do ensino a distância uma modalidade firmada na heterogeneidade.

16.4 – Trabalho de Conclusão de Disciplina - TCD

O Trabalho de Conclusão de Disciplina – TCD – constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre temas selecionados pelos professores/tutores das disciplinas dos cursos, desenvolvido mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito de avaliação do aluno.

Entende-se por atividades acadêmicas aquelas que articulam e inter-relacionam os conteúdos das disciplinas estudadas com as experiências cotidianas, dentro e fora da instituição, para ratificar, retificar e/ou ampliar o campo de conhecimento do aluno.

O TCD será desenvolvido individualmente ou em grupo e contemplará os aspectos teóricos e metodológicos abordados nas disciplinas.

São objetivos do TCD:

1. oportunizar ao acadêmico a articulação entre pesquisa e ensino;
2. contribuir para o debate de temas específicos que sejam relevantes para o ensino e o aprendizado dos conteúdos programáticos;
3. incentivar a pesquisa bibliográfica, levando o acadêmico a identificar fontes de informações relevantes ao seu desenvolvimento intelectual;
4. subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a articulação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo.

O TCD constitui um dos componentes de avaliação junto com os demais instrumentos de avaliação docente.

17 – DIPLOMA E CERTIFICADOS A SEREM EXPEDIDOS

De acordo com os Princípios Norteadores e Objetivos da Educação Profissional de Nível Tecnológico estabelecidos no Parecer CNE/CP n.º 29 de 3/11/2002 e homologado de pelo DOU n0241 seção 1 de 13/12/2002, p. 96, a estrutura curricular dos cursos superiores de tecnologia da UCB esta organizada por módulos de formação. Estes módulos são compostos por unidades curriculares formadas por disciplinas de áreas especificas de conhecimento tecnológico.

No presente Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, os alunos poderão requerer certificações intermediarias, de acordo com o RESOLUÇÃO CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, que “Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia”, onde no “Art. 5º Os cursos superiores de tecnologia poderão ser organizados por módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho; § 1º O concluinte de módulos correspondentes a qualificações profissionais fará jus ao respectivo Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico. Com a integralização curricular, o aluno receberá o diploma de Tecnólogo em Negócios Imobiliários”.

18 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. J. de. *Educação a Distância*. São Paulo, Brasil, Fundação Padre Jose de Anchieta Centro Paulista de Radio e TV Educativas – TV Cultura, Entrevista não Formal. Paulo Alcântara Gomes, 2007.
- BOTH, Ivo Jose. *Avaliação Planejada, Aprendizagem Consentida*. Curitiba: Editora Ibpex, 1996.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Publicada D.O.U. de 05/10/1988, p. 1.
- _____, Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC, 2000.
- _____. *Lei n. 9.394/1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. D.O.U. de 23/12/1996, p. 27833.
- _____, Ministério da Educação. *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação*. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF, 2006.
- _____. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. *Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC, 2000.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. *Referenciais para a formação de professores*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2002.
- _____. Ministério da Educação. *Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância*. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: MEC, 2003.
- BORDENAVE, J. D. & PEREIRA, A. M. *Estratégias de Ensino-Aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CÉSAR, E. E. B. “Princípios e Fundamentos do Plano Nacional de Graduação: uma introdução crítica no contexto de um processo em construção”. IN: RODRIGUES, M. E.

F. *Resgatando espaços e construindo ideias*: ForGRAD 1997 a 2002. Niterói: UFF, 2, 2002.

CUNHA, J. *Formação Continuada de Professores: Tendências e Perspectivas na Formação Docente no Brasil*, 2007. In: Revista Nova: Natal. Disponível em: mail.falnatal.com.br:8080/revista_nova/a3_v3/artigo_10.pdf. Acesso em 04 jan. 2009.

DIAS SOBRINHO, J. *AVALIAÇÃO. Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior*. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. v. 1. 198 p.

DELORS, J. *A Educação para o Século XXI — Questões e Perspectivas*. 1 ed. Porto Alegre: Artmed Brasil, 2005. 1256p. ISBN: 8536304359.

ESTRELA, A. & NÓVOA, A. (orgs.). *Avaliações em educação? Novas perspectivas*. Lisboa: Porto, 1999.

FARIAS, I. *Inovação, Mudança e Cultura Docente*. Brasília: Líber Livro, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa*. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes, 1996. ISBN: 85-219-0243-3

GARCIA, Regina Leite & MOREIRA, Antino Flávio Barbosa. *Currículo na Contemporaneidade: incertezas e desafios*. São Paulo: Cortez, 2003.

IMBÉRNON, F. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Brasília, DF, 2005.

MACHADO, N. J. "Sobre a ideia de competência". In: PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. (Orgs.). *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MELO, P. T. DA C., 1999. *Requalificação de Trabalhadores e Formação à Distância no Ensino Médio*: SIVIRA, Sistema Virtual de Aprendizagem. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.), Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia - COPPE/UFRJ, Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, Rio de Janeiro, Brasil, Fevereiro 1999.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrtand, Brasil, 2004.

_____. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PERRENOUD, P. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RISTOFF, D. & LIMANA, A. *O ENADE como parte da avaliação da educação superior*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/enade.htm> Acesso em: 23/05/06.

SACRISTÁN, J.G. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

TEDESCO, J. C. *Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza?*. Tradução de Claudia Berliner, Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educacion; Brasília: UNESCO, 2004.

19 – ANEXOS

ANEXO I - GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA EaD

19.1 – Estrutura Acadêmica e Organizacional

A UCB implantou, para o gerenciamento e supervisão dos cursos de graduação na modalidade a Distância, o Centro de Educação a Distância – CEaD. Cabe ao CEaD:

- integrar a EaD aos processos institucionais referentes ao ensino de graduação, proporcionando ao corpo discente o acesso aos serviços acadêmico-administrativos, durante todo o seu percurso na nossa IES;
- elaborar/atualizar os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação;
- definir e controlar a logística dos processos tutoriais;
- promover a interatividade entre os alunos e a equipe multidisciplinar;
- coordenar a equipe docente responsável pela produção do material didático;
- definir e controlar a logística da distribuição do material didático;
- definir critérios de avaliação do desempenho do estudante;
- utilizar os resultados da Avaliação Institucional para nortear ações corretivas;
- elaborar programa de qualificação em EaD para o corpo social da UCB;

- definir critérios, com a equipe da Avaliação Institucional e o MEC, para estabelecimento de parceria com Instituições para implantação de Polos de Apoio Presencial;
- interagir com os demais setores da Universidade, ressaltando principalmente sua articulação permanente com:
- a Diretoria de Informática – DIRINF – responsável pela implantação, atualização e manutenção do ambiente de aprendizagem colaborativa mediada pela tecnologia;
- a Biblioteca Manuel Bandeira – BMB;
- o Instituto de Comunicação – ICOM – responsável pelo design, criação gráfica e editoração de parte do material didático;
- a Comissão Própria de Avaliação – CPA – e o setor de Avaliação Institucional, responsável por todos os procedimentos de avaliação da UCB.
- acompanhar e supervisionar a atuação dos Coordenadores dos Polos de Apoio Presencial;
- acompanhar e supervisionar os serviços estabelecidos a partir de convênios firmados para a efetividade da modalidade;
- garantir a qualidade do processo ensino/aprendizagem.

A UCB ampliou sua área de atuação, formando turmas em Polos de Apoio Presencial, distribuídos em várias Unidades Federativas sem, contudo, deixar de atender às demandas locais. Vale ressaltar que, considerando a atuação da UCB, por meio de seus cursos, em âmbito nacional, em EaD estes foram ofertados com uma sistemática diferenciada: oferta modular, com encontros presenciais.

19.1.1 – Coordenação do CeAD

Compete à Coordenação do CEaD exercer as seguintes atribuições:

- representar o CEaD em todas as instâncias da UCB e em eventos promovidos pela comunidade externa;
- propor e manter a infraestrutura do CEaD;

- indicar ao Vice-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Docente os Coordenadores de Cursos a Distância, bem como os demais integrantes da estrutura do CEaD;
- cumprir e fazer cumprir todas as decisões legais e as normas emanadas dos órgãos competentes oficiais e institucionais, relativas a EaD na UCB;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara Técnica do CEaD, com direito apenas ao voto de qualidade;
- encaminhar às instâncias superiores da UCB propostas dos cursos a distância, bem como suas eventuais alterações aprovadas pela Câmara Técnica do CEaD;
- executar a gestão administrativo-financeira dos cursos de EaD, incluídos no orçamento do CEaD;
- propor Plano de Recursos Humanos para o CEaD, quando necessário;
- participar dos processos de seleção, promoção, licença e dispensa de professores para EaD, nos termos do Regimento Geral e do Plano de Carreira Docente da UCB;
- planejar e supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas do CEaD;
- planejar e supervisionar programa de capacitação/qualificação do corpo docente e de tutores;
- manter contato com a comunidade interna e externa à UCB no sentido de divulgar as ações do CEaD, com a finalidade de estabelecer parcerias e/ou outras formas de cooperação para viabilização de projetos em EaD;
- decidir sobre requerimentos de integrantes da comunidade do CEaD, relativos a assuntos para os quais tenha competência, encaminhando os demais casos à apreciação da Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Docente;
- buscar a cooperação técnica, através de convênios e parcerias com outras Instituições de Ensino Superior, nacionais ou internacionais, visando ao desenvolvimento e à oferta de cursos na modalidade a distância;
- apresentar à Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Docente da UCB relatório periódico das atividades desenvolvidas no CEaD e em cada curso oferecido a distância, como subsídio à elaboração da proposta orçamentária para o exercício subsequente;

- prestar contas à Reitoria e aos demais órgãos competentes quanto ao cumprimento do orçamento do CEaD;
- acompanhar a execução e prestação de contas de convênios, acordos e contratos;
- zelar pelo patrimônio do CEaD;
- exercer poder disciplinar de acordo com Regimento Geral da UCB; e
- exercer outras atribuições previstas no Regimento Geral da UCB, e aquelas que lhe forem atribuídas pela Reitoria da UCB e pelos órgãos da Administração Superior da Instituição.

19.1.2 – Coordenação do Curso

O coordenador do curso é escolhido, dentre os membros da UCB, em sua área, por indicação da Coordenação do CEaD e aprovação do Vice-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente, do Reitor e da Chanceler, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido, o mesmo acontecendo com os coordenadores adjuntos. São atribuições do coordenador do curso:

- coordenar a construção, implementação e reconstrução do projeto pedagógico do curso;
- supervisionar o desenvolvimento das disciplinas e atividades do curso, observando o cumprimento das ementas, objetivos e bibliografia;
- acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, a metodologia adotada e as avaliações propostas pelo corpo docente do curso;
- selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
- realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e elaborar avaliação dos estudantes;

- propor e conduzir reuniões do Colegiado de Curso (todos os membros do Colegiado fazem parte do Núcleo Docente Estruturante);
- coordenar todas as atividades do Colegiado de Curso;
- articular-se com os cursos que oferecem disciplinas ao curso;
- cumprir as decisões do Colegiado de Curso;
- adotar, em caso de emergência, as providências indispensáveis ao bom funcionamento do curso;
- verificar o cumprimento de exigências necessárias à integralização curricular;
- organizar eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outras atividades de interesse do curso, por sugestão do Colegiado;
- analisar documentos/processos de origem interna e externa;
- reunir-se com professores e tutores;
- coordenar as atividades pedagógicas e administrativas articuladas no projeto pedagógico do curso;
- articular-se com outros cursos de licenciatura;
- cumprir as decisões da Coordenação do CEaD e Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente;
- supervisionar o cumprimento das atribuições do coordenador do Polo de Apoio Presencial;
- supervisionar o cumprimento das atribuições de cada docente e das atividades de tutoria do curso;
- fomentar e incentivar a produção científica e intelectual do corpo docente;
- dar cumprimento às decisões dos órgãos de registro, controle e arquivo da documentação acadêmica do curso, aos corpos docente e discentes;
- responsabilizar-se pela entrega dos registros dos resultados do curso, seja em via impressa ou on-line;
- instruir processos e dar parecer sobre assuntos de ordem didático-científica, quando solicitado;
- acompanhar a elaboração do material didático do curso;
- orientar os Encontros Presenciais do curso junto ao CEaD e aos Polos;

- exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pela Coordenação do CEaD e as previstas na legislação federal e no Regimento Geral da UCB;
- decidir sobre o aproveitamento de créditos obtidos em outras Instituições.

19.2 – Sistemas de Comunicação

A UCB acredita que um ensino de qualidade, seja ele ofertado na modalidade presencial ou a Distância, deve ser efetuado a partir da utilização de metodologias inovadoras que rompam com os padrões antigos e tradicionais, os quais focam, na figura do docente, a responsabilidade total pelo processo ensino-aprendizagem.

A ênfase no *aprender a aprender*, na abordagem construtivista, no deslocamento do foco do professor para o aluno, enquanto ator principal do processo e nas novas competências e habilidades do docente, que passa a deixar de ser o transmissor de conhecimentos e passa a ser o mediador, animador, provocador e deflagrador de estudos e aprendizado, não são características peculiares da EaD e muito menos concebidas por esta modalidade. As estratégias de ensino, hoje, já são incrementadas a partir das novas formas de comunicação e da consideração do potencial de informação da Internet, dentre outros, bem como as metodologias de ensino inovadoras, vem sendo utilizadas, tradicionalmente, com grande sucesso.

Diante do exposto, a UCB tem como meta, na EaD, a partir de um aprimoramento constante de seu portal educacional, WEBCAF, focar-se, prioritariamente, em uma aprendizagem colaborativa, mediada pela tecnologia, reconhecendo que esta conquista é paulatina face à necessidade do estabelecimento de uma nova cultura para a educação, buscando sensibilizar, permanentemente, as comunidades interna e externa. Atualmente, a UCB transita na intermediação entre o ensino a Distância e a aprendizagem colaborativa.

Para o processo de interação e interatividade, serão utilizados meios diversificados de comunicação e processamento geral de informações: ambiente *web* para educação

virtual, através de portais, site da IES, disponibilização de 0800 para esclarecimentos de dúvidas administrativas, técnicas e acadêmicas, correio eletrônico, materiais impressos e DVDs com foco em uma abordagem construtivista.

19.2.1 – Momentos Presenciais e a Distância

Todas as disciplinas oferecem encontros presenciais e virtuais mediados por tutores de forma presencial ou virtual. Tais encontros são realizados nos Polos de Apoio Presencial.

Nos encontros presenciais, são realizadas avaliações (prova/trabalho), sob a mediação de tutores. O tutor presencial recebe apoio do Coordenador do Polo e tem o seu planejamento previamente programado pelo professor e disponibilizado no portal tutoria. Neste ambiente virtual, também é realizada a capacitação do tutor que tem, em sua carga horária semanal, um momento para tal.

Nos Polos, o corpo discente terá a oportunidade de utilizar o laboratório de informática, em horários previamente estabelecidos para atendimento e esclarecimento de dúvidas pelos tutores a Distância, bem como para elaborar trabalhos e estudos, ficando, também, disponibilizada a biblioteca.

De uma forma geral, o curso terá uma distribuição de momentos presenciais e não presenciais, promovendo a interação e interatividade como forma e meio principal para o desenvolvimento da aprendizagem.

Considerando-se a tutoria a distância, o aluno poderá utilizar o acesso virtual à tutoria para esclarecimento de dúvidas, sendo a sua central localizada na unidade sede da UCB. Finalmente, para a supervisão e controle da tutoria a distância.

Todas as informações pertinentes a questões acadêmicas e administrativas estão disponibilizadas no ambiente do aluno.

19.3 – Material Didático

O curso na modalidade a distância apresenta material didático disponibilizado em mídia impressa, em ambiente *web* virtual, entre outros.

Cada Polo disponibiliza, na biblioteca física, livros constantes da bibliografia básica e complementar de cada disciplina.

19.3.1 – Materiais Pedagógicos

São produzidos livros didáticos e instrucionais. Os materiais são adotados considerando as especificidades inerentes às disciplinas. Essa diversidade visa à motivação para o autoestudo.

19.4 – Equipe Multidisciplinar EaD

O curso na modalidade a distância da UCB conta com uma equipe multidisciplinar responsável pelo seu planejamento, implementação e gerenciamento.

19.4.1 – Corpo Docente

A UCB conta com uma equipe de professores pós-graduados que vem participando do processo de implementação dos cursos a distância.

Esses profissionais, além da vasta experiência acadêmica, vêm se aperfeiçoando na metodologia da EaD por meio de palestras, seminários, fóruns e qualificação permanentes que são oferecidos pela UCB.

19.4.2 – Conteudista

O conteudista é um profissional participante do quadro docente da UCB ou professor convidado. Sua principal função é elaborar os conteúdos e materiais didáticos, em formato gráfico e/ou digital para programas a distância.

19.4.3 – Atribuições do Tutor a Distância

- Conhecer o projeto didático-pedagógico do curso e o material didático da disciplina sob sua responsabilidade, demonstrando domínio do conteúdo específico da área;
- Participar das atividades de capacitação/avaliação de tutores presenciais;
- Auxiliar o corpo docente da disciplina em todas as suas funções, inclusive na capacitação e apoio aos tutores presenciais;
- Conhecer o cronograma de estudo e das avaliações da disciplina sob sua responsabilidade;
- Atender às consultas dos estudantes, certificando-se de que a dúvida foi sanada;
- Enfatizar aos alunos a necessidade de adquirir autonomia de estudo e aprendizagem;
- Orientar os alunos sobre a importância da utilização de todos os recursos oferecidos para a aprendizagem;
- Encorajar e auxiliar os estudantes na busca de informações adicionais, nas mais diversas fontes, tais como: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas físicas etc;
- Participar do processo de avaliação do material didático da UCB, quando solicitado;
- Acompanhar e atualizar as informações pertinentes à sua disciplina, no ambiente virtual de aprendizagem;
- Auxiliar o professor na elaboração, preparação e teste de atividades práticas presenciais;
- Comunicar-se com os estudantes ausentes às avaliações por e-mail/telefone/sala de tutoria, incentivando-os a recorrer à tutoria a distância/presencial, como um auxílio precioso no processo de aprendizagem;

- Cumprir, com pontualidade, os horários de atendimento aos estudantes, bem como as tarefas designadas pela Coordenação do Curso;
- Participar da correção das avaliações tanto presenciais como a Distância, bem como da elaboração de gabaritos, quando solicitado;
- Emitir relatórios periódicos com o registro da participação dos estudantes, suas principais dúvidas e respectivas orientações dadas.
- Registrar informações sobre os tipos e níveis de dificuldade que os estudantes apresentaram em relação às disciplinas e ao material didático;
- Apresentar um relatório semestral à Coordenação do Curso, com vistas à avaliação do trabalho pedagógico.

19.4.4 – Atribuições do Tutor Presencial

- Conhecer o projeto didático-pedagógico do curso e o material didático das disciplinas sob sua responsabilidade, demonstrando domínio de suas atribuições no referido processo;
- Conhecer a estrutura de funcionamento do Polo de Apoio Presencial onde atua;
- Participar das atividades de capacitação/avaliação dos tutores. Isto envolverá deslocamentos para outras cidades (para um Polo diferente do de sua atuação ou para a UCB), podendo haver necessidade de pernoite;
- Conhecer o cronograma de estudo e das avaliações das disciplinas sob sua responsabilidade;
- Estar presente no Polo, no horário previsto, para atendimento e orientação dos estudantes;
- Orientar e incentivar os estudantes nas aulas práticas, nos trabalhos em grupo da disciplina, nas atividades presenciais, a distância e na plataforma da UCB;
- Orientar, pela prática, o estudante para a metodologia da educação a distância, enfatizando a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem;
- Familiarizar o estudante com o hábito da pesquisa bibliográfica (sugerida ou não no material didático), para o aprofundamento e atualização dos conteúdos;

- Relacionar e encaminhar dúvidas à tutoria a Distância e/ou corpo docente da disciplina;
- Participar da aplicação das avaliações presenciais, seguindo escala feita pelo diretor de Polo e coordenador do curso, em número proporcional à carga horária total de cada tutor.
- Participar da confecção do gabarito de correção das avaliações, quando solicitado;
- Aplicar avaliações nos Polos;
- Corrigir as avaliações, quando solicitado;
- Registrar a presença e a participação dos estudantes nos encontros presenciais;
- Produzir avaliações formativas;
- Manter-se em comunicação permanente com o corpo docente da disciplina, bem como com o coordenador do curso e o coordenador do Polo;
- Apresentar um relatório semestral à coordenação do curso, com vistas à avaliação do trabalho pedagógico.

19.5 – Corpo Técnico-Administrativo EaD

A UCB tem um corpo técnico-administrativo em sua unidade sede, onde se situa o CEaD e, nos Polos de Apoio Presencial, tem uma equipe técnica-administrativa experiente e com aderência à função exercida.

19.5.1 – Coordenação do Polo de Apoio Presencial

Considerando o Coordenador de Polo de Apoio Presencial como o representante imediato da IES, tendo a responsabilidade de tornar efetivos os processos acadêmico/pedagógicos e administrativos da unidade, deve estar em constante comunicação com a Coordenação do CEaD e com a Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e de Corpo Discente. Periodicamente, são realizados encontros presenciais com os coordenadores de Polo para sensibilização e engajamento dos mesmos nos procedimentos e rotinas institucionais. São atribuições da coordenação do Polo de Apoio presencial:

- supervisionar e controlar todas as atividades acadêmicas e administrativas articuladas no projeto pedagógico do curso;
- assegurar a existência em quantidade e qualidade de equipamentos utilizados no processo ensino/aprendizagem;
- fazer cumprir as decisões da coordenação do Curso e a Coordenação do CEaD;
- articular-se, permanentemente, com a coordenação do curso e com a coordenação do CEaD;
- supervisionar e responsabilizar-se pelo cumprimento de exigências necessárias à integralização curricular;
- coordenar eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros de interesse do curso, propostos pelo CEaD;
- fazer reuniões com a equipe multidisciplinar do Polo;
- coordenar a implementação do projeto pedagógico do curso;
- acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, a metodologia adotada e as avaliações;
- supervisionar o cumprimento das atividades de tutoria do curso.

19.6 – Infraestrutura de EaD

A Universidade Castelo Branco, como já mencionado, implantou, em sua unidade sede, que também funciona como Polo de Apoio Presencial, o Centro de Educação a Distância – CEaD –, responsável pelo gerenciamento dos cursos promovidos a Distância.

19.6.1 – Polo de Apoio Presencial

De acordo com o Ministério de Educação, *“o Polo de apoio presencial é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”*. Desse modo, a UCB, entendendo a importância da infraestrutura destas unidades por auxiliarem o desenvolvimento do curso e representarem a IES, estabeleceu critérios

para a implementação de parcerias com Instituições para atuarem como tal. Ressalta-se que os mesmos foram revistos face ao recente instrumento elaborado pelo MEC para o credenciamento de Polo e que as unidades da UCB anteriores a esta revisão estão se adaptando para atendimento às exigências.

Considerando-se o descrito, os Polos de Apoio Presencial da Universidade Castelo Branco apresentam disponíveis: biblioteca, laboratório de informática com acesso a Internet de banda larga, sala para secretaria, laboratórios de informática e salas para tutoria e provas presenciais.

Na estrutura do sistema basilar da UCB, cada Polo deve realimentar o sistema com as informações imprescindíveis ao bom funcionamento do CEaD, para permitir que todos os atos legais e próprios de uma Instituição de Ensino Superior sejam resguardados.

19.7 – Logística nas Rotinas de Segurança e Inviolabilidades das Avaliações em EaD

Considerando-se os diversos Polos de Apoio Presencial, a UCB, para assegurar a qualidade, estabeleceu procedimentos necessários à segurança e inviolabilidade na aplicação das provas escritas. A seguir é descrita a logística do processo:

- todas as provas são presenciais, individuais, sem consulta;
- Todas as avaliações são aplicadas pelos tutores presenciais que são os responsáveis pelas disciplinas, e as mesmas são enviadas diretamente para o Polo de Apoio Presencial. Nestas avaliações, o conteúdo do envelope lacrado com as provas deve ser aberto somente no dia da prova na presença dos alunos, já com a etiqueta do destinatário para devolução das provas;
- além do pacote de provas, é encaminhada listagem nominal dos alunos e ata de prova;
- o tutor deverá abrir os envelopes das provas na presença de três alunos que serão testemunhas, conferir o número de provas enviadas de acordo com as informações contidas na ata, preenchê-la solicitando a assinatura de três alunos testemunhas, distribuir aos alunos as provas e coletar as assinaturas nas listas de presença;

- a ata é o documento em que o tutor registra toda eventual irregularidade com relação a recebimento, aplicação e envio das avaliações. Deve ser preenchida corretamente para garantir a eficiência e a seriedade do sistema, sendo necessário explicar aos alunos a importância de se conferir a ata antes de assiná-la. Quando o tutor detectar algum problema operacional (falta de provas, provas a mais, questões inadequadas e outros), deve utilizar a ata da avaliação para registrar a ocorrência. A coordenação irá verificar as ocorrências ao receber a ata e tomará as devidas providências;
- juntamente com as avaliações o tutor receberá duas listas contendo os nomes de todos os alunos cujas provas se encontram no envelope. Cada um deles deverá assinar as duas listas, junto ao seu nome. Uma lista deve ser enviada para a UCB, anexada ao pacote de avaliações. A outra deverá ser arquivada pelo tutor para seu controle;
- ao final da avaliação, o tutor presencial deverá organizar o material da seguinte forma: provas, a lista de frequência e em primeiro plano a ata. Em seguida, o tutor deverá colocar todos estes documentos, já separados e organizados, no envelope vazio com a etiqueta do destinatário e lacrar o envelope, solicitando para os três últimos alunos, ao finalizarem a prova, assinarem sobre o lacre. As assinaturas nos envelopes após a aplicação são primordiais, pois atestam a não violação do lacre. Se o curso tiver mais que um tipo de prova, os envelopes deverão ser lacrados separadamente, após a aplicação da prova. Cada envelope de avaliações deverá obrigatoriamente conter as assinaturas de três alunos no lacre. Caso não esteja lacrado corretamente, as provas serão anuladas;
- o material deve ser enviado por correio no próximo dia útil à aplicação das provas. No recibo de postagem das avaliações (sedex) está contido o número do objeto, devendo o tutor guardá-lo até que as notas sejam divulgadas. É vetada a compra de envelopes sedex no correio, pois todos os envelopes necessários a devolução das provas serão previamente enviados.

19.8 – Matriz Curricular

TABELA DE ADEQUAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO NÚCLEO INTEGRADOR NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS				
Núcleo de Formação Geral (Núcleo Integrador)		Disciplinas do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários		Observações
Disciplinas	Carga Horária		Carga Horária	
Empreendedorismo	30 h/a	Empreendedorismo	80 h/a	Empreendedorismo foi incluída no Módulo I com carga horária de 80 h/a
Leitura e Produção de Textos	30 h/a	Comunicação Escrita	40 h/a	Leitura e Produção de Textos foi substituída pela disciplina Comunicação Escrita no Módulo I com carga horária de 40 h/a
Relações Interpessoais	30 h/a	Recursos Humanos: Fundamentos e Processos	80 h/a	Relações Interpessoais foi substituída pela disciplina Recursos Humanos: Fundamentos e Processos no Módulo II com 80 h/a
Total	90 h/a	Total	200h/a	A carga horária prevista para o NI de 90 h/a foi substituída por 200 h/a

Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários — Carga Horária Total: 1760 horas	
Módulo I: Gestão do Ambiente Empresarial — Certificação Intermediária: Auxiliar Administrativo	
Introdução à Administração	80 h/a
Empreendedorismo	80 h/a
Comunicação Escrita	40 h/a
Métodos Numéricos Aplicados à Gestão	80 h/a
Contabilidade	80 h/a
Economia e Mercado	40 h/a
TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	400 h/a
Módulo II: Gestão de Pessoas e de Operações — Certificação Intermediária: Auxiliar em Negócios Imobiliários	
Recursos Humanos: Fundamentos e Processos	80 h/a
Legislação Trabalhista, Previdenciária e Contratos	80 h/a
Ética nos Negócios	40 h/a
Direito Empresarial	40 h/a
Noções Gerais de Direito Imobiliário	80 h/a
Legislação Tributária e Negócios Imobiliários	80 h/a
TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	400 h/a
Módulo III: Gestão de Mercados e de Finanças — Certificação Intermediária: Assistente em Negócios Imobiliários	
Avaliação de Imóveis e Perícias	80 h/a
Planejamento Urbano e Meio Ambiente	80 h/a
Sistemas Construtivos nos Empreendimentos Imobiliários	80 h/a
Análise de Custos	80 h/a
O CDC e a sua Aplicação nos Negócios Imobiliários	80 h/a
Estudo Arquitetônico para Gestores Imobiliários	80 h/a

TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	480 h/a
Módulo IV: Gestão de Processos Imobiliários — Certificação Intermediária: Agente em Negócios Imobiliários	
Direitos Reais sobre Imóveis e Contratos	80 h/a
Direito Municipal e Urbanístico	80 h/a
Sistema Registral e Notarial	80 h/a
Parcelamento do Solo Urbano e suas Diversas Formas	80 h/a
Condomínio em Geral e Incorporações Imobiliárias	80 h/a
Administração de Imóveis e Locação	80 h/a
TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	480 h/a

19.9 – Ementário

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: IV
Disciplina: Administração de Imóveis e Locação	Videoaulas: 15h

Ementa

Introdução à Administração Imobiliária. Código Civil. As partes no contrato de locação. Direito de preferência. Despejo do locatário. Retomada do imóvel. Renovação da locação.

Objetivos

- Levar o aluno ao conhecimento dos conceitos gerais de Administração de Imóveis, correlacionando-os com a realidade do mercado imobiliário sob enfoque crítico;
- Estimular o desenvolvimento de competências e habilidades que valorizarão o aluno como pessoa e profissional, tais como: conhecer a fundamentação legal da locação de imóveis; compreender os procedimentos técnicos na administração imobiliária; aplicar as normas reguladoras na locação de imóveis e gerenciar os processos para atingir eficácia na locação imobiliária.

Programa

UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA E À LOCAÇÃO

1.1 - Prospecção de imóveis

1.2 - Avaliação de imóveis

1.3 - Contrato de locação

1.4 - Solução de conflitos extrajudiciais de litígios envolvendo a locação

UNIDADE 2 – LOCAÇÃO NA LEI 8.245/91

- 2.1 - O que é locação?
- 2.2 - Características do contrato de locação
- 2.3 - As exclusões da Lei do Inquilinato
- 2.4 - Sublocação

UNIDADE 3 - QUESTÕES CORRELATAS À LOCAÇÃO

- 3.1 - Solidariedade legal
- 3.2 - A vênua conjugal como requisito de eficácia do contrato de locação
- 3.3 - A morte das partes
- 3.4 - Dissolução do casamento ou da união estável do locatário

UNIDADE 4 - RETOMADA DO IMÓVEL PELO LOCADOR

- 4.1 - Durante o prazo de vigência do contrato de locação (antes de findo o prazo estabelecido no contrato)
- 4.2 - Após a prorrogação do contrato de locação por prazo indeterminado
- 4.3 - Locação comercial ou não residencial

UNIDADE 5 - DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL PELO LOCATÁRIO

- 5.1 - Durante a vigência do contrato de locação (antes de findo o prazo estabelecido no contrato)
- 5.2 - Após a prorrogação do contrato de locação por prazo indeterminado

UNIDADE 6 - A ALIENAÇÃO DO IMÓVEL DURANTE A LOCAÇÃO NA LEI 8.245/91

- 6.1 - Direito de preferência
- 6.2 - A denúncia do contrato em razão da alienação

UNIDADE 7 - DEVERES DAS PARTES NO CONTRATO DE LOCAÇÃO

- 7.1 - Locador
- 7.2 - Deveres do locatário

UNIDADE 8 - BENFEITORIAS E SUA INDENIZAÇÃO

8.1 - Benfeitorias

8.2 - Direito de indenização

UNIDADE 9 - LOCAÇÃO POR TEMPORADA

9.1 - Definição

9.2 - Prazos da locação

9.3 - Forma do contrato

9.4 - Prorrogação do contrato

9.5 - Vantagens e desvantagens da locação por temporada

UNIDADE 10 - LOCAÇÕES ESPECIAIS

10.1 - Regras especiais para hospitais, escolas e assemelhados

UNIDADE 11 - GARANTIAS CONTRATUAIS

11.1 - Espécies de garantia na Lei 8.245/91

UNIDADE 12 - ASPECTOS GERAIS DAS AÇÕES LOCATÍCIAS

12.1 - A tramitação do processo no período de férias

12.2 - Foro competente

12.3 - Valor da causa

12.4 - Efeito devolutivo dos recursos

UNIDADE 13 - AÇÕES LOCATÍCIAS DE DESPEJO E CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL

13.1 - Impossibilidade de reconvenção e indenização por benfeitorias

13.2 - Concessão de liminar com fixação de caução

13.2 - Prova da propriedade

13.3 - Concessão legal de prazo de seis meses para desocupação

13.4 - Purgação da mora

13.5 - Prazos para a efetiva desocupação

13.6 - Fixação de caução quando da decretação do despejo

13.7 - Ação de consignação de aluguel

UNIDADE 14 - AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL

14.1 - Ação revisional de aluguel – artigos 68 a 70 da Lei 8.245/91

UNIDADE 15 - AÇÃO RENOVATÓRIA

15.1 - Da ação renovatória

15.2 - Requisitos para renovatória

15.3 - Noções gerais de decadência

15.4 - Prazo do contrato renovado por sentença

15.5 - Requisitos da petição inicial

15.6 - Contestação do locador – possibilidade de revisão do aluguel

15.7 - Consequências da renovação em relação ao fiador

15.8 - Improcedência da ação renovatória – prazo para desocupação

Bibliografia Básica

GOLDMANN, Heiz M. *Estratégias inovadoras de vendas: como conquistar e manter clientes em mercados competitivos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

GOMIDE, Alexandre Junqueira. *Administração de Imóveis e Locações*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SILVA, Bruno Mattos e. *Compra de imóveis: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

FIUZA, Césas. *Direito Civil – Curso Completo*. 5 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

RUDGE, Luiz Fernando. *Desvendando a rede do financiamento imobiliário*. São Paulo: Pini, 1997.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: III
Disciplina: Análise de Custos	Videoaulas: 10h

Ementa

Conceitos básicos de custos, classificação, sistemas de apuração de custos, custo padrão, análise custo-volume-lucro. Métodos de apuração de custo. Centro de custos, contabilidade de ganhos.

Objetivos

- Compreender a importância da análise de custos nas organizações;
- Identificar os diversos tipos de classificação de custos;
- Compreender os princípios de custeio;
- Identificar a análise de custo-volume-lucro e suas aplicações.

Programa

UNIDADE 1 - INTRODUÇÃO E CONCEITOS DE CUSTOS

- 1.1 - Introdução à Análise de Custos
- 1.2 - O uso da Contabilidade na Análise de Custos
- 1.3 - A função da Contabilidade de Custos
- 1.4 - Definições e conceitos
- 1.5 - Quando os custos de produção vão à conta de resultado?

UNIDADE 2 - AS DIVERSAS FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS

- 2.1 - Custos diretos e indiretos
- 2.2 - Métodos de custeio

UNIDADE 3 - ESQUEMA BÁSICO DE CUSTOS

3.1 - A separação entre custos e despesas

3.2 - A apropriação dos custos diretos

3.3 - A apropriação dos custos indiretos

UNIDADE 4 - A DEPARTAMENTALIZAÇÃO

4.1 - Os departamentos de serviços

UNIDADE 5 - O CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)

5.1 - Metodologia da atribuição dos custos

5.2 - Metodologia do custeio ABC

UNIDADE 6 - ANÁLISE DE CUSTOS PARA A TOMADA DE DECISÃO

6.1 - Análise de custos, volume e lucro

UNIDADE 7 - O PONTO DE EQUILÍBRIO

7.1 - Introdução

7.2 - Ponto de equilíbrio em quantidade

7.3 - Ponto de equilíbrio em valor

7.4 - Análise gráfica do ponto de equilíbrio

7.5 - Ponto de equilíbrio operacional

7.6 - Ponto de equilíbrio econômico

7.7 - Ponto de equilíbrio financeiro

UNIDADE 8 - O PONTO DE EQUILÍBRIO EM UM AMBIENTE DE MUDANÇAS

8.1 - Mudanças nas variáveis = mudança no lucro

8.2 - Análise de diferentes cenários

8.3 - Políticas de fixação de preços de produtos, considerando-se o custo

8.4 - A importância do custo unitário

UNIDADE 9 - MÉTODO DA UNIDADE DE ESFORÇO DE PRODUÇÃO (UEP)

9.1 - Cálculo do custo no método UEP

9.2 - Vantagens e desvantagens do método UEP

UNIDADE 10 - CONTABILIDADE DE GANHOS

10.1 - Teoria das Restrições (TOC)

10.2 - Mundo dos custos e mundo dos ganhos

10.3 - Críticas à Contabilidade de Ganhos

10.4 - Contabilidade de Custos X Contabilidade de Ganhos

10.5 - Entendendo a tomada de decisão na Contabilidade de Ganhos

Bibliografia Básica

BORNIA, Antônio Cezar. *Análise Gerencial de Custos*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUIMARÃES NETO, Oscar. *Análise de Custos*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

MEGLIORINO, Evadir. *Custos: Análise e Gestão*. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

Bibliografia Complementar

DUBOIS, Alex; Kulpa; Luciana; Souza; Luiz Eurico. *Gestão de Custos e Formação de Preços*. São Paulo: Atlas, 2006.

TOZZI, Adriana Regina; GALLEGO, Carlos Eduardo Curi; TOZZI, Rafael Fernando. *Sistemas construtivos em empreendimentos imobiliários*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: III
Disciplina: Avaliação de Imóveis e Perícias	Videoaulas: 15h

Ementa

Avaliação de imóveis urbanos. Método comparativo de dados do mercado. Nível de rigor da avaliação. Avaliação por comparação e por custo de reposição. Homogeneização de dados. Estimativa de valor. Perícia de imóveis.

Objetivos

- Conhecer e compreender os diversos métodos de avaliação de imóveis urbanos, definindo através das características do imóvel e dos valores de mercado o melhor preço a ser ajustado para venda ou locação;
- Conhecer e compreender laudos de avaliação, perícias judiciais, vistoria e investigação.

Programa

UNIDADE 1 - ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E PERÍCIAS

1.1 - A relação entre o homem, os bens e a avaliação

1.2 - Conceitos

1.3 - Mercado imobiliário: particularidades

1.4 - Avaliações e perícias: questões gerais

UNIDADE 2 - ASPECTOS LEGAIS DA ATIVIDADE DE AVALIADOR

2.1 - Legislação referente à avaliação imobiliária

2.2 - Exercício profissional

2.3 - O perito judicial

2.4 - Normas de avaliação

2.5 - Aquisição de leis, resoluções e normas

UNIDADE 3 - PRODUTO IMOBILIÁRIO

3.1 - Etapas de desenvolvimento do produto imobiliário

3.2 - Aspectos específicos da etapa de planejamento

3.3 - Projetos técnicos

3.4 - Requisitos a serem atendidos pelas edificações

UNIDADE 4 - CONSTRUÇÃO E SISTEMAS CONSTITUINTES DO PRODUTO IMOBILIÁRIO

4.1 - Etapas da execução (síntese)

4.2 - Especificações técnicas dos materiais de acabamento

UNIDADE 5 - CUB E PROJETOS-PADRÃO PELA NBR 12.721

5.1 - Custo Unitário Básico (CUB)

5.2 - Projeto-padrão

5.3 - Tipos de áreas dos imóveis segundo a NBR 12.721

5.4 - Tipos de orçamentos

UNIDADE 6 - DEFINIÇÕES E CONCEITOS DA NORMA DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

6.1 - Histórico da avaliação de imóveis no Brasil: evolução das normas

6.2 - Constituição da NBR 14.653

6.3 - Objetivo da NBR 14.653

6.4 - Classificação dos bens

6.5 - Definições úteis para as avaliações de imóveis

6.6 - Documentos

UNIDADE 7 - PROCEDIMENTOS E ATIVIDADES RELACIONADOS À AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

7.1 - Atividades básicas

7.2 - Especificações das avaliações

7.3 - Laudo de avaliação

7.4 - Procedimentos de excelência

UNIDADE 8 - VISTORIA PARA IMÓVEIS URBANOS

8.1 - Modelo básico de vistoria

UNIDADE 9 - MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

UNIDADE 10 - COLETA DE DADOS

10.1 - Coleta de dados de mercado

10.2 - Trabalho de campo: fontes de dados

10.3 - Vistorias de imóveis que compõem a amostra

10.4 - Instrumentos para coleta de dados

UNIDADE 11 - FUNDAMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TERRENOS URBANOS

11.1 - Características dos terrenos

11.2 - Como avaliar um terreno

11.3 - Homogeneização

UNIDADE 12 - FUNDAMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

12.1 - Análises necessárias na avaliação de uma edificação

UNIDADE 13 - VALOR DOS IMÓVEIS URBANOS E PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

13.1 - Planejamento e gestão urbano-ambiental

13.2 - Planta de valores

UNIDADE 14 - FUNDAMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS

14.1 - Norma e particularidades

14.2 - Classificação dos bens rurais

14.3 - Vistoria

UNIDADE 15 - LAUDO DE AVALIAÇÕES

15.1 - Tipos de laudo

15.2 - Itens que devem constar no laudo de avaliação

15.3 - Estrutura de apresentação do laudo

15.4 - Redação do laudo

Bibliografia Básica

DANTAS, Rubens Alves. *Engenharia das Avaliações: uma introdução à metodologia científica*. São Paulo: Pini, 2000.

KUHN, Eugenia Aumond *et al.* *Avaliação de Imóveis e Perícias*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

MOREIRA, Alberto Lélío. *Princípios de engenharia de Avaliações*. 5 ed. São Paulo: Pini, 2001.

Bibliografia Complementar

CHEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

MELLO, Luiz Fernando de. *Modelos de petições de avaliações e perícias*. São Paulo: Universitária de Direito, 1996.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB**VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE**

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 40h
	Módulo: I
Disciplina: Comunicação Escrita	Videoaulas: 05h

Ementa

Conjunto de conteúdos de redação, com enfoque em linguística textual, enfatizando a língua pelo ângulo textual e sociolinguístico, em detrimento de uma visão gramatical ou normativa. Dotar os alunos de competências de produção escrita da língua, de tal modo que possam se desincumbir com facilidade dos múltiplos usos sociais da linguagem.

Objetivos

- Compreender as regras para a produção de textos, principalmente aqueles aplicados à comunicação organizacional;
- Compreender o processo de argumentação lógica em textos;
- Relacionar os tipos de escritas corporativas;
- Compreender a narração de textos corporativos.

Programa**UNIDADE 1 - LÍNGUA E LINGUAGEM**

1.1 - O que é, afinal, a língua?

1.2 - E a linguagem, como fica?

UNIDADE 2 - COESÃO E COERÊNCIA

2.1 - Começo de conversa

2.2 - Texto, coesão e coerência

2.3 - Coesão

UNIDADE 3 - PARÁGRAFO E MODALIDADES TEXTUAIS

- 3.1 - Começo de conversa
- 3.2 - O conceito de parágrafo
- 3.3 - Modalidades textuais
- 3.4 - O que é narrar?
- 3.5 - O que é descrever?
- 3.6 - O que é dissertar?

UNIDADE 4 - INFORMAÇÃO, OPINIÃO E DISSERTAÇÃO

- 4.1 - Texto de informação
- 4.2 - Texto de opinião
- 4.3 - Dissertação: o texto de opinião
- 4.4 - O que é, afinal, argumento?
- 4.5 - O tema e a tese

UNIDADE 5 - GÊNEROS DO DISCURSO

- 5.1 - Carta
- 5.2 - Resumo
- 5.3 - Resenha
- 5.4 - Ensaio
- 5.5 - Comunicação
- 5.6 - Relato

Bibliografia Básica

- BACK, E. & MATTOS, G. *Roteiro de Linguagem Técnica*. São Paulo: FTD, 1995.
- CARDOSO, J. B. *Teoria e Prática de Leitura, Apreensão e Produção de Texto*. Brasília, DF: EDUMB, Imprensa Oficial, Fundação Universidade de Brasília, 2001.
- TATARIN, Daniela Buscaratti de Souza & SANTANA, Fátima Marisa. *Comunicação Escrita*. 2.ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos. *A Norma Oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

CAPPO, Joe. *O Futuro da Propaganda*. São Paulo: Cultrix, 2003.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: IV
Disciplina: Condomínio em Geral e Incorporações Imobiliárias	Videoaulas: 15h

Ementa

Abordagens na área de administração de condomínios. Análise histórica da incorporação de imóveis. A incorporação imobiliária. Das infrações civis e criminais e suas respectivas penalidades. O procedimento registral da incorporação. Do contrato particular de compromisso de compra e venda de fração ideal de terreno. Do requerimento para averbação da individualização do prédio. Das implicações no caso da locação de imóvel não averbado. Do patrimônio de afetação.

Objetivos

- Conhecer e compreender as técnicas de elaboração de uma convenção, para administrar e constituir um condomínio, de acordo com a Lei;
- Analisar e compreender os conceitos de incorporador, de efetivação do contrato hábil para a concretização de empreendimentos, de empreendimentos, de documentos de ajuste, de pré-contratos, de vínculos dos adquirentes em face alienante, de frustração do empreendimento, de edificação em condomínios;
- Aplicar as normas reguladoras na administração de incorporações imobiliárias e condomínios. Gerenciar os processos para atingir eficácia na administração de incorporações imobiliárias. O aluno aprenderá: a respeitar diferenças, a ter cordialidade, flexibilidade e autocontrole, a trabalhar com cooperativismo, comprometimento e, também, a conviver com ambiguidades.

Programa

UNIDADE 1 - CONDOMÍNIOS EM GERAL NO DIREITO BRASILEIRO

- 1.1 - Introdução
- 1.2 - Comunhão
- 1.3- Condomínio
- 1.4 - Concepções jurídicas de condomínio
- 1.5 - Consequências das concepções jurídicas
- 1.6 - Divisão e extinção do condomínio
- 1.7 - Administração do condomínio
- 1.8 - Locação do bem em condomínio

UNIDADE 2 - CONDOMÍNIO EDILÍCIO: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E SUA CONVENÇÃO

- 2.1 - Introdução
- 2.2 - Evolução e contornos legais
- 2.3 - Nomenclatura
- 2.4 - Delimitação do conceito
- 2.5 - Convenção de condomínio
- 2.6 - Conteúdo da convenção

UNIDADE 3 - DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS

- 3.1 - Introdução
- 3.2 - Uso, fruição e disposição
- 3.3 - Uso das partes comuns
- 3.4 - Uso das áreas privativas
- 3.5 - Votação em assembléia
- 3.6 - Contribuição condominial
- 3.7 - Cobrança de dívidas
- 3.8 - Multas
- 3.9 - Alteração da fachada

UNIDADE 4 - ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO

4.1 - Introdução

4.2 - O síndico

4.3 - Conselho fiscal e outros cargos

4.4 - Modalidades de gestão do condomínio

4.5 - Empresa contratada para administrar

UNIDADE 5 - ASSEMBLEIA CONDOMINIAL

5.1 - Introdução

5.2 - Assembleia do condomínio

5.3 - Assembleia geral ordinária

5.3 - Assembleia geral extraordinária

5.5 - Convocação da assembléia

5.6 - Conteúdo das discussões e local de realização

5.7 - *Quorum* e deliberações

5.8 - Representação dos condôminos por procuração

5.9 - Votação: regras e procedimentos

5.10 - Atas

5.11 - Participação do locatário nas assembléias

UNIDADE 6 - DESPESAS DO CONDOMÍNIO

6.1 - Introdução

6.2 - Responsabilidade pelas despesas

6.3 - Espécies de despesas

6.4 - Despesas com obras necessárias, úteis e voluptuárias

6.5 - Locatário e despesas do condomínio

6.6 - Espécies de receitas

UNIDADE 7 - RELAÇÕES CONDOMINIAIS, CONTRATOS E NOVAS MODALIDADES IMOBILIÁRIAS

7.1 - Introdução

7.2 - O condomínio edilício e os custos de transação

7.3 - Direitos reais e direitos pessoais

7.4 - Contrato de compra e venda

7.5 - Contrato de locação

7.6 - Formas alternativas de uso da propriedade

UNIDADE 8 - CONSTITUIÇÃO E EXTINÇÃO DO CONDOMÍNIO

8.1 - Introdução

8.2 - Formas de constituição do condomínio

8.3 - Constituição e especificação do condomínio

8.4 - Requisitos para constituição

8.5 - Extinção do condomínio

8.6 - Formas de extinção do condomínio

UNIDADE 9 - O INCORPORADOR E A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

9.1 - Introdução

9.2 - A figura do incorporador

9.3 - Atuação do incorporador

9.4 - Responsabilidades do incorporador

9.5 - Incorporação e defesa do consumidor

9.6 - Destituição e falência do incorporador

UNIDADE 10 - FASES PRÉ-CONTRATUAIS DA INCORPORAÇÃO

10.1 - Introdução

10.2 - A restrição legal ao desempenho da atividade de incorporador

10.3 - Proprietário do terreno

10.4 - Estudo de viabilidade, projetos e licenças para a incorporação

10.5 - Registro da incorporação

10.6 - Lançamento da incorporação e publicidade

UNIDADE 11 - OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO INCORPORADOR

11.1 - Introdução

11.2 - Deveres e obrigações gerais do incorporador

11.3 - Direitos do incorporador

11.4 - Obrigação do incorporador quanto ao patrimônio de afetação

UNIDADE 12 - OBRIGAÇÕES DO ADQUIRENTE

12.1 - Introdução

12.2 - A incorporação e a exceção de contrato não cumprido

12.3 - Cláusula resolutiva

12.4 - Encargos decorrentes da mora do adquirente

12.5 - Outros aspectos relativos às obrigações do adquirente

UNIDADE 13 - A CONSTRUÇÃO NA INCORPORAÇÃO

13.1 - Introdução

13.2 - O contrato de construção e a incorporação

13.3 - Transmissão da fração ideal

13.4 - Regras quanto à construção

13.5 - Modalidades de construção

UNIDADE 14 - INFRAÇÕES E PENALIDADES

14.1 - Introdução

14.2 - Infrações de natureza civil e criminal

14.3 - Falta de pagamento das prestações

14.4 - Publicação de anúncios em órgãos de informação e publicidade em desacordo com prescrições legais

14.5 - Proteção criminal aos adquirentes

UNIDADE 15 - CONDOMÍNIOS, INCORPORAÇÕES E SISTEMAS LEGISLATIVOS

15.1 - Introdução

15.2 - A legislação diretamente aplicável aos condomínios

15.3 - A legislação diretamente aplicável às incorporações

15.4 - Outras disciplinas legais aplicáveis

Bibliografia Básica

FIUZA, César. *Direito civil* – curso completo. 5 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GOMES, Orlando. *Direitos reais*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

HUBERT, Ivens Henrique. *Condomínios em Geral e Incorporações Imobiliárias*.

Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

Bibliografia Complementar

CHUEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. IV.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB**VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE**

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: I
Disciplina: Contabilidade	Videoaulas: 10h

Ementa

Noções básicas da Contabilidade. Patrimônio. Situações líquidas patrimoniais e o Patrimônio Líquido. Origem e aplicação dos recursos. Contas e planos de contas. Atos e fatos administrativos. Noções de débito e crédito. Balancete de verificação. Estoques. Depreciação. Demonstração de Resultados de Exercícios. Princípios fundamentais da Contabilidade. Escrituração contábil. Técnicas de escrituração contábil. Fundamentos sobre o débito e crédito. Regimes contábeis de escrituração. Procedimentos contábeis Básicos. A Contabilidade como instrumento de auxílio nas organizações. A Contabilidade como uma ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro. Clientes internos e externos da Contabilidade, cumprimento das Legislações do Imposto de Renda, ICMS, IPI, ISS, INSS, Trabalhista, Social.

Objetivos

- Compreender a necessidade e a importância da contabilidade dentro de uma organização;
- Diferenciar as contas de Ativo, de Passivo, de Patrimônio e de Resultados;
- Aplicar o mecanismo de escrituração contábil, através do débito e crédito, analisando o método das partidas dobradas;
- Distinguir depreciação, amortização e exaustões;
- Decompor um Plano de Contas;
- Interpretar os diferentes sistemas de custos e saber adequá-los as necessidades. Conceber e elaborar demonstrativos contábeis básicos.

Programa

UNIDADE 1 - ELEMENTOS DE CONTABILIDADE GERENCIAL

- 1.1 - Histórico da Contabilidade
- 1.2 - Principais conceitos contábeis
- 1.3 - Álgebra contábil
- 1.4 - A lógica do Balanço Patrimonial

UNIDADE 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS CONTÁBEIS

- 2.1 - Contas
- 2.2 - Classificação
- 2.3 - Compensação

UNIDADE 3 - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGUNDO A LEI 6.404/76

- 3.1 - Estrutura das demonstrações financeiras
- 3.2 - Plano de Contas Contábeis

UNIDADE 4 - CONTAS CONTÁBEIS SEGUNDO A LEI 6.404/76 E MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

- 4.1 - Método das partidas dobradas

UNIDADE 5 - A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – LIVRO DIÁRIO CONTÁBIL

- 5.1 - Escrituração
- 5.2 - Livro diário
- 5.3 - Diferença entre lucro real e contábil
- 5.4 - Operações típicas

UNIDADE 6 - A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – LIVROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS

- 6.1 - Apuração do inventário
- 6.2 - Apuração e lançamentos do ICMS e IPI (impostos sobre o valor agregado)
- 6.3 - ICMS

6.4 - IPI

6.5 - O Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Física (IRRF/PF)

UNIDADE 7 - PRÁTICA CONTÁBIL I

7.1 - Aplicação de recursos – o débito

7.2 - Origem dos recursos – o crédito

UNIDADE 8 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES

8.1 - Custo dos estoques

UNIDADE 9 - CUSTOS EMPRESARIAIS

9.1 - Introdução histórica

9.2 - Contabilidade geral e contabilidade de custos

9.3 - A importância do custo no ciclo econômico das empresas

9.4 - Terminologia da contabilidade de custos

9.5 - Classificação dos custos

UNIDADE 10 - ANÁLISE FINANCEIRA DE EMPRESAS

10.1 - Alavancagem

10.2 - Análise vertical e horizontal de balanços

10.3 - Indicadores financeiros

Bibliografia Básica

BADO, Cleber & MILANI, Gilberto Elói. *Contabilidade*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade geral fácil*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, João Edson. *Contabilidade Geral*. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2007.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Eduardo. *Métodos Numéricos Aplicados à Gestão*. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2006.

MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanços*: abordagem básica e gerencial.
6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB
VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 40h
	Módulo: II
Disciplina: Direito Empresarial	Videoaulas: 05h

Ementa

Contextualização da ciência jurídica na realidade empresarial como instrumento regulador da gestão empresarial e das relações entre as organizações públicas e privadas, com fins lucrativos ou não.

Objetivos

- Compreender a importância do direito na gestão empresarial, as principais diretrizes do direito comercial brasileiro;
- Identificar as modalidades de licitações (tomada de preço, convite, concurso e leilão) e os direitos básicos do consumidor;
- Compreender o mecanismo de habilitação de empresas para participarem de um processo licitatório;
- Preparar a participação nas diferentes modalidades de licitações (tomada de preço, convite e leilão);
- Elaborar, montar e conferir documentação e propostas de participação nas diversas modalidades de licitações públicas.

Programa

UNIDADE 1 - O DIREITO EMPRESARIAL NO CONTEXTO DA GESTÃO

1.1 - Apresentação

1.2 - O agente econômico empresa

1.3 - Empresa e sociedade

1.4 - Estabelecimento: noção e transferência

UNIDADE 2 - A EMPRESA COMO ENTIDADE ECONÔMICA E SUA DECODIFICAÇÃO JURÍDICA

- 2.1 - Apresentação
- 2.2 - Empresa individual
- 2.3 - Teoria geral das sociedades
- 2.4 - Sociedades não personificadas
- 2.5 - Sociedades personificadas

UNIDADE 3 - PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BRASIL

- 3.1 - Apresentação
- 3.2 - Sociedades limitadas: intermediação financeira, aumento de capital e outras operações internas
- 3.3 - Sociedades anônimas abertas: aumento de capital e emissão de valores mobiliários
- 3.4 - Governança corporativa e captação de recursos
- 3.5 - Sócios estratégicos

UNIDADE 4 - PRÁTICA DO ATO EMPRESARIAL, INSOLVÊNCIA E REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

- 4.1 - Apresentação
- 4.2 - Características dos atos empresariais
- 4.3 - Insolvência do empresário
- 4.4 - Recuperação judicial do empresário
- 4.5 - Recuperação extrajudicial
- 4.6 - Recuperação do pequeno empresário
- 4.7 - Outras formas de acordo
- 4.8 - Falência do empresário: principais consequências
- 4.9 - Mecanismos de reorganização empresarial

UNIDADE 5 - DIREITO ECONÔMICO

5.1 - Apresentação

5.2 - Sistema de mercado e interferência do Estado

5.3 - O modelo da Constituição da República do Brasil

5.4 - Empresas estatais

5.5 - Defesa da concorrência

5.6 - Defesa do consumidor

Bibliografia Básica

CHUEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

COSTA, Eduardo Ganymedes. *Noções Gerais de Direito*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. *Direito Empresarial*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

Bibliografia Complementar

BERTOLDI, Marcelo M. & RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. *Curso Avançado de Direito Comercial*. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BUIAR, Denise Rauta. *Economia e Mercado*. Curitiba: IESDE, 2007.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB**VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE**

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: IV
Disciplina: Direito Municipal e Urbanístico	Videoaulas: 15h

Ementa

Parcelamento do solo urbano e intervenção pública municipal. Função social da cidade. Planejamento e intervenções urbanísticas. Estatuto da cidade e política urbana. Plano Diretor. Atividades relacionadas e bens tutelados. Código de Pesca. Código Florestal.

Objetivos

- Analisar a necessidade de um desenvolvimento sustentável que possa compatibilizar os imperativos econômicos levando em conta o equilíbrio ecológico dos Municípios – o papel dos municípios com o novo estatuto da cidade. É necessário ao gestor imobiliário um conhecimento profundo das questões que envolvem as leis urbanísticas. Especificamente a questão relacionada a zoneamento, código de obras, plano diretor. Este conhecimento deve ser tratado de forma uniforme, fazendo-se a interação através da compreensão da legislação urbanística e os movimentos de mercado;
- Desenvolver a consciência crítica ambiental;
- Atuar como consultor ambiental de empresas imobiliárias e identificar problemas e oportunidades. O desenvolvimento das habilidades tornará o gestor num profissional que entenda as legislações municipal e urbanística relativas aos aproveitamentos que podem ser dados a cada área envolvida no processo de negociação. Também servirá para determinar uma velocidade relativa na condução dos negócios e na exata avaliação destes bens, impondo-lhe técnica suficiente para apurar o valor real de mercado de cada bem.

Programa

UNIDADE 1 - HISTÓRIA DO DIREITO MUNICIPAL

1.1 - Breve histórico da constituição dos municípios

UNIDADE 2 - AUTONOMIA, COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS

2.1 - Leitura geral sobre os municípios brasileiros

2.2 - Criação dos municípios

2.3 - Procedimentos de constituição

2.4 - Organização territorial interna

2.5 - Município e regiões metropolitanas

2.6 - Competência

2.7 - Autonomia

UNIDADE 3 - FINANÇAS MUNICIPAIS

3.1 - Autonomia financeira dos municípios

3.2 - Orçamento público municipal

3.3 - Princípios constitucionais do orçamento público

3.4 - Sistema orçamentário

3.5 - Controle orçamentário

3.6 - Tributação municipal

3.7 - Impostos municipais

UNIDADE 4 - PREFEITURA MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES

4.1 - Poderes do município

4.2 - Órgãos públicos

4.3 - Poder Executivo Municipal

4.4 - Elegibilidade

4.5 - Atribuições do prefeito

4.6 - Câmara de Vereadores

4.7 - Vereadores

4.8 - Lei Orgânica do Município

UNIDADE 5 - BENS MUNICIPAIS

5.1 - Breve histórico dos bens públicos no Brasil

5.2 - Bens públicos

5.3 - Classificação dos bens públicos

5.4 - Regime jurídico dos bens públicos

5.5 - Bens municipais

5.6 - Utilização de terceiros

5.7 - Aquisição de bens

5.8 - Alienação de bens municipais

5.9 - Proteção dos bens municipais

UNIDADE 6 - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

6.1 - Conceito de serviço público

6.2 - Princípios do serviço público

6.3 - Conceito de obra pública

6.4 - Competência

6.5 - Serviços e obras municipais

6.6 - Espécies de serviço público

6.7 - A execução dos serviços públicos por particulares

UNIDADE 7 - DIREITO URBANÍSTICO: FUNDAMENTOS E NORMAS GERAIS

7.1 - Direito e sociedade

7.2 - Produção da ilegalidade nas cidades brasileiras

7.3 - Cidade, urbano e urbanismo

7.4 - Estatuto da Cidade e instrumentos urbanísticos

7.5 - O plano diretor nos municípios brasileiros

UNIDADE 8 - PLANEJAMENTO MUNICIPAL E PLANO DIRETOR

8.1 - Planejamento e desenvolvimento

- 8.2 - Planejamento municipal
- 8.3 - Plano diretor no Pós-Constituição Federal de 1988
- 8.4 - Características do plano diretor
- 8.5 - Elaboração, aprovação e implementação
- 8.6 - Obrigatoriedade de elaboração
- 8.7 - Conteúdos do plano diretor
- 8.8 - Legislações urbanísticas

UNIDADE 9 - PROPRIEDADE E POSSE

- 9.1 - Breves apontamentos históricos sobre a posse e a propriedade no Brasil
- 9.2 - Novo perfil do direito de propriedade a partir da Constituição Federal de 1988
- 9.3 - A função da propriedade na Constituição Federal de 1988
- 9.4 - A funcionalização no Código Civil
- 9.5 - A posse no Código Civil
- 9.6 - Aquisição e perda da propriedade

UNIDADE 10 - USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO

- 10.1 - Legislação territorial
- 10.2 - Uso e ocupação dos bens imóveis
- 10.3 - Divisões territoriais
- 10.4 - Leis de zoneamento
- 10.5 - Estrutura da lei
- 10.6 - Estudo de impacto de vizinhança
- 10.7 - Lei de Parcelamento do Solo

UNIDADE 11 - INSTRUMENTOS JURÍDICO-URBANÍSTICOS DO ESTATUTO DA CIDADE

- 11.1 - Política Urbana
- 11.2 - Parágrafo 4.º do artigo 182 da Constituição Federal
- 11.3 - Direito de preempção/preferência
- 11.4 - Direito de superfície

11.5 - Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso

11.6 - Transferência do direito de construir

11.7 - Operação urbana consorciada

UNIDADE 12 - O DIREITO AMBIENTAL NAS CIDADES

12.1 - Direitos difusos e coletivos

12.2 - Princípios de direito ambiental

12.3 - Princípio do poluidor-pagador

12.4 - Estatuto da Cidade

12.5 - Meios de defesa do patrimônio ambiental

12.6 - Competência municipal

UNIDADE 13 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

13.1 - Moradia

13.2 - Cenários da moradia no Brasil

13.3 - Informalidades

13.4 - Valorização da posse

13.5 - Aspectos da regularização fundiária

13.6 - Concessão de Direito Real de Uso – CDRU

13.7 - Concessão de uso especial para moradia

13.8 - Usucapião

13.9 - ZEIS

UNIDADE 14 - PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL

14.1 - Natureza e conceito

14.2 - Legislações

14.3 - Características do poder de polícia

14.4 - Princípios

14.5 - Objeto do poder de polícia municipal

14.6 - Procedimentos e coercibilidade

14.7 - Sanções administrativas

14.8 - Função social da propriedade

UNIDADE 15 - CONTROLE SOBRE AS AÇÕES MUNICIPAIS

15.1 - Objetivo geral

15.2 - Poder local

15.3 - Gestão democrática das cidades

15.4 - Os fundamentos da democracia

15.5 - Institutos de participação popular na Administração Pública

15.6 - Para além dos instrumentos

15.7 - Responsabilidade fiscal e plano diretor

Bibliografia Básica

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Meirelles, 2001.

PONTES, Daniele Regina & DE FARIA, José Ricardo Vargas. *Direito Municipal e Urbanístico*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SILVA, José Afonso da Silva. *Direito Urbanístico brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Bibliografia Complementar

CASSILHA, Gilda A. & CASSILHA, Simone A. *Planejamento Urbano e Meio Ambiente*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

SAULE Junior, Nelson. *Novas perspectivas de direito urbanístico brasileiro*. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1997.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: IV
Disciplina: Direitos Reais sobre Imóveis e Contratos	Videoaulas: 10h

Ementa

Direito das Coisas, da Posse. Direito das Obrigações. Direitos Reais: Bem, Fato Jurídico.

Objetivos

- Entender o que são bens jurídicos e sua classificação;
- Relações de direito e os fatos jurídicos: Fato Jurídico – conceito, classificação e função;
- Ato e Negócio Jurídico – conceitos, forma, tipos e efeitos, classificação, pressupostos de validade, elementos acidentais, nulidade absoluta e relativa, defeitos ou vícios;
- Direito das coisas - direitos reais e direitos pessoais (conceito, distinção, caracteres essenciais, constituição e classificação);
- Direito de Propriedade – conceito, características, elementos, modalidades.

Programa

UNIDADE 1 – CONTRATOS E SUA APLICAÇÃO AO DIREITO IMOBILIÁRIO

1.1 - Conceito de contrato

1.2 - Terminologia |

1.3 - Requisitos de validade

1.4 - Princípios dos contratos

UNIDADE 2 - PRINCÍPIOS SOCIAIS DO CONTRATO: FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO

2.1 - Eficácia interna da função social

2.2 - Eficácia externa da função social

UNIDADE 3 - PRINCÍPIOS SOCIAIS DO CONTRATO: BOA FÉ OBJETIVA

3.1 - Introdução e conceitos

UNIDADE 4 - DIREITOS REAIS: NOÇÕES INICIAIS E PROPRIEDADE

4.1 - Conceito de direitos reais

4.2 - Teorias informadoras

4.3 - Principais características dos direitos reais

4.4 - A obrigação *propter rem*

4.5 - Classificação dos direitos reais

4.6 - Noções sobre a propriedade

4.7 - Função social da propriedade

4.8 - Características da propriedade

UNIDADE 5 - DIREITOS REAIS: POSSE E AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

5.1 - Da posse

5.2 - Aquisição da propriedade imóvel

UNIDADE 6 - FORMAS DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL E IMÓVEL

6.1 - Aquisição da propriedade imóvel

6.2 - Aquisição da propriedade móvel

6.3 - Da perda da propriedade

Unidade 7 - Condomínio

7.1 - Do condomínio geral

7.2 - Do condomínio edilício

UNIDADE 8 - PROPRIEDADE RESOLÚVEL E FIDUCIÁRIA

8.1 - Da propriedade resolúvel

8.2 - Da propriedade fiduciária

8.3 - Propriedade fiduciária de imóveis

UNIDADE 9 - DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS DE GOZO OU FRUIÇÃO: ENFITEUSE, SUPERFÍCIE E SERVIDÃO

9.1 - Noções gerais

9.2 - Espécies de direitos reais de gozo ou fruição

UNIDADE 10 - DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS DE GOZO OU FRUIÇÃO: USUFRUTO, USO E HABITAÇÃO E O DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO

10.1 - Direitos de gozo ou fruição

10.2 - Do direito real de aquisição

UNIDADE 11 - DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS DE GARANTIA: PENHOR

11.1 - Introdução

11.2 - Noções aplicáveis a todas as espécies de garantias reais

11.3 - Das garantias reais em espécie: penhor

UNIDADE 12 - DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS DE GARANTIA: HIPOTECA E ANTICRESE

12.1 - Da hipoteca

12.2 - Da anticrese

UNIDADE 13 - EFEITOS PATRIMONIAIS DECORRENTES DO DIREITO DE FAMÍLIA

13.1 - Introdução

13.2 - Família: conceito e formação

13.3 - Do casamento: conceito e efeitos patrimoniais

13.4 - Das espécies de regime de bens

UNIDADE 14 - EFEITOS PATRIMONIAIS DECORRENTES DO DIREITO DAS SUCESSÕES

14.1 - Introdução

14.2 - Regras gerais do Direito Sucessório

UNIDADE 15 - ESPÉCIES DE SUCESSÃO: LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA

15.1 - Sucessão legítima

15.2 - Sucessão testamentária

Bibliografia Básica

GOMES, Orlando. *Direitos Reais*. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PEREIRA, Altino P. Soares. *A promessa de compra e venda de imóveis no direito imobiliário*. Curitiba: Juruá, 1997.

SIMÃO, José Fernando & BUNAZER, Maurício Baptistella. *Direitos Reais sobre Imóveis e Contratos*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

Bibliografia Complementar

JOBIM, Geraldo. *Legislação Tributária e Negociação Imobiliária*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

PUGLIESI, Márcio. *Conflito, estratégia, negociação: o direito e sua teoria*. São Paulo: WVC, 2001.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 40h
	Módulo: I
Disciplina: Economia e Mercado	Videoaulas: 05h

Ementa

Economia no mercado e seus princípios. Classificação dos bens, serviços e fatores de produção. Análise da oferta, demanda e preço de equilíbrio. Determinação e análise dos custos da produção. Tipos de concorrência e análises das estratégias das empresas.

Objetivos

- Compreender a economia de forma geral, seus princípios, estruturas;
- Avaliar a estrutura de mercado quanto à oferta e demanda de mercadorias;
- Identificar oportunidades e ameaças à empresa, em um mercado competitivo;
- Reconhecer a estrutura econômica do mercado de determinado produto;
- Distinguir os tipos de concorrência perfeita, monopólio, oligopólio.

Programa

UNIDADE 1 - NOÇÕES GERAIS DE ECONOMIA DE MERCADO

1.1- Campo de estudo da economia

UNIDADE 2 - OFERTA, DEMANDA E PREÇO DE EQUILÍBRIO

2.1 - Decisões do consumidor e a curva de demanda

UNIDADE 3 - A EMPRESA E A PRODUÇÃO

3.1 - Sistema de produção

3.2 - O processo de produção

3.3 - A empresa e os lucros

- 3.4 - A tecnologia e a empresa
- 3.5 - A produção e o curto prazo
- 3.6 - A produção e o longo prazo
- 3.7 - Eficiência técnica e eficiência econômica
- 3.8 - Substituição no emprego de fatores

UNIDADE 4 - OS CUSTOS DA PRODUÇÃO

- 4.1 - Introdução
- 4.2 - Os custos na empresa

UNIDADE 5 - CONCORRÊNCIA PERFEITA, MONOPÓLIO E OLIGOPÓLIO

- 5.1 - Introdução
- 5.2 - O mercado e a concorrência

Bibliografia Básica

BUIAR, Denise Rauta. *Economia e Mercado*. Curitiba: IESDE, 2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. *Economia – Fundamentos e Aplicações*. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

VASCONCELOS, Marco Antonio. *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

BACARENSE, Paulo Afonso. *Métodos Qualitativos para Tomada de Decisão*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

TROSTER, R. L. & MOC HÓN, F. *Introdução à Economia*. São Paulo: Makron Books, 2004.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB**VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE**

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: I
Disciplina: Empreendedorismo	Videoaulas: 10h

Ementa

Entender as organizações e os diferentes tipos de negócios e o processo de formulação de modelo gerencial em função dos tipos de organização, dos segmentos de negócios que atua e outros, proporcionando o desenho da mesma que compatibilize a competitividade e a estrutura da organização. Fundamentos de planos de negócios e suas aplicações.

Objetivos

- Avaliar o segmento de negócio em que a empresa atua e os variados modelos empreendedores no mercado atual;
- Compreender os diferentes tipos de setores de negócios, suas características e processos, analisando as oportunidades de mercado, avaliando os riscos;
- Identificar o processo mais adequado para ajustar a organização ao setor de negócios, compreendendo a importância da elaboração de um plano de negócios empreendedor.

Programa

UNIDADE 1 - EMPREENDEDORISMO

1.1 - Empreendedorismo

1.2 - O que é um empreendedor?

1.3 - Tipos de empreendedores

1.4 - Escolas do empreendedorismo

UNIDADE 2 - A PSICOLOGIA E OS EMPREENDEDORES

- 2.1 - A Psicologia e os teóricos da personalidade
- 2.2 - Sigmund Freud e a Psicanálise
- 2.3 - Jung e os tipos psicológicos
- 2.4 - Maslow e a hierarquia de necessidades
- 2.5 - Henry Murray e a relação entre necessidade, motivo e comportamento
- 2.6 - Julian Rotter e a Teoria Atribucional
- 2.7 - Karen Horney e a autoimagem idealizada
- 2.8 - Comentários finais

UNIDADE 3 - MODELO DE COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS

- 3.1 - Modelos de competências para empreendedores
- 3.2 - Tabulação das respostas
- 3.3 - Perfil

UNIDADE 4 - ESTABELECIMENTO DE METAS E OBJETIVOS

- 4.1 - Estabelecer metas e objetivos desafiantes e com significado pessoal
- 4.2 - Estabelecer metas de curto prazo mensuráveis
- 4.3 - Confundir atividades com resultados, uma armadilha no mundo dos negócios
- 4.4 - Considerações finais

UNIDADE 5 - BUSCA DE OPORTUNIDADES

- 5.1 - Geração de ideias
- 5.2 - Lista de recursos subutilizados ou desperdiçados
- 5.3 - Lista de problemas
- 5.4 - Lista de necessidades não satisfeitas
- 5.5 - Lista de negócios
- 5.6 - Armadilhas na identificação de oportunidades

UNIDADE 6 - BUSCA DE INFORMAÇÕES E RISCOS CALCULADOS

- 6.1 - Busca de informações

6.2 - Riscos calculados

6.3 - Considerações finais

UNIDADE 7 - PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO SISTEMÁTICO

7.1 - Comportamentos relacionados às competências

7.2 - Estabelecimento de metas: o primeiro passo para o planejamento

7.3 - Elaborando um plano de trabalho

UNIDADE 8 - QUALIDADE E EFICIÊNCIA

8.1 - Comportamentos

8.2 - Passos básicos para trabalhar a qualidade

8.3 - Qualidade e eficiência: um processo contínuo

UNIDADE 9 - PERSUASÃO E REDES DE CONTATO

9.1 - Competências empreendedoras relacionadas à necessidade de poder

9.2 - O processo de liderança

9.3 - Planejamento e poder

9.4 - Considerações finais

UNIDADE 10 - COMPETÊNCIAS MOBILIZADORAS E REFORÇADORAS

10.1 - Persistência

10.2 - Comprometimento

10.3 - Autoconfiança

10.4 - Necessidade de independência: a diferença entre empreendedores e empreendedores corporativos

10.5 - Enfrentando o medo de empreender

Bibliografia Básica

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: Transformando ideias em Negócios*. 2 ed. Rio de Janeiro. Campus. 2005.

MORALES, Sandro Afonso. *Estratégia Empresarial*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

TACHIZAWA, Takeshi; CRUZ JÚNIOR, João Benjamin da; ROCHA, José Antônio de Oliveira. *Gestão de Negócios: visões e dimensões empresariais da organização*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar

RIBEIRO, Renato Vieira. *Estratégia Empresarial*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: III
Disciplina: Estudo Arquitetônico para Gestores Imobiliários	Videoaulas: 15h

Ementa

Projeto Arquitetônico. Priorizar o atendimento das necessidades usuais do dia a dia profissional. Código de Obras e Plano Diretor das cidades.

Objetivos

- Compreender: os elementos e projetos de arquitetura e urbanismo – Projetos Arquitetônicos e complementares (projetos topográficos – hidrossanitários, elétricos, telefônicos, estruturais);
- Orientar clientes e equipes (nas empresas) no tocante ao desenvolvimento das etapas de projeto de um empreendimento imobiliário; nos seus aspectos gráficos de plantas, cortes, fachadas e demais detalhamentos técnicos dos projetos arquitetônico, topográfico, hidrossanitário, estrutural, elétrico e de prevenção de incêndio das edificações, atendendo às normas referentes ao Plano Diretor e Código de Obras das cidades.

Programa

UNIDADE 1 - IMPORTÂNCIA E CONTEXTO DO ESTUDO ARQUITETÔNICO |7

1.1 - Gestor imobiliário e o desenvolvimento do produto imobiliário

1.2 - Abordagem da disciplina: o planejamento físico do produto imobiliário

UNIDADE 2 - PLANEJAMENTO URBANO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DAS CIDADES

2.1 - Cenário e contexto das cidades brasileiras

2.2 - Plano Diretor: instrumento de gestão

UNIDADE 3 - GESTÃO DA QUALIDADE PARA OS PROJETOS TÉCNICOS DOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

3.1 - Desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários

3.2 - Conceitos de gestão da qualidade

3.3 - Coordenação de projetos e dos projetistas

UNIDADE 4 - DESEMPENHO DAS EDIFICAÇÕES SOB A ÓTICA DE SEUS USUÁRIOS

4.1 - Desempenho das edificações

4.2 - Avaliação pós-ocupação (APO)

UNIDADE 5 - AVALIAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DOS LOTES URBANOS

5.1 - Localização dos empreendimentos: questões legais e técnicas

5.2 - Informações sobre o terreno

UNIDADE 6 - DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

6.1 - Desenvolvimento do produto para o mercado imobiliário

6.2 - Programa de necessidades: definições e funções

6.3 - Tipos de projetos envolvidos no processo de desenvolvimento do produto imobiliário

UNIDADE 7 - TÉCNICAS GRÁFICAS PARA OS PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

7.1 - Representação gráfica dos projetos

7.2 - Desenhos técnicos dos projetos das edificações

UNIDADE 8 - PROJETO ARQUITETÔNICO: SIGNIFICADOS E FUNÇÕES

8.1 - Definições e conceitos do projeto arquitetônico

UNIDADE 9 - PROJETOS URBANÍSTICO, PAISAGÍSTICO E DECORAÇÃO DE INTERIORES

9.1 - Projeto urbanístico

9.2 - Projeto paisagístico

9.3 - Projeto de decoração de interiores

UNIDADE 10 - PROJETOS ESTRUTURAL, HIDROSSANITÁRIO E ELÉTRICO

10.1 - Projeto estrutural

10.2 - Projeto hidrossanitário

10.3 - Projeto elétrico

UNIDADE 11 - CONFORTO AMBIENTAL NAS EDIFICAÇÕES

11.1 - Conforto ambiental

11.2 - Conforto térmico da edificação

UNIDADE 12 - A SUSTENTABILIDADE E OS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

12.1 - Conceitos e princípios da sustentabilidade

12.2 - Práticas sustentáveis nos empreendimentos imobiliários

UNIDADE 13 - AVALIAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DO PROJETO ARQUITETÔNICO DAS EDIFICAÇÕES

13.1 - Empreendimentos residenciais: novas ou velhas soluções

13.2 - Produção da arquitetura dos empreendimentos e seus usuários

13.3 - Análises do empreendimento: unidade privada e áreas de uso comum

UNIDADE 14 - ANÁLISES DO EMPREENDIMENTO: ASPECTOS VOLUMÉTRICOS DAS EDIFICAÇÕES

14.1 - Análises de fachadas das edificações

14.2 - O significado da cor nos empreendimentos imobiliários

UNIDADE 15 - ANÁLISES DO EMPREENDIMENTO: PROJETOS COMPLEMENTARES

15.1 - Análises dos projetos complementares | 127

15.2 - Projeto estrutural: aspectos qualitativos | 128

15.3 - Análises qualitativas do projeto hidrossanitário | 128

15.4 - Aspectos qualitativos do projeto elétrico | 131

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 8196: desenho técnico*. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

NERBAS, Patrícia de Freitas. *Estudo Arquitetônico para Gestores Imobiliários*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

OBERG, L. *Desenho arquitetônico*. 33 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Bibliografia Complementar

BACHMANN, Albert. *Desenho técnico*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

CASSILHA, Gilda A. & CASSILHA, Simone A. *Planejamento Urbano e Meio Ambiente*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 40h
	Módulo: II
Disciplina: Ética nos Negócios	Videoaulas: 05h

Ementa

Conceitos e fundamentos da ética geral e profissional. Os códigos de conduta profissional. O papel social da empresa: o conceito de empresa-cidadã. O conceito de balanço social.

Objetivos

- Refletir sobre os pressupostos da ética na administração;
- Informar as determinações do Código de Ética do Administrador e sua aplicabilidade;
- Fomentar a Responsabilidade Social nas organizações.

Programa

UNIDADE 1 - DESMISTIFICANDO ÉTICA

- 1.1 - Conceito de ética
- 1.2 - Diferença entre ética e moral
- 1.3 - A importância da ética na contemporaneidade
- 1.4 - Fundamentos da ética geral e profissional

UNIDADE 2 - CÓDIGOS DE CONDUTA PROFISSIONAL

- 2.1 - Considerações gerais
- 2.2 - Fundamentação legal da conduta profissional do administrador
- 2.3 - Os códigos de conduta profissional

UNIDADE 3 - O PAPEL SOCIAL DA EMPRESA

3.1 - Considerações gerais

3.2 - O conceito de empresa-cidadã

UNIDADE 4 - O CONCEITO DE BALANÇO SOCIAL

4.1 - Histórico do Balanço Social

4.2 - A importância do Balanço Social

4.3 - Os beneficiários pelo Balanço Social

4.4 - Balanço Social e os benefícios para a sociedade

4.5 - Estruturação de um Balanço Social

4.6 - Demonstração do valor adicionado

UNIDADE 5 - ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO

5.1 - Evolução do conceito de Ética Empresarial

5.2 - Premissas para a empresa ser ética

5.3 - Ética e o capital humano

5.4 - Dilemas éticos nas tomadas de decisões

Bibliografia Básica

CHAPPELL, T. *A alma do negócio: como administrar em função dos lucros, da ética e do bem comum*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. *Manual do Administrador: Guia de Orientação Profissional*. Conselho Federal de Administração.

MELLO, Leila Mara. *Ética nos Negócios*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

Bibliografia Complementar

FERREL, O. C. *Dilemas, tomadas de decisões e casos*. Rio de Janeiro: Reichamann & Affonso, 2001.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Teoria Geral da Administração*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: I
Disciplina: Introdução à Administração	Videoaulas: 10h

Ementa

Conceitos essenciais da gestão empresarial. A compreensão das diversas variáveis que compõem o processo administrativo. O desenvolvimento da capacidade crítica na análise das principais funções das organizações e a percepção da sua importância para o alcance da efetividade administrativa em um ambiente globalizado. Competências necessárias ao gestor e o papel da mudança e da inovação na gestão empresarial.

Objetivos

- Compreender a evolução dos princípios e dos conceitos da administração ao longo dos tempos;
- Reconhecer o papel, os processos e as atividades decorrentes das funções administrativas: planejar, organizar, dirigir e controlar;
- Compreender a importância da administração empresarial no atual contexto socioeconômico, e os principais conceitos de gestão em ambientes competitivos e globalizados.

Programa

UNIDADE 1 - ADMINISTRAÇÃO: DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 - O que é Administração? Tendências de mercado

1.2 - Organização

1.3 - Tipos de organizações

1.4 - A evolução da sociedade humana

1.5 - Sociedade Primitiva

1.6 - Sociedade Agrícola

- 1.7 - Sociedade Industrial
- 1.8 - Sociedade do Conhecimento
- 1.9 - Os novos paradigmas da Sociedade do Conhecimento
- 1.10 - O papel das organizações na nova economia

UNIDADE 2 - EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

- 2.1 - Primórdios
- 2.2 - Abordagens clássica e científica
- 2.3 - Abordagem humanística e comportamental
- 2.4 - Abordagem sistêmica e contingencial
- 2.5 A Administração contemporânea

UNIDADE 3 - A NOVA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

- 3.1 - A informação como motor da economia
- 3.2 - A economia globalizada: mercados, finanças, informações
- 3.3 - Competição: flexibilidade, agilidade, qualidade, produtividade
- 3.4 - A interdependência: associações, parcerias, terceirização, ética
- 3.5 - Na prática: como estão as organizações na Sociedade do Conhecimento

UNIDADE 4 - O PENSAMENTO ESTRATÉGICO

- 4.1 - A definição de estratégia
- 4.2 - O pensamento estratégico: visão de futuro
- 4.3 - A necessidade da estratégia
- 4.4 - A estratégia empresarial
- 4.5 - Na prática: a estratégia nas empresas atuais

UNIDADE 5 - A ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

- 5.1 - A identidade institucional
- 5.2 - Princípios de atuação
- 5.3 - Fatores chave de sucesso
- 5.4 - Análise ambiental: SWOT

- 5.5 - Implantação e acompanhamento do plano
- 5.6 - Avaliação de resultados da administração estratégica
- 5.7 - Revisão do planejamento estratégico
- 5.8 - Na prática: o desenvolvimento baseado na estratégia

UNIDADE 6 - ATIVIDADES EMPRESARIAIS E ESPECIALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 - Ambientes de negócios
- 6.2 - As organizações e suas atividades
- 6.3 - Especialidades administrativas

UNIDADE 7 - FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: PLANEJAR

UNIDADE 8 - FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: ORGANIZAR

UNIDADE 9 - FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: DIRIGIR/COORDENAR

- 9.1 - Função dirigir
- 9.2 - Direção e coordenação
- 9.3 - A comunicação e o seu processo
- 9.4 - Teorias da motivação humana
- 9.5 - Liderança
- 9.6 - Cultura organizacional

UNIDADE 10 - FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: CONTROLAR

- 10.1 - Função: controlar
- 10.2 - Evolução do processo de avaliação de desempenho
- 10.3 - O BSC (*Balanced Scorecard*)
- 10.4 - O perfil do novo administrador: generalista *versus* especialista
- 10.5 - As novas competências, habilidades e atitudes
- 10.6 - As disciplinas da Administração

Bibliografia Básica

CHIAVENANATO, Idalberto. *Princípios de Administração – O Essencial da Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2006.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Teoria Geral da Administração*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ODA, Érico & MARQUEA, Cícero Fernandes. *Introdução à Administração*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

Bibliografia Complementar

CARAVANTES, Geraldo; PANNO, Cláudia; KLOECKNER, Mônica. *Administração: teorias e processo*. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

EDMARSON, Bacelar. *Planejamento Estratégico*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB**VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE**

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: II
Disciplina: Legislação Trabalhista, Previdenciária e Contratos	Videoaulas: 10h

Ementa

Contrato de Trabalho dos Empregados. Admissão e demissão de empregados. jornadas de trabalho. Folha de pagamento, impostos e contribuições, homologações contratuais. Guias de recolhimento. Segurança do trabalho. Controle de benefícios.

Objetivos

- Compreender a importância das rotinas trabalhistas;
- Compreender todo o sistema de custeio da Previdência Social, a contribuição das empresas e dos contribuintes individuais.

Programa**UNIDADE 1 - ADMISSÃO DE EMPREGADOS**

- 1.1 - Recrutamento e seleção de candidatos
- 1.2 - Documentação necessária
- 1.3 - Exame médico admissional
- 1.4 - Registro de empregados (CTPS e Livro de Registro)
- 1.5 - Vale-transporte
- 1.6 - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)
- 1.7 - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

UNIDADE 2 - CONTRATOS DE TRABALHO

- 2.1 - Configuração do vínculo empregatício
- 2.2 - Modalidades de contrato de trabalho

2.3 - Trabalho do menor

2.4 - Trabalho da mulher

UNIDADE 3 - DURAÇÃO DO TRABALHO

3.1 - Jornada normal

3.2 - Prorrogação e compensação de jornada

UNIDADE 4 - INTERVALOS PARA ALIMENTAÇÃO E REPOUSO

4.1 - Intervalo interjornada

4.2 - Intervalo intrajornada

4.3 - Intervalos específicos

4.4 - Intervalos concedidos e não-previstos na legislação

4.5 - Repouso semanal remunerado e feriados

UNIDADE 5 - REMUNERAÇÃO, SALÁRIOS E TRABALHO NOTURNO

5.1 - Remuneração e salários

5.2 - Adicional de insalubridade

5.3 - Adicional de periculosidade

5.4 - Trabalho noturno

UNIDADE 6 - FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO NATALINA

6.1 - Férias

6.2 - Gratificação natalina (13.º salário)

UNIDADE 7 - FOLHA DE PAGAMENTO, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DEPÓSITO DE FGTS

7.1 - Folha de pagamento

7.2 - Contribuição previdenciária

7.3 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

UNIDADE 8 - RESCISÃO CONTRATUAL E EXAME MÉDICO DEMISSIONAL

8.1 - Aviso prévio – notificação à parte contrária

8.2 - Termo de rescisão do contrato de trabalho

8.3 - Cálculo da rescisão contratual

8.4 - Prazo de pagamento

8.5 - Exame médico demissional

UNIDADE 9 - HOMOLOGAÇÃO, INDENIZAÇÃO ADICIONAL E MODALIDADES DE RESCISÃO

9.1 - Homologação da rescisão contratual

9.2 - Formas de pagamento

9.3 - Indenização adicional

9.4 - Principais modalidades de rescisão contratual

UNIDADE 10 - RESCISÃO CONTRATUAL POR JUSTA CAUSA

10.1 - Rescisão por justa causa – falta grave cometida pelo empregado

10.2 - Rescisão indireta – falta grave cometida pelo empregador

Bibliografia Básica

BARROS, Alice Monteiro. *Curso de Direito do Trabalho*. 3 ed. Revista e ampliada. São Paulo: LTR, 2007.

CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Atualizada por Eduardo Carrion. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANNA, Claudia Salles Vilela. *Legislação Trabalhista, Previdenciária e Contratos*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

Bibliografia Complementar

CHUEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do Trabalho*. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: II
Disciplina: Legislação Tributária e Negócios Imobiliários	Videoaulas: 15h

Ementa

Sistema Tributário Nacional. Tributos incidentes nas negociações imobiliárias. Escrituras Públicas. O Registro de imóveis. Registro e averbação.

Objetivos

- Conhecer e compreender os conceitos: da capacidade e legitimidade da pessoa natural e jurídica;
- Orientar os procedimentos básicos para realização de um negócio imobiliário seguro, evitando riscos e conflitos às partes e ao intermediário, nas relações de compra e venda locação, prestação de serviços e na administração de condomínio;
- A participação do aluno proporcionará visão sistêmica nas negociações imobiliárias, além de vislumbrar os efeitos da legislação e suas implicações. Entenderá sua função social, desenvolvendo habilidades diferenciadas, porém sem se sobrepor a ninguém. O aluno poderá perceber o seu compromisso legal em se manter devidamente atualizado.

Programa

UNIDADE 1 - SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

1.1 - Relação de Direito Público e de Direito Privado

1.2 - Conceitos fundamentais

1.3 - Espécies tributárias

UNIDADE 2 - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

2.1 - Conceitos básicos

2.2 - Obrigação tributária

2.3 - Crédito tributário

UNIDADE 3 - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

3.1 - Responsabilidade tributária e suas características

3.2 - Substituição tributária

3.3 - Sucessão tributária

3.4 - Responsabilidade de terceiros

3.5 - Infrações tributárias

UNIDADE 4 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

4.1 - Competência

4.2 - Função

4.3 - Fato gerador

4.4 - Alíquotas

4.5 - Base de cálculo

4.6 - Contribuinte

4.7 - Lançamento

4.8 - Isenções

UNIDADE 5 - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO *CAUSA MORTIS* E DOAÇÕES

5.1 - Competência

5.2 - Função

5.3 - Fato gerador

5.4 - Alíquotas

5.5 - Contribuinte

5.6 - Lançamento

UNIDADE 6 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

- 6.1 - Competência
- 6.2 - Função
- 6.3 - Fato gerador
- 6.4 - Alíquotas
- 6.5 - Base de cálculo
- 6.6 - Contribuinte
- 6.7 - Lançamento

UNIDADE 7 - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO *INTER VIVOS* DE BENS IMÓVEIS

- 7.1 - Competência
- 7.2 - Função
- 7.3 - Fato gerador
- 7.4 - Alíquotas
- 7.5 - Base de cálculo
- 7.6 - Contribuinte
- 7.7 - Lançamento
- 7.8 - Imunidades

UNIDADE 8 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

- 8.1 - Competência
- 8.2 - Função
- 8.3 - Fato gerador
- 8.4 - Alíquota
- 8.5 - Base de cálculo
- 8.6 - Contribuinte
- 8.7 - Lançamento

UNIDADE 9 - DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

- 9.1 - Conceção básica de Negócio Jurídico
- 9.2 - Limitações à vontade negocial
- 9.3 - Várias classes de Negócios Jurídicos
- 9.4 - Negócios Jurídicos
- 9.5 - Da representação

UNIDADE 10 - DOS CONTRATOS

- 10.1 - Função social do contrato
- 10.2 - Condições de validade dos contratos
- 10.3 - Formação dos contratos
- 10.4 - Classificação dos contratos
- 10.5 - Extinção dos contratos

UNIDADE 11 - DA COMPRA E VENDA

- 11.1 - Natureza jurídica
- 11.2 - Das espécies
- 11.3 - Das certidões
- 11.4 - Responsabilidade civil do vendedor
- 11.5 - Responsabilidade civil do comprador
- 11.6 - Das despesas
- 11.7 - Limitações da compra e venda

UNIDADE 12 - DA DOAÇÃO

- 12.1 - Conceito e características
- 12.2 - Objeto da doação
- 12.3 - Promessa de doação
- 12.4 - Espécies de doação
- 12.5 - Restrições e revogação
- 12.6 - Revogação

UNIDADE 13 - DA CORRETAGEM

- 13.1 - Conceito e características
- 13.2 - Direitos e deveres do corretor

UNIDADE 14 - DA FIANÇA

- 14.1 - Espécies
- 14.2 - Requisitos
- 14.3 - Limites ao valor da fiança
- 14.4 - Efeitos
- 14.5 - Extinção

UNIDADE 15 - DA DÍVIDA ATIVA

- 15.1 - Da inscrição
- 15.2 - Da Presunção de Certeza e Liquidez
- 15.3 - Certidões Negativas
- 15.4 - Inadimplemento e defesa fiscal
- 15.5 - Certidão da Dívida Ativa
- 15.6 - Consulta Fiscal

Bibliografia Básica

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

JOBIM, Geraldo. *Legislação Tributária e Negociação Imobiliária*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e tributário*. 8 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Bibliografia Complementar

CHEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

COELHO, Sacha Calmom Navarro. *Direito Tributário Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: I
Disciplina: Métodos Numéricos Aplicados à Gestão	Videoaulas: 10h

Ementa

Teorias e aplicabilidade dos métodos estatísticos e da matemática financeira na gestão de negócios. Abordagem para iniciantes no assunto, com uma linguagem clara e acessível, contextualizada com exemplos retirados do cotidiano das empresas. Este conteúdo está dividido em: Métodos Estatísticos e Matemática Financeira.

Objetivos

- Compreender o conceito de juros, taxas, descontos e suas aplicações no cotidiano;
- Compreender a utilização das ferramentas dos cálculos financeiros;
- Entender e aplicar corretamente o uso de dados e informações.

Programa

UNIDADE 1 - FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA

1.1 - Equação do 1.º grau

1.2 - Razão

1.3 - Proporção

1.4 - Regra de três

1.5 - Função do 1.º grau

UNIDADE 2 - A PORCENTAGEM: CONSIDERAÇÕES BÁSICAS E IMPORTANTES

2.1 - Definição e generalizações

2.2 - A porcentagem como uma parte do todo

2.3 - Regras de arredondamento

2.4 - A porcentagem e a tabela do Imposto de Renda

UNIDADE 3 - ESTATÍSTICA I

3.1 - Distribuição de frequências para dados não-agrupados

3.2 - Representação gráfica de dados não-agrupados

UNIDADE 4 - ESTATÍSTICA II

4.1 - A média aritmética para dados não-agrupados

4.2 - A moda para dados não agrupados (M_o)

4.3 - A mediana para dados não agrupados (M_d)

4.4 - A média ponderada para dados não agrupados (\bar{X}_w)

4.5 - Agrupando os conhecimentos

UNIDADE 5 - MEDIDAS DE VARIABILIDADE PARA DADOS NÃO-AGRUPADOS

5.1 - Simplificando a definição

5.2 - A variância (σ^2), o desvio padrão (σ) e a amplitude (A) para dados não-agrupados (\bar{X}_w)

5.3 - Agrupando os conhecimentos

5.4 - Concluindo e comparando

UNIDADE 6 - TRABALHANDO COM DADOS AGRUPADOS

6.1 - Construindo a tabela de frequência

6.2 - Medidas de tendência central para dados agrupados: a média, a moda e a mediana

6.3 - Medidas de variabilidade para dados agrupados: a variância, o desvio padrão e a amplitude total

UNIDADE 7 - INTRODUÇÃO À MATEMÁTICA FINANCEIRA: JUROS SIMPLES

7.1 - Noções básicas

7.2 - Cálculo dos juros simples (J)

7.3 - Cálculo do valor futuro ou montante (VF)

7.4 - Capitalizando e descapitalizando capitais

UNIDADE 8 - DESCONTO SIMPLES

8.1 - Definição – operações de desconto

8.2 - Desconto racional (DR) ou por dentro (taxas de juros) e o desconto nominal ou por fora

8.3 - Relação entre taxa de desconto e taxa de juros

UNIDADE 9 - EQUIVALÊNCIA DE CAPITAIS

9.1 - Igualando os valores atuais

UNIDADE 10 - OPERAÇÕES COM JUROS COMPOSTOS

10.1 - Definição de juros compostos

10.2 - Cálculo do montante de juros compostos para períodos não-inteiros

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Eduardo. *Métodos Numéricos Aplicados à Gestão*. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; KREHBIEL, T. C.; STEPHAN, D. *Estatística: Teoria e Aplicações*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

NEUFELD, John L. *Estatística aplicada à administração usando Excel*. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

Bibliografia Complementar

PUCINI, Alberto de Lima. *Matemática Financeira Objetiva e Prática*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Saraiva, 1999.

RIBEIRO, Renato Vieira. *Estratégica Empresarial*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: II
Disciplina: Noções Gerais de Direito Imobiliário	Videoaulas: 10h

Ementa

Direito Civil: dos Contratos, da Posse, da Sucessão. Direito Público: Princípios. Direito Agrário.

Objetivos

- Conhecer e compreender os conceitos: da capacidade e legitimidade da pessoa natural e jurídica; fato, ato e negócios jurídicos; o direito das coisas e das obrigações;
- Elaborar contratos preliminares e os contratos em espécie, tais como: locação, prestação de serviços, comodato, arrendamento e parceria;
- Orientar os procedimentos básicos para realização de um negócio imobiliário seguro, evitando riscos e conflitos às partes e ao intermediário, nas relações de compra e venda.

Programa

UNIDADE 1 - NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

1.1 - Introdução ao Direito

1.2 - Direito Imobiliário

1.3 - Diferença entre Direito das Obrigações e Direito das Coisas

1.4 - Fato, ato e negócio jurídicos

1.5 - Existência, validade e eficácia

1.6 - Dos bens

UNIDADE 2 - PESSOAS NATURAIS: REFLEXOS NO ESTADO CIVIL

2.1 - Casamento

2.2 - Regimes de bens

2.3 - Separação judicial, divórcio e restabelecimento da sociedade conjugal

2.4 - União estável

2.5 - Poder familiar

2.6 - Direito sucessório

UNIDADE 3 - POSSE E PROPRIEDADE

3.1 - Posse: conceitos e distinções

3.2 - Propriedade

UNIDADE 4 - ALGUMAS FORMAS DE AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE IMÓVEL

4.1 - Aquisição da propriedade imóvel pela usucapião

4.2 - Aquisição da propriedade imóvel pelo registro

4.3 - Aquisição da propriedade imóvel pela acessão (construção)

4.4 - Aquisição da propriedade imóvel pela sucessão

UNIDADE 5 - ASPECTOS RELACIONADOS AO DIREITO DE PROPRIEDADE: DIREITO DE VIZINHANÇA E CONDOMÍNIO

5.1 - Direito de vizinhança

5.2 - Condomínio

UNIDADE 6 - DIREITOS REAIS

6.1 - Direitos reais sobre coisa alheia

UNIDADE 7 - CONTRATOS

7.1 - Princípios

7.2 - Requisitos

7.3 - Classificação

7.4 - Fases

7.5 - Defeitos

7.6 - Interpretação dos contratos

UNIDADE 8 - CONTRATOS EM ESPÉCIE I

8.1 - Arras ou sinal

8.2 - Compra e venda

8.3 - Permuta

8.4 - Doação

UNIDADE 9 - CONTRATOS EM ESPÉCIE II

9.1 - Comodato

9.2 - Empreitada

9.3 - Locação

UNIDADE 10 - DIREITO AGRÁRIO

10.1 - Imóvel rural

10.2 - Conceito, conteúdo, fundamento e natureza jurídica

10.3 - Evolução histórica

10.4 - Alienação e oneração de imóveis rurais

10.5 - Regularização de imóveis rurais

10.6 - Contratos de Direito Agrário

UNIDADE 11 - FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

11.1 - Qualificação das partes

11.2 - Descrição de bens

11.3 - Outras condições

11.4 - Formalidades complementares

11.5 - Tributos

UNIDADE 12 - CONHECIMENTOS PRÁTICOS NECESSÁRIOS NA GESTÃO IMOBILIÁRIA

- 12.1 - Introdução
- 12.2 - Registro de Imóveis
- 12.3 - Tabelionato de notas
- 12.4 - Prefeituras municipais

UNIDADE 13 - FINANCIAMENTO DE IMÓVEIS

- 13.1 - Introdução
- 13.2 - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)
- 13.3 - Sistema Financeiro Imobiliário (SFI)
- 13.4 - Contratos imobiliários em geral

UNIDADE 14 - CORRETAGEM

- 14.1 - Corretagem
- 14.2 - Legislação do corretor de imóveis
- 14.3 - Ação de cobrança de comissão de corretagem

UNIDADE 15 - ESTATUTO DA CIDADE

- 15.1 - Introdução
- 15.2 - Plano Diretor
- 15.3 - Institutos jurídicos do Estatuto da Cidade
- 15.4 - Direito de superfície
- 15.5 - Direito de preempção
- 15.6 - Outorga onerosa do direito de construir
- 15.7 - Transferência do direito de construir
- 15.8 - Operações urbanas consorciadas
- 15.9 - Consórcio imobiliário
- 15.10 - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Bibliografia Básica

BURTET, Tiago Machado. *Noções Gerais de Direito Imobiliário*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

JACOMINO, Sérgio. *Registro de imóveis: estudos de direito registral imobiliário*. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1997.

SILVA, Bruno Mattos. *Compra de Imóveis: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

CHALHUB, Melhim Namen. *Propriedade Imobiliária*. Rio de Janeiro: AGHIARIAN, 1999.

CHUEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB**VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE**

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: III
Disciplina: O CDC e a sua Aplicação nos Negócios Imobiliários	Videoaulas: 15h

Ementa

Aspectos básicos de Marketing. Sistema central de marketing e o meio ambiente. Análise das oportunidades de mercado – Planejamento, implementação e controle dos planejamentos. Mercado de consumo e o comportamento do consumidor. Análise e interpretação do Código de Defesa do Consumidor e suas implicações na Prestação de serviço – no que tange a Locação. Incorporações – compra e venda. Estudo dos Artigos do Novo Código Civil, pertinentes ao prestador de serviços no ramo imobiliário.

Objetivos

- Identificar e formular estratégias de planejamento de marketing, para compra venda de produtos e serviços, analisando e aplicando as normas estabelecidas no Código Civil, que regem a responsabilidade civil e as normas reguladoras do prestador de serviço, abrangidas pelo Código de Defesa do Consumidor;
- Selecionar estratégias de marketing, de compra e venda e pós-venda selecionando métodos legais e aplicando técnicas para propaganda, publicidade, promoção de venda dentro das normas reguladoras da proteção ao consumidor;
- Aplicar as várias formas de propaganda, promoção e publicidade de forma correta (não propaganda enganosa).

Programa

UNIDADE 1 - A IMPORTÂNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

1.1 - Histórico

1.2 - A importância do Código de Defesa do Consumidor

1.3 - Os diálogos com a Constituição Federal e o Código Civil de 2002: a tese do diálogo das fontes

1.4 - A superação do conceito de microsistema isolado

UNIDADE 2 - DELIMITANDO A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2.1 - A caracterização da relação de consumo

2.2 - A autonomia privada: um instrumento de satisfação de necessidades da pessoa humana

UNIDADE 3 - VULNERABILIDADE, HIPOSSUFICIÊNCIA E BOA FÉ OBJETIVA

3.1 - O que são princípios?

3.2 - Todo consumidor é vulnerável?

3.3 - A trílice função da boa fé objetiva

UNIDADE 4 - TRANSPARÊNCIA, CONFIANÇA E EQUIDADE

4.1 - O princípio da transparência

4.2 - O princípio da confiança

4.3 - A importância do princípio da equidade no contexto do CDC

UNIDADE 5 - OS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

5.1 - O conflito entre a teoria finalista e a maximalista e a orientação do Superior Tribunal de Justiça

5.2 - Os direitos básicos do consumidor

UNIDADE 6 - RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU SERVIÇO

6.1 - Considerações acerca do dever de segurança imposto aos fornecedores | 55

6.2 - Responsabilidade pelo fato do produto ou serviço

6.3 - Considerações sobre o prazo para exercício da pretensão à indenização

UNIDADE 7 - RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO

7.1 - A insuficiência da figura dos vícios redibitórios na tutela dos consumidores

7.2 - A teoria do vício do produto ou serviço

7.3 - Dos prazos para o exercício dos direitos assegurados pelo legislador

UNIDADE 8 - DA PROTEÇÃO À REVISÃO CONTRATUAL

8.1 - Da proteção contratual

8.2 - Da revisão contratual

UNIDADE 9 - CUMPRIMENTO DA OFERTA E REGRAMENTO DA PUBLICIDADE

9.1 - A oferta no Código de Defesa do Consumidor e seu regramento

9.2 - Proteção do consumidor destinatário da publicidade

UNIDADE 10 - CONTRATOS POR ADESÃO

UNIDADE 11 - CLÁUSULAS ABUSIVAS E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

11.1 - Justificando a necessidade de proteção do consumidor

11.2 - Um passar de olhos pelas práticas abusivas

11.3 - Das cláusulas abusivas: compreendendo o tema e a sua importância

UNIDADE 12 - O CDC E OS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: COMPRA E VENDA E COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

12.1 - Compra e venda imobiliária

12.2 - Compromisso de compra e venda

UNIDADE 13 - O CDC E OS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: LOCAÇÃO E EMPREITADA

13.1 - Locação de imóveis

13.2 - Empreitada

UNIDADE 14 - O CDC E OS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: CORRETAGEM E INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

14.1 - Corretagem

14.2 - Incorporação imobiliária

UNIDADE 15 - OS ENUNCIADOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

15.1 - O que são os Enunciados do Conselho da Justiça Federal?

15.2 - Os Enunciados da I Jornada de Direito Civil do CJF

15.3 - Os Enunciados da III Jornada de Direito Civil do CJF

15.4 - Os Enunciados da IV Jornada de Direito Civil do CJF

Bibliografia Básica

BRANCATO, Ricardo Teixeira. *Instituições de Direito Público e de Direito Privado*. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CATALAN, Marcos. *O CDC e sua Aplicação nos Negócios Imobiliários*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

Bibliografia Complementar

RODRIGUES, Décio Luiz José. *Processo Civil e direito comercial resumidos: incluindo lei de locação, código do consumidor e lei da franquia*. São Paulo: Universitária de Direito, 1998.

SANTIAGO, Marcelo Piragibe. *Gestão de Marketing*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: IV
Disciplina: Parcelamento do Solo Urbano e suas Diversas Formas	Videoaulas: 15h

Ementa

Plano Diretor. Os projetos técnicos e aprovação administrativa. A Regularização Fundiária no país.

Objetivos

- Analisar através de uma visão teórica e prática a figura jurídica do parcelamento do solo e suas implicações;
- Elaborar estudos quanto à viabilidade das diversas modalidades e formas de parcelamento urbano, bem como os seus processos administrativos junto ao órgão da administração pública e dos Registros Públicos, orientando os procedimentos básicos para as formas de sanar as irregularidades, bem como tratar da função social da propriedade e maneiras modernas e atuais relativas à regularização fundiária.

Programa

UNIDADE 1 - PARCELAMENTO DO SOLO E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

1.1 - Aspectos urbanísticos, ambientais e paisagísticos do parcelamento do solo urbano

UNIDADE 2 - PROJETO URBANO E SEUS CONDICIONANTES

2.1 - Estabelecimento de objetivos

2.2 - Metodologias e dados necessários para o processo de parcelamento do solo

2.3 - Hierarquização do sistema viário urbano

UNIDADE 3 - INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS EM PROJETOS DE LOTEAMENTOS

3.1 - Áreas públicas, infraestrutura e equipamentos urbanos

UNIDADE 4 - O PARCELAMENTO DO SOLO E A PAISAGEM URBANA

4.1 - Aspectos bioclimáticos para o parcelamento do solo

4.2 - A vegetação no projeto de parcelamento do solo

4.3 - Aspectos hidrológicos e a paisagem no projeto de parcelamento do solo

UNIDADE 5 - PLANOS DIRETORES E EXPANSÕES URBANAS

5.1 - O Plano Diretor Municipal e suas implicações para o parcelamento do solo

5.2 - Perímetro urbano, Lei de Sistema Viário, Lei de Uso e ocupação do solo

5.3 - O Estatuto da Cidade e seus desdobramentos

UNIDADE 6 - PROJETOS TÉCNICOS E APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1 - Competências legislativas e fases do processo

6.2 - A Lei 6.766/79 e derivadas

6.3 - Parcelamento do solo: intercorrências municipais e estaduais

6.4 - A Lei do Parcelamento do Solo: loteamentos fechados, irregulares e clandestinos

UNIDADE 7 - PLANO DE LOTEAMENTO

7.1 - Fase preliminar

7.2 - Fase definitiva

7.3 - As zonas de interesse social

UNIDADE 8 - EXIGÊNCIAS DE LICENCIAMENTO E REGISTRO DE LOTEAMENTO

8.1 - Exigências de licenciamento

8.2 - Registro do loteamento e do desmembramento

UNIDADE 9 - LOTEAMENTOS POPULARES

9.1 - A habitação de interesse social e seu contexto

9.2 - O loteamento popular e seus aspectos legais

UNIDADE 10 - TIPOS DE OBRAS E A RESPONSABILIDADE DO LOTEADOR

10.1 - Recebimento de obras pelo município

UNIDADE 11 - LOTEAMENTOS ILEGAIS

11.1 - Loteamentos ilegais, expansão urbana e segregação

11.2 - A legislação e o parcelamento ilegal

11.3 - Parcelamento ilegal do solo urbano: loteamentos irregulares e clandestinos

UNIDADE 12 - LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

12.1 - Loteamentos clandestinos, expansão urbana e segregação

12.2 - O processo de implantação dos parcelamentos clandestinos

UNIDADE 13 - LOTEAMENTOS IRREGULARES

13.1 - Os loteamentos irregulares e a cidade

UNIDADE 14 - LOTEAMENTOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

14.1 - Regularização fundiária e os aspectos da urbanização brasileira

14.2 - Regularização de parcelamentos: bases legais do processo

UNIDADE 15 - LOTEAMENTOS ILEGAIS, REGULARIZAÇÃO E MINISTÉRIO PÚBLICO

15.1 - O parcelamento do solo e a atuação do Ministério Público

15.2- O Ministério Público e os instrumentos de atuação

Bibliografia Básica

MESQUITA, Adailson Pinheiro. *Parcelamento do Solo Urbano e suas Diversas Formas*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SCHMIDT, Francisco Arnaldo. *Incorporação imobiliária: teoria e prática*. Porto Alegre: Metrópole, 1995.

SILVA, Bruno Mattos e. *Compra de Imóveis*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Lei n. 4.591 de 16 de dezembro de 1994*. Condomínio e incorporações imobiliárias. Campinas: Copola, 1997.

CASSILHA, Gilda A. & CASSILHA, Simone A. *Planejamento urbano e meio ambiente*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: III
Disciplina: Planejamento Urbano e Meio Ambiente	Videoaulas: 15h

Ementa

Desenvolver visão analítica sobre questões contemporâneas relacionadas à compreensão dos desafios ambientais globais e a função do gestor imobiliário nesse contexto. Entender as inter-relações entre o sistema urbano e seu meio, a fim de identificar as variáveis que devem ser mensuradas nas decisões sobre a expansão urbana. Realizar análises sistêmicas sobre as tendências na gestão urbana ambiental, para proporcionar instrumental técnico e analítico à prática do gestor imobiliário nas ações do planejamento das cidades.

Objetivos

- Saber realizar análises sistêmicas sobre os processos ambientais no meio urbano, identificando as restrições e os potenciais para a expansão urbana, através de uma abordagem multimetodológica;
- Analisar e identificar as restrições ambientais existentes no meio urbano, a fim de indicar diretrizes para o lançamento de um novo empreendimento, através de análises sistêmicas transformando as restrições em potenciais para este novo empreendimento;
- Capacitar análises críticas sobre as restrições existentes à expansão urbana, vislumbrando as questões de design social, a fim de enfatizar a importância do ambiente construído e suas relações com o ambiente natural como forma de qualificação da vida urbana e de todos os envolvidos neste sistema.

Programa

UNIDADE 1 - QUESTÕES URBANAS

- 1.1 - Construindo o panorama da problemática urbana
- 1.2- Elementos constitutivos da base urbana

UNIDADE 2 - HISTÓRIA URBANA

- 2.1 - Evolução das cidades
- 2.2 - A cidade como conveniência de mercado
- 2.3 - Planejamento de cidades
- 2.4 - Macrozoneamento urbano

UNIDADE 3 - REDE URBANA NO BRASIL

- 3.1 - Os municípios e as cidades brasileiras
- 3.2 - Lei Orgânica Municipal (LOM)
- 3.3 - Rede de cidades

UNIDADE 4 - ESTATUTO DA CIDADE

- 4.1 - Constituição de 1988
- 4.2 - Estatuto da Cidade – Instrumentos

UNIDADE 5 - PLANO DIRETOR

- 5.1 - Plano Diretor
- 5.2 - Metodologia para o desenvolvimento do Plano Diretor

UNIDADE 6 - COMPONENTES DO PLANEJAMENTO

- 6.1 - Planejamento municipal
- 6.2 - Planejamento urbano
- 6.3 - Tamanho das cidades/densidade urbana

UNIDADE 7 - A QUESTÃO AMBIENTAL

- 7.1 - A questão ambiental no planejamento urbano

7.2 - Legislação ambiental

7.3 - Bacias hidrográficas/impactos ambientais

UNIDADE 8 - ZONEAMENTO URBANO

8.1 - Uso do solo/sistema viário/transporte público

8.2 - O zoneamento de uso e ocupação do solo urbano

8.3 - Parâmetros urbanísticos

UNIDADE 9 - ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA

9.1 - Sistema viário

9.2 - Hierarquia viária

9.3 - Dimensionamento das vias

9.4 - Transporte público

UNIDADE 10 - DESENHO URBANO

10.1 - Desenho urbano

10.2 - Custos de urbanização

10.3 - Valor da terra

UNIDADE 11 - LEGISLAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO

11.1 - Parcelamento do solo urbano

11.2 - Aspectos legais

11.3 - Aspectos locais para o parcelamento do solo urbano

UNIDADE 12 - GUETIZAÇÃO DA CIDADE

12.1 - Condomínios horizontais

12.2 - Legislação para condomínios horizontais

12.3 - Os guetos

UNIDADE 13 - INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS

13.1 - Elementos para a concepção de território

13.2 - Mercado de terras

13.3 - Empreendimentos mais adequados

UNIDADE 14 - ÍNDICES URBANÍSTICOS

14.1 - Ocupação real

14.2 - Ocupação legal

14.3 - Áreas para adensamento

UNIDADE 15 - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

15.1 - Intervenções urbanísticas

15.2 - Recuperação urbana

15.3 - Parcerias na produção do mercado imobiliário

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. *Direito de propriedade e meio ambiente*. Curitiba: Juruá, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CASSILHA, Gilda A. & CASSILHA, Simone A. *Planejamento urbano e meio ambiente*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

Bibliografia Complementar

CHEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

DREW, David. *Processos interativos homem – meio ambiente*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: II
Disciplina: Recursos Humanos: Fundamentos e Processos	Videoaulas: 10h

Ementa

Reflexão sobre o papel das pessoas no contexto organizacional, na era do conhecimento. Análise dos estilos de liderança e do poder. Estudo da importância da comunicação e inteligência emocional. Desenvolvimento do projeto de vida e motivação pessoal e da equipe. A evolução da comunicação. Aspectos formais da organização: estrutura, normas, métodos e processos de trabalho estabelecido pela direção da empresa. Visões tradicionais e futurísticas da área estratégica de pessoas.

Objetivos

- Compreender os princípios básicos da gestão de pessoas, analisando estilos de liderança, delegação, poder e equipes;
- Compreender os objetivos do *downsizing*: reduzir custos, decisões mais rápidas, comunicação eficaz, aumento na produtividade;
- Interpretar o conceito de pessoas como recursos e pessoas como parceiros na organização, constatando sobre a melhor forma de gerenciar Recursos Humanos na atualidade;
- Compreender e descrever os sistemas da área de Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Compreender a ação das estratégias funcionais.

Programa

UNIDADE 1 - RECURSOS HUMANOS NO TEMPO

1.1 - Introdução às escolas de Administração

1.2 - A escola da Administração Científica

1.3 - Administração Clássica

UNIDADE 2 - O PROCESSO EVOLUTIVO DA ÁREA DE RH

2.1 - A escola das relações humanas e de RH

2.2 - A origem da escola das Relações Humanas

2.3 - O objeto e as origens da escola das Relações Humanas

2.4 - O histórico da área de RH

2.5 - A gestão de pessoas na era do conhecimento

2.6 - Os principais desafios do RH na era do conhecimento

UNIDADE 3 - O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE RH

3.1 - Os principais processos de RH

3.2 - Transformando o RH em um centro de resultados

UNIDADE 4 - O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO EM RH/COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E RH

4.1 - Comunicação interpessoal

4.2 - A importância do *feedback* no processo de comunicação

UNIDADE 5 - LIDERANÇA EM RECURSOS HUMANOS

5.1 - Liderança: fator chave para o sucesso

5.2 - Os estilos de liderança

5.3 - A liderança do século XXI

UNIDADE 6 - O PROCESSO MOTIVACIONAL

6.1 - O comportamento humano e a motivação

6.2 - As teorias motivacionais aplicadas ao trabalho

6.3 - Forças motivacionais: pesquisa de McClelland

UNIDADE 7 - CLIMA ORGANIZACIONAL

- 7.1 - Cultura organizacional e as relações interpessoais
- 7.2 - O poder como influenciador do clima organizacional
- 7.3 - O processo de gerenciamento do clima organizacional
- 7.4 - Gestão por competências

UNIDADE 8 - A COMPETÊNCIA DO PROFISSIONAL DE RH

- 8.1 - A transformação do RH
- 8.2 - As novas competências dos profissionais de RH
- 8.3 - Gerenciando o desempenho de RH
- 8.4 - Conhecimento do negócio e comunicação dos resultados em RH

UNIDADE 9 -TRABALHO EM EQUIPE

- 9.1 - Conceito de equipes
- 9.2 - Conflitos nas equipes de trabalho
- 9.3 - Estágios da estrutura de equipes
- 9.4 - Trabalhando com eficácia em equipes: os talentos

UNIDADE 10 - TRANSFORMANDO O RH EM UM CENTRO DE RESULTADOS

- 10.1 - O RH como parceiro de negócios
- 10.2 - O processo de *downsizing*
- 10.3 - A terceirização
- 10.4 - Por que as empresas terceirizam?
- 10.5 - Os indicadores de RH
- 10.6 - Qualidade dos recursos humanos

Bibliografia Básica

- FRANCO, José de Oliveira. *Recursos Humanos: fundamentos e processos*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.
- GIL, Antonio Carlos. *Gestão de Pessoas*. São Paulo: Atlas, 2001

MARRAS, Jean Pierre. *Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico*. São Paulo: Futura, 2000.

Bibliografia Complementar

BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Psicologia Aplicada à Administração de Empresas*. São Paulo: Atlas, 2005.

PICARELLI, Filho Vicente, WOOD, Jr Thomaz. *Remuneração Estratégica*. São Paulo: Atlas, 2004.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB**VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE**

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: III
Disciplina: Sistemas Construtivos nos Empreendimentos Imobiliários	Videoaulas: 15h

Ementa

Compreender a linguagem técnica e especificações pertinentes aos orçamentos na construção, bem como memoriais descritivos e cadernos de encargo. Área real. Área de construção. Ter o conhecimento sobre os assuntos contidos na NB 12.21 (antiga NB-140). Entender os diferentes tipos de sistemas construtivos e suas respectivas funções.

Objetivos

- Conhecer e compreender: as diversas técnicas construtivas e especificações de serviços visando ao conhecimento de tabelas de preços, memoriais;
- Conhecer as características dos diversos sistemas construtivos, tradicionais, convencionais, industrializados e suas interações com os projetos;
- Elaborar: cálculos de área real, área de construção, visando ao conhecimento de tabelas de preços e cadernos de encargos, aplicando os conhecimentos dos sistemas construtivos, através de interações com o projeto, para garantir efetiva aprovação pelo público-alvo;
- Conhecimento na indicação de materiais básicos e na composição de custos prévios das construções.

Programa**UNIDADE 1 - INTRODUÇÃO AOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS**

1.1 - Empreendimentos

1.2 - Divisão da indústria da construção

1.3 - Níveis de gerenciamento da construção

UNIDADE 2 - ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO DE OBRAS

2.1 - A estrutura de um setor de planejamento técnico

UNIDADE 3 - GERENCIAMENTO DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS

3.1 - O gerenciamento de projetos

3.2 - Gerente de projetos

3.3 - Cronograma de barras

UNIDADE 4 - ENGENHARIA DE CUSTOS

4.1 - Princípios Básicos da engenharia de custos.

4.2 - O orçamento e seus componentes

UNIDADE 5 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

5.1 - Anteprojeto ou projeto básico

5.2 - Projeto definitivo

5.3 - Projeto executivo

5.4 - Projeto "*as built*"

UNIDADE 6 - SERVIÇOS PRELIMINARES E MONTAGEM DE CANTEIRO DE OBRAS

6.1 - Estudos preliminares

6.2 - Limpeza do terreno

6.3 - Reconhecimento do subsolo – sondagens

6.4 - Levantamento plano-altimétrico

6.5 - Anteprojeto

6.6 - Projeto

6.7 - Terraplanagem

6.8 - Canteiro de obras

UNIDADE 7 - INFRAESTRUTURA DE UMA OBRA

7.1 - Fundação

UNIDADE 8 - ALVENARIA

UNIDADE 9 - ESTRUTURAS

9.1 - Estrutura de concreto armado

9.2 - Estruturas metálicas

UNIDADE 10 - COBERTURAS E INSTALAÇÕES

10.1 - Coberturas

10.2 - Instalações elétricas

10.3 - Instalações hidráulicas

UNIDADE 11 - REVESTIMENTOS DE PAREDE

11.1 - Chapisco

11.2 - Emboço

11.3 - Reboco

11.4 - Revestimentos diversos

11.5 - Cerâmica

11.6 - Pastilhas

11.7 - Pintura

UNIDADE 12 - REVESTIMENTO DE PISO

12.1 - Preparação de pisos

12.2 - Pisos de madeira

12.3 - Pisos diversos

12.4 - Pisos de alta resistência

UNIDADE 13 - TIPOS DE ESQUADRIAS

13.1 - Janelas

13.2 - Portas

13.3 - Esquadrias de madeira

13.4 - Esquadria metálica

UNIDADE 14 - ENTREGA DA OBRA

14.1 - Averbação da construção

14.2 - Escritura

14.3 - Ligações definitivas

14.4 - Convenção de condomínio

14.5 - Entrega da obra

14.6 - Áreas comuns

14.7 - Paisagismo

14.8 - *Check-list*

UNIDADE 15 - IDENTIFICAÇÃO DAS DETERIORAÇÕES NA ESTRUTURA DE UM IMÓVEL

15.1 - Deficiência nas armaduras

15.2 - Controle de qualidade de execução

15.3 - Fissuração

15.4 - Corrosão de Armaduras

Bibliografia Básica

OBERG, L. *Desenho arquitetônico*. 33 ed. Rio de Janeiro; LTC, 1999.

PETRUCCI, Eladio Gerardo Requião. *Materiais de construção*. 10 ed. São Paulo: Globo, 1995.

TOZZI, Adriana Regina; GALLEGO, Carlos Eduardo Curi; TOZZI, Rafael Fernando. *Sistemas construtivos em empreendimentos imobiliários*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMAZ, Ercio. *Tecnologia, gerenciamento e qualidade na construção*. São Paulo: Pini, 2001.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO – UCB

VICE-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E CORPO DISCENTE

Curso: Tecnologia em Negócios Imobiliários	Carga Horária: 80h
	Módulo: IV
Disciplina: Sistema Registral e Notarial	Videoaulas: 15h

Ementa

Lei n.º 8935/94. Lei 6015/73. Lei n.º 10931 – Novo Código Civil. Cartórios de notas: função, responsabilidade, escrituras públicas. Função notarial.

Objetivos

- Analisar e compreender os conceitos e instrumentos (documentos) no setor imobiliário. A importância dos registros públicos para segurança documental. Notários e registradores;
- Ter aptidão para compreender todos os documentos exigidos para se lavrar uma escritura, seus conteúdos necessários e acessórios.

Programa

UNIDADE 1 - A PROPRIEDADE PRIVADA

- 1.1 - Noções sobre o conceito de propriedade privada
- 1.2 - Referências históricas da propriedade privada
- 1.3 - A propriedade privada como direito fundamental
- 1.4 - A propriedade privada e a dignidade humana
- 1.5 - Função social da propriedade

UNIDADE 2 - O DIREITO IMOBILIÁRIO E O SISTEMA REGISTRAL E NOTARIAL

- 2.1 - Conceito e objeto
- 2.2 - Natureza jurídica
- 2.3 - Relacionamento com outros ramos do Direito
- 2.4 - Evolução legal do Direito Imobiliário

UNIDADE 3 - SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL

- 3.1 - A delegação dos Serviços Registrais e Notariais
- 3.2 - Natureza jurídica dos Serviços Notariais e de Registro
- 3.3 - Finalidade dos Serviços Notariais e de Registro
- 3.4 - Investidura dos titulares das serventias
- 3.5 - Hierarquia funcional nas serventias
- 3.6 - Remuneração pela prática dos serviços delegados
- 3.7 - Competências nos registradores e notários
- 3.8 - Direitos dos notários e registradores
- 3.9 - Formas de extinção da delegação

UNIDADE 4 - SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL (II)

- 4.1 - Deveres dos notários e registradores
- 4.2 - Infrações que podem ser cometidas pelos delegados
- 4.3 - Fiscalização das serventias
- 4.4 - Penalidades aplicadas aos notários e registradores
- 4.5 - Responsabilidade de notários e registradores

UNIDADE 5 - SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO

- 5.1 - Considerações históricas
- 5.2 - Características do sistema registral vigente
- 5.3 - Dicionário básico do Sistema Registral Imobiliário

UNIDADE 6 - PRINCÍPIOS DO SISTEMA REGISTRAL IMOBILIÁRIO

- 6.1 - Princípios gerais da Administração Pública
- 6.2 - Princípios inerentes à atividade particular
- 6.3 - Princípios específicos do Serviço Registral

UNIDADE 7 - TRAMITAÇÃO DO TÍTULO NA SERVENTIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS

- 7.1 - Considerações iniciais

7.2 - O procedimento registral

7.3 - Suscitação de dúvida

UNIDADE 8 - LIVROS DA SERVENTIA REGISTRAL IMOBILIÁRIA

8.1 - Considerações iniciais

8.2 - Livro 1 – protocolo

8.3 - Registro Geral (livro 2) – Matrícula

8.4 - Registro Auxiliar (livro 3)

8.5 - Indicador Real (livro 4)

8.6 - Indicador Pessoal (livro 5)

UNIDADE 9 - CERTIDÕES EMITIDAS PELAS SERVENTIAS REGISTRAS

9.1 - Emissão das certidões

9.2 - Validade das certidões

9.3 - Tipos de certidões expedidas pelo Ofício de Registro de Imóveis

UNIDADE 10 - TÍTULOS APRESENTADOS AO REGISTRO E ATOS REGISTRAS ESPECIAIS

10.1 - Títulos apresentados ao registro

10.2 - Atos registraes especiais

UNIDADE 11 - RETIFICAÇÃO IMOBILIÁRIA ADMINISTRATIVA

11.1 - Hipóteses de incidência da retificação administrativa

11.2 - Requisitos subjetivos

11.3 - Documentação necessária

11.4 - Procedimento no Registro Imobiliário

UNIDADE 12 - ATIVIDADE NOTARIAL

12.1 - Os serviços notariaes

UNIDADE 13 - INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS

13.1 - Considerações iniciais

13.2 - Documentos necessários ao registro da incorporação

13.3 - Título de propriedade

UNIDADE 14 - LOTEAMENTO | 149

14.1 - Considerações gerais

14.2 - Documentos a serem arquivados no registro de imóveis para loteamentos

14.3 - O contrato de venda de lotes

14.4 - A responsabilidade do registrador

14.5 - Responsabilidade penal e o loteamento

UNIDADE 15 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL

15.1 - Considerações sobre a lei

15.2 - Aspectos contratuais

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Maria Darlene Braga. *Sistema Registral e Notarial*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

AVVAD, Pedro Elias & LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. *Direito Imobiliário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BALBINO FILHO, Nicolau. *Direito Imobiliário Registral*. São Paulo: Saraiva, 2001.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Afrânio de. *Registro de Imóveis*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CHUEIRI, V. K. de. *Fundamentos do Direito Constitucional*. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

19.10 – Descrição do Núcleo Integrador – NI

A UCB, refletindo acerca da formação geral e integral do profissional que vem formando, propôs um núcleo básico integrador para os cursos de graduação, organizado com as disciplinas: Empreendedorismo, Desenvolvimento Sustentável, Contextos Brasileiros, Relações Interpessoais, Informática, Leitura e Produção de Textos e Introdução à Língua Inglesa, com o objetivo de proporcionar uma visão integrada e integradora do curso baseada nas necessidades do profissional de hoje e que possa, também, ser um ponto referencial de estímulo a outros estudos e assuntos da atualidade de forma a instrumentá-los quanto às mudanças rápidas que vêm ocorrendo.

Com base na Portaria MEC 4059 de 10/12/2004, a Administração Superior da UCB implantou em caráter experimental a partir de 2005.1 o referido núcleo integrador na modalidade de Educação a Distância, buscando oferecer maior flexibilidade curricular aos alunos e ao mesmo tempo introduzindo o uso de novas tecnologias da informação e comunicação junto ao corpo docente e discente.

Para implantar o Núcleo Integrador na modalidade de EaD foram produzidos instrucionais impressos pelos professores das referidas disciplinas que compõem o núcleo; implantou-se também o serviço de atendimento de monitores através da Internet.

Cabe ressaltar que as atividades elaboradas para o autoestudo foram programadas em equivalência às mesmas disciplinas que estão sendo oferecidas na modalidade presencial e são organizados encontros presenciais para palestras sobre os assuntos em destaque em cada unidade de cada disciplina. Destacamos também que os alunos nos primeiros períodos da implantação desse processo optam pelo tipo de modalidade de estudos que julgam mais convenientes. As avaliações são feitas presencialmente.

Sublinhamos que todo o material impresso está em testagem e em constante reestruturação, sempre buscando atender ao perfil dos nossos alunos.

ANEXO II - NÚCLEO TEMÁTICO DE TUTORIA – NTT

Em fase da atualização.

ANEXO III - ATUALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO



**PROJETO DE ATUALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA
ANEXO AO PROJETO PEDAGÓGICO**

2007

Universidade Castelo Branco

Vera Costa Gissoni

Chanceler

Paulo Alcantara Gomes

Reitor

Marcelo Hauaji de Sá Pacheco

Vice-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente

Helder Guerra de Resende

Vice-Reitor de Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Marcelo Costa Gissoni

Vice-Reitor de Gestão Administrativa e Desenvolvimento

Sérgio Freire França Filho

Vice-Reitor de Planejamento e Finanças

Prof. Denilson Matos

Responsável pelo Projeto de Atualização em Língua Portuguesa

Coordenação do Curso de Letras

Coordenador do Curso de Proficiência em Língua Portuguesa

ÍNDICE

I.	CONTEÚDO	PÁGINA
1	Apresentação	184
2	Justificativa	187
3	Objetivos Gerais	188
4	Programas	189
5	Metodologia	192
6	Mecanismo de Avaliação	193
7	Coordenação do Projeto	194
8	Cronograma de Implantação	194
9	Considerações Finais	195

1 – APRESENTAÇÃO

O Projeto de Atualização de Língua Portuguesa se propõe a aprimorar a capacidade de comunicação dos alunos ingressantes da UCB nas modalidades presencial ou a distância. O conceito de Comunicação do qual nos apropriamos refere-se ao domínio da norma padrão da modalidade da língua escrita ou falada.

Segundo Paulo Nathanel Pereira de Souza, presidente do Conselho da Administração do CIEE, *“Saber escrever bem é transmitir ideias consistentes com a agilidade que os meios de hoje impõem. Saber escrever bem é ser um artista das palavras. E todos nós, empresas e profissionais, precisamos redescobrir urgentemente a eficiência dessa arte”*. (Fonte: site www.webartigos.com)

Diferentes avaliações realizadas no país demonstram que a competência para a leitura e escrita de nossos alunos vem decaindo consideravelmente, refletindo de forma drástica no declínio da qualidade do ensino superior.

Quando consideramos que o papel das universidades, dentre outros, é formar cidadão, propiciar a inclusão social. Como tornar viável este objetivo sem a ferramenta da capacidade de escrever, falar, ler e interpretar corretamente?

Como é possível formar um profissional qualificado para o mundo do trabalho que não seja capaz de ter adquirido as competências acima mencionadas? Para responder a estas questões, torna-se necessário compreendermos o que se entende por letramento enquanto prática social.

Os New Literacy Studies entendem letramento como prática social que representa mais do que o conhecimento do código da língua. É entendido como a relação do indivíduo com a escrita permeada de crenças, ideologia e da cultura dos grupos sociais. Enquanto processo, é resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como é o resultado da ação de usar essas habilidades em situações sociais.

Estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência da apropriação da língua escrita e da inclusão num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. Nesta acepção, consideradas as dificuldades dos graduandos em interagir com os conteúdos suscitados de seus cursos, por conta de um impedimento de ordem linguística, quaisquer discussões e debates sobre o tema “letramento e aquisição da escrita” devem estar presentes nas instituições universitárias que pretendam possibilitar aos seus estudantes inserção no mercado de trabalho em condições de disputa.

O processo de aquisição da escrita sob a ótica do letramento vai além dos muros da alfabetização, do ensino básico ou médio, na medida em que a leitura, enquanto uma das atividades que capacitam o aluno para uma escrita mais preparada, deve ser concebida como processo contínuo, um ato de compreensão, uma atividade que possibilita analisar e entender o mundo de diversas maneiras, como ato social manifestado. Neste sentido, o espaço da cultura escrita diz respeito às ações, valores, procedimentos que constituem o mundo letrado. Não basta codificar e decodificar, é preciso interagir de forma a participar ativamente de um processo que traz a possibilidade de compreender os usos sociais e conseqüentemente inserir-se numa cultura letrada que tem documentos escritos e práticas que dependem da escrita (por exemplo, o preenchimento de um currículo, uma redação em uma entrevista de emprego, o preenchimento de uma guia de depósito bancário etc.).

Observados os resultados do ENEM e ENADE, por exemplo, é possível diagnosticar as dificuldades na utilização das formas linguísticas, na organização e composição textual, fenômenos há muito percebidos por professores e que confirmam, de um modo geral, que os alunos têm dificuldades em se manifestar por meio da modalidade escrita. Convém acrescentar, no entanto, que tais dificuldades também podem ser atribuídas à lacuna que há entre as exigências escriturais da academia e a falta de metodologias que norteiem tais práticas, além de uma base, por vezes comprometida, na instrução que ocorre antes do ensino superior. Na mesma direção, estudos recentes reforçam que escrever é tarefa difícil para todos, inclusive para professores, pois o domínio das

estruturas gramaticais ou o reconhecimento do registro padrão nem sempre são suficientes para que se transite em todas as esferas da sociedade, afinal, a adequação – ao interlocutor, tempo, espaço, situação, gênero textual – representa ponto básico para que o texto – provido de textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, situacionalidade, aceitabilidade, intertextualidade, informatividade – execute seu papel principal de comunicação.

Assim, conforme Barton (1994), Gee (2000) e Street (1994 e 1995) que entendem a leitura, escrita e letramento como praticas sociais, faz-se necessário munir a academia de propostas que possam sugerir um novo percurso para o letramento e aquisição da escrita no universo acadêmico de forma a possibilitar que a cidadania se instaure. Afinal, um indivíduo capaz de interagir com o mundo ao seu redor, reconhecer no texto as múltiplas interpretações cabíveis, adequar-se contextualmente para produzir comunicação eficiente, reconhece na leitura e na escrita a maneira pela qual se torna letrado, logo, cidadão.

Portanto, a UCB, consciente do seu papel, propôs, então, o Projeto de Atualização de Língua Portuguesa (ALP). Este projeto, que está integrado ao aspecto interdisciplinar das atividades complementares oferecidas pela Vice Reitoria de Extensão e Graduação e pela Coordenação do curso de Letras, segue os mesmos objetivos, motivações e orientações das disciplinas do Núcleo Integrador, visando a colaborar com o desenvolvimento linguístico do estudante, no que tange à comunicação escrita, no momento em que se constata grande obstáculo a ser superado no que diz respeito ao domínio de nossa língua nacional.

O ALP é composto de duas etapas respectivas: produção textual e curso de Proficiência em Língua Portuguesa.

Os alunos que nesta primeira etapa do projeto alcançarem nota igual ou superior a 7,0 (sete) serão liberados da segunda etapa e isentos em seu currículo do Projeto de Atualização em Língua Portuguesa.

Os alunos com nota inferior a 7,0 (sete), ao consultarem seu levantamento curricular, serão informados de que estão com pendência. Assim, deverão cursar a segunda etapa, que é o Curso de Extensão de Proficiência em Língua Portuguesa, quantas vezes forem necessárias até alcançar a média mínima exigida pelo projeto que é 7,0 (sete).

Neste sentido, desde o início, o aluno da Universidade Castelo Branco será avaliado, acompanhado e orientado, a fim de minimizar suas dificuldades em produzir textos, por meio de procedimentos contínuos sobre questões linguísticas, que são essenciais para o bom desempenho e estímulo de atitudes reflexivas, em quaisquer que sejam as áreas de conhecimento do seu curso.

Assim, no ingresso dos alunos (vestibulandos, transferidos, portadores de diploma e provindos do ENEM), lhes será exigida produção de texto (discursivo/argumentativo) sobre temas relevantes, na hipótese de não terem obtido isenção via histórico escolar da instituição de origem ou do resultado da prova do ENEM. Tal produção será avaliada pelo Coordenador do Projeto, por meio de Banca de Correção constituída pelo próprio. Em caso de resultado inferior a 7,0, o ingressante, por tais vias, também deverá participar do Curso de Extensão em Proficiência de Língua Portuguesa. Desta forma, deixamos claro que, se porventura, não conseguir a média mínima, participará quantas vezes forem necessárias até chegar ao resultado esperado para aprovação.

Vale ressaltar que a participação no ALP é requisito obrigatório para a conclusão de quaisquer cursos de graduação da UCB, a partir das matrículas 2007.1.

2 – JUSTIFICATIVA

“Produzir linguagem significa produzir discursos. Significa dizer alguma coisa para alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico” (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Considerando que o domínio da língua escrita é imprescindível para a formação e ascensão profissional, e que a inclusão social é um dos ícones do mundo contemporâneo, o Projeto Atualização em Língua Portuguesa visa dar oportunidades a todos que optaram por iniciar ou dar prosseguimento a sua vida acadêmica nesta Instituição de Ensino.

Desta maneira, repensou-se nos critérios avaliativos no que se refere à pontuação mínima exigida para aprovação do vestibular, que anteriormente era 7.0 (sete) e, a partir da implantação do Projeto, passou a ser 2.0 (dois). Vale ressaltar que esta pontuação mínima variará ao longo do tempo e em função da evolução dos alunos e da possível melhoria que se vá alcançando com o decorrer do tempo.

A mudança nos critérios avaliativos não se justifica somente pela necessidade de manter uma demanda de alunos, mas, sobretudo, leva-nos a certeza de que sobrepujamos o conceito de exclusão social, uma vez que é oferecida aos ingressantes a oportunidade de minimizar suas dificuldades em produzir textos orais e escritos próprios dos cursos acadêmicos e, por se tratar de um tipo de discurso exigido e desenvolvido, não somente nos exames do vestibular, mas durante todo o processo de formação científica e profissional.

3 – OBJETIVOS GERAIS

- Apresentar bases teóricas dos principais tópicos gramaticais de forma sintética e funcional;
- Proporcionar aos alunos conhecimentos de mecanismos linguísticos necessários para a construção de textos.

4 – PROGRAMAS

I. Disciplina: Gramática

Ministrada por 01 (um) professor responsável e 01 (um) professor adjunto

Monitores: alunos da Pós-Graduação em Ciências da Linguagem.

Carga horária: 5 horas

1 – Objetivos

- Empregar, fixar e ampliar estruturas linguísticas em diversas situações da comunicação escrita;
- Propor hábitos e informações úteis para facilitar a produção de textos;
- Estimular o domínio da ortografia.

2 – Ementa

Acentuação gráfica (tonicidade e sílaba); concordância; regência; colocação pronominal; tópicos de linguagem; dificuldades linguísticas.

3 – Unidades de Ensino

Unidade 1

Concordância nominal, verbal e possibilidades do acento grave da crase.

Dificuldades Linguísticas.

4 – Metodologia (Dinâmica das Aulas)

Aulas expositivas

Atividades práticas

Dinâmica de grupo

5 – Material e Recursos Utilizados

Instalações (Salas de aula, Laboratório etc.);

Bibliotecas (acervos);

Recursos de informática;

Recursos audiovisuais;

Reprografia.

6 – Bibliografia Básica

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Lucerna, 2000.

HILDEBRANDO, André. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Moderna, 2003.

KOCH, Ingedore. *Coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2004.

7 – Bibliografia Complementar

CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção: a escrita do texto*. 2 ed. Ver. e ampl. São Paulo: Moderna, 2001.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 14 ed. Rio de Janeiro: FVV, 1988.

II. Disciplina: Produção Textual

Ministrada por 01 (um) professor responsável e 01 (um) professor adjunto

Monitores: Alunos da Pós em Ciências da Linguagem

Carga horária: 15 horas

1 – Objetivos

- Identificar ideias principais e secundárias dos textos na construção do parágrafo;
- Reconhecer a sequência de fatos e sequência lógica das ideias na construção do texto;
- Perceber a utilizar corretamente os conectores no desenvolvimento do raciocínio coeso e coerente;
- Empregar adequadamente os sinais de pontuação realizando a perfeita coerência textual;
- Reconhecer a importância do campo semântico, frase e parágrafo para a produção de texto.

2 – Ementa

Paragrafação; pontuação; conectivos; narração; descrição; dissertação e argumentação; coesão e coerência.

3 – Unidades de Ensino

Unidade 2

Campo semântico;
A frase e o tópico frasal;
O parágrafo;
O texto argumentativo;
Pontuação e Conectivos.

4 – Metodologia (Dinâmica das Aulas)

Aulas expositivas;

Atividades práticas;
Dinâmica de grupo.

5 – Material e Recursos utilizados

Instalações (Salas de aula, Laboratório etc.);
Bibliotecas (Acervos);
Recursos de informática;
Reprografia.

6 – Bibliografia Básica

CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção: a escrita do texto*. 2 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2001.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 14 ed. Rio de Janeiro: FVG, 1988.

KOCH, Ingedore. *Coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2004.

7 – Bibliografia Complementar

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1979.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

5 – METODOLOGIA

O curso de extensão proposto será no formato modular, desenvolvido em cinco semanas consecutivas ou não, totalizando uma carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula, por meio de aulas expositivas, atividades em sala, debates e produção textual.

O curso será ministrado nos campus, polos e unidades da universidade, conforme demanda em editais específicos de oferecimento de vagas.

6 – MECANISMO DE AVALIAÇÃO

O projeto divide-se em duas etapas, espera-se que ao final de cada etapa ocorram os progressos linguísticos almejados nos alunos e, que a partir de então, sejam capazes de sanar as dificuldades do acesso aos conhecimentos específicos de cada curso/formação superior na UCB.

A primeira etapa consiste em prova de redação (texto dissertativo) produzida no exame de vestibular. A segunda etapa consta de curso de extensão de Proficiência em Língua Portuguesa.

A dissertação será avaliada com base em critérios preestabelecidos pela coordenação do projeto em conjunto com os discentes/professores do curso, contemplando a adequação semântica e a coerência textual, bem como, a correção gramatical.

Os ingressantes na UCB, a partir de 2007.1, respeitando as peculiares de ingresso, serão submetidos ao mesmo mecanismo de avaliação, conforme especificações a seguir:

vestibulandos: prova de redação que compõe o exame de ingresso aos cursos de graduação da UCB, feita durante o vestibular.

transferidos, portadores de diploma e alunos do ENEM com nota de redação inferior a 7,0 (sete): prova de redação marcada em data oportuna que ocorrerá semestralmente. Cada aluno poderá fazer esta prova uma única vez.

Vale ressaltar que, conforme o artigo 3º da Resolução n.º 048/2006 do CEPE, nenhuma outra atividade, estágio, certificação, atividade complementar poderá substituir quaisquer etapas do projeto Avaliação em Língua Portuguesa.

Desta feita, a iniciativa da Universidade Castelo Branco objetiva o aperfeiçoamento da qualidade de ensino, propiciando aos alunos com dificuldades linguísticas, as quais repercutem direta e indiretamente na aprendizagem das diversas áreas de conhecimento, a inclusão social (independente de origem social, racial, credo etc.), tendo em vista que o domínio da língua é decisivo para a construção de uma identidade cidadã.

7 – COORDENAÇÃO DO PROJETO

Há uma coordenação do projeto ALP designada pela reitoria e Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente e um coordenador do curso de proficiência em língua portuguesa.

O coordenador do projeto de Atualização em Língua Portuguesa deve ser indicado pelo Reitor, sendo ouvidas a coordenação do curso de Letras, a Vice-Reitoria de Ensino de Graduação e o Corpo Discente e a coordenação de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ciências da Linguagem.

8 – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

Conforme Resolução 048/2006 – CEPE, de 25 de outubro de 2006, o Projeto ALP foi aprovado. A partir desta data, foram realizadas “turmas piloto”, objetivando testar e avaliar os processos e as metodologias sugeridas para o ALP. Findo o primeiro semestre de 2008, propôs-se, efetivamente, a obrigatoriedade das orientações previstas no projeto, optando-se pelo oferecimento paulatino para os cursos e *campi*, a saber: inicialmente para os cursos na modalidade presencial, no *campus* Realengo. Em seguida, a cada semestre pretendeu-se ir ampliado em todas as unidades da UCB, mantendo o princípio do oferecimento para os alunos em cursos da modalidade a distância. Como cronograma previsto em 2010.2, serão oferecidos, de forma

obrigatória, aos cursos na modalidade a distância, também paulatinamente a cada unidade.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, com o objetivo precípua de estimular a produção de textos e o desenvolvimento de competência linguística capaz de subsidiar as necessidades encontradas pelos graduandos da Universidade Castelo Branco é que tal projeto se justifica, se estabelece e confirma a intenção da Chancelaria, da Reitoria e de todo corpo docente da UCB de que os alunos possam ter uma formação de qualidade e suficiente para inseri-lo socialmente como cidadão letrado.

ANEXO IV - RESOLUÇÃO 058/2009 CEPE/UCB



RESOLUÇÃO Nº 058/2009 – CEPE
de 02 de setembro de 2009.

ALTERA O processo de avaliação do desempenho dos estudantes DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE EaD.

O Reitor da Universidade Castelo Branco, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,

- considerando a necessidade de adequar as normas e procedimentos acadêmicos ao termo de ajuste firmado entre a UCB e a SEED/MEC;
- considerando a necessidade de aperfeiçoar o texto da Resolução CEPE nº 054/2009, visando a dirimir dúvidas entre os estudantes,

RESOLVE:

Art 1º- As disciplinas dos cursos de graduação na modalidade a distância serão oferecidas em módulos, e em conformidade com a estrutura curricular dos respectivos cursos.

Art 2º- A avaliação do desempenho dos estudantes em cada uma das disciplinas que compõem os módulos será realizada através de provas (avaliação somativa) e trabalhos (avaliação formativa).

Art 3º- A primeira componente de avaliação somativa será constituída por uma prova objetiva (A1), obrigatoriamente presencial.

Art 4º- A segunda componente da avaliação somativa será constituída por uma prova discursiva (A2), obrigatoriamente presencial.

Art 5º- A componente de avaliação formativa será constituída pelo Trabalho de Conclusão de Disciplina (TCD), obrigatório e consistindo na realização de tarefas individuais e/ou em grupos, a partir de temas selecionados pelo professor da disciplina, e será corrigido pela equipe de docentes da respectiva área de conhecimento.

Art 6º- A avaliação de desempenho do estudante será calculada através de média ponderada em que a componente objetiva e a componente discursiva terão peso 4, cada uma.

Art 7º- No cálculo da média ponderada para aferição do desempenho do estudante, o trabalho TCD terá peso 2.

Art 8º- A média do estudante será calculada da seguinte forma:

$$M = \frac{4xA1 + 4xA2 + 2xTCD}{10}$$

Art 9º- Aos alunos faltosos a uma das provas presenciais, tanto a discursiva como a objetiva, ou àqueles que não obtiverem média igual ou superior a 5,0 (cinco), será dado o direito de realização de uma prova optativa (A3).

§ único - é vedada a substituição de nota de uma das componentes de avaliação somativa por nota obtida em outra componente;

Art 10º- A prova optativa será composta de questões discursivas e será aplicada ao final do módulo.

Art 11- O resultado obtido na prova A3 substituirá a menor das notas das provas presenciais (A1 ou A2), que compõem o segmento de avaliação somativa, para o novo cálculo da média (M).

Art 12- Apurados os resultados obtidos nas provas presenciais e no trabalho de conclusão de disciplina, em conformidade com os artigos 8º e 11, será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver média (M), igual ou superior a 5,0 (cinco).

Art 13- Não há segunda chamada para as duas primeiras verificações (A1 ou A2), mas apenas para a terceira (A3), por motivo justo, a juízo do Coordenador de Curso.

Art 14- Ficam revogadas, a Resolução CEPE nº 095/2007, de 12 de dezembro de 2007, a Resolução CEPE nº 054/2009, de 13 de maio de 2009, e todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de Setembro de 2009.

Paulo Alcantara Gomes
Reitor

ANEXO V - MATRIZ DE COMPETÊNCIAS POR DISCIPLINA

Em fase de atualização.